

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento – Conab
SUREG - PE

RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2012

Recife/PE - 2013

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB
Vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA

Diretoria Colegiada
RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas – DIGEP

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor de Administração, Finanças e Fiscalização – DIAFI

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento - DIRAB

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações – DIPAI

PRESI - PRESIDÊNCIA
Rubens Rodrigues dos Santos - CONAB/PRESI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL: PERNAMBUCO
Superintendente : Roberto Pereira Lins

PROCURADORIA REGIONAL - PRORE
Procurador : Renata Silva Arruda Falcão

GERÊNCIA DE OPERAÇÕES - GEOPE
Gerente : Antônio Elizaldo de V. Sá

GERÊNCIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO - GEFAD
Gerente :Thays Cabral de Queiroz

GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO E SUPORTE ESTRATÉGICO - GEDES
Gerente : Valéria Cristina Lopes Fernandes

MARIA JOSÉ ATAÍDE BATISTA
ADOLFO JOSÉ DOS SANTOS
MARCOS ANTÔNIO DE LEMOS
JOÃO FREIRECORREA DE LIMA
THAYS CABRAL DE QUEIROZ
DAGMAURO NUNES SABINO PINHO JUNIOR
Elaboração

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento – Conab
SUREG - PE

RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63 de 1º de setembro de 2010, das DN TCU nº 119 de 18 de janeiro de 2012 e nº 121 de 13 de junho de 2012, da Portaria TCU nº 150 de 3 de julho de 2012 e Portaria CGU nº 133 de 18 de janeiro de 2013.

SUREG -PE

Recife/PE – 2013

Sumário

Lista de Siglas.....	4
Lista de Quadros.....	6
Lista de Figuras.....	7
Introdução.....	8
Parecer da Auditoria Independente	11
1. INFORMAÇÕES BÁSICAS.....	12
1.1. Informações gerais sobre a UJ.....	12
1.2. Planejamento Estratégico e seus principais Macroprocessos.....	15
2. ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO.....	20
2.1. Análise sobre o Ambiente de Gestão.....	20
3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA.....	25
3.1. Análise das principais ações ligadas à compra e a subvenção.....	25
3.2. Análises dos Programas de Sustentação de Renda.....	25
3.2.2. Contratos de Opção de venda.....	26
3.2.3. Prêmio para o Escoamento de Produto – PEP (compra).....	26
3.2.4. Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa – PEPRO.....	26
3.2.5. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.....	26
3.3. Principais indicadores de desempenho.....	30
4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO.....	32
4.1. Análise das principais ações ligadas à venda.....	33
4.2. Análises das ações de Venda Direta de Produtos com subvenção e sem subvenção.....	33
4.2.1. Venda em Leilão Público.....	33
4.2.2. Venda em Balcão.....	34
4.2.3. Valor para Escoamento do Produto – VEP.....	36
4.3. Principais indicadores de desempenho.....	37
5. ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO.....	38
5.1. Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – Prohort.....	38
5.2. Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – Refap.....	39
5.3. Principais indicadores de desempenho.....	40
6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	42
6.1. Armazenagem de Produtos Agrícolas.....	42
6.4. Principais indicadores de desempenho.....	43
7. ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO.....	44
7.1. Análise sobre a situação dos armazéns utilizados pela Conab.....	44
7.3. Análise das ações de movimentação de estoques públicos.....	46
7.4. Principais indicadores de desempenho.....	47
8. GESTÃO TECNOLÓGICA.....	49
8.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.....	49
9. GESTÃO ESTRATÉGICA.....	50
9.1. Análise da implantação do Plano de Gestão Estratégica da Empresa.....	50
11. GESTÃO DE PESSOAS.....	52
11.1. Alocação de Servidores.....	52
11.2. Comunicação na Instituição.....	52
11.3. Clima Organizacional e Ambiente de Trabalho.....	54
11.4. Ações de Conhecimento e Aprendizagem.....	55
11.5. Informações sobre recursos humanos da Conab.....	56
12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL.....	64

12.1. Programas e Ações do PPA.....	64
12.5. Demonstrações Contábeis	69
12.7. Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	69
13. GOVERNANÇA E CONTROLES	70
13.1. Controle Interno da UJ	70
13.2. Deliberações do TCU e CGU.....	71
Resultados e Conclusões.....	72
ANEXO I - Demonstrações Contábeis.....	73
ANEXO II	91

Lista de Siglas

ABNT	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS
ADV	ADIANTAMENTO DE VIAGEM
AGF	AQUISIÇÃO DO GOVERNO FEDERAL
BD	BENEFICIO DEFINIDO
CDAF	COMPRA DIRETA DA AGRICULTURA FAMILIAR
CEASA	CENTRAL DE ABASTECIMENTO
CGPLAN	COORDENADORIA GERAL DE PLANEJAMENTO
CGU	CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO
CIBRIUS	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DA CONAB
CNPB	CÓDIGO NACIONAL DE PLANO DE BENEFÍCIOS
CNPJ	CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA
CONAB	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
CONAD	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
CPR	CÉDULA DE PRODUTO RURAL
DEST	DEPARTAMENTO DAS ESTATAIS
DIPAI	DIRETORIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA E INFORMAÇÕES
DIRAD	DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DN	DECISÃO NORMATIVA
FUNAI	FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
FUNASA	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
GECAD	GERÊNCIA DE CADASTRO E CREDENCIAMENTO DE ARMAZÉNS
GECOM	GERENCIA DE COMERCIALIZAÇÃO
GECUP	GERÊNCIA DE CUSTOS E PRODUÇÃO
GEDES	GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO E SUPORTE ESTRATÉGICO
GEFAD	GERENCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GEFIS	GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS ESTOQUES GOVERNAMENTAIS
GEFOC	GERENCIA DE INFORMAÇÃO E CONTROLE DE ESTOQUE
GEMOV	GERENCIA DE MOVIMENTAÇÕES DE ESTOQUE
GEOPE	GERENCIA DE OPERAÇÕES
GEPAB	GERENCIA DE PROGRAMAS SOCIAIS DE ABASTECIMENTO
GESOF	GERÊNCIA DE ENGENHARIA DE SOFTWARE
GEVAP	GERENCIA DE APOIO NO VAREJO DE PEQUENO PORTE
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
ICMS	IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
INCRA	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
INSS	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
LALUR	LIVRO DE APURAÇÃO DO LUCRO REAL
LOA	LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
MAPA	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
MDA	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
MDS	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
MI	MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO
MOC	MANUAL DE OPERAÇÕES COMERCIAIS
NBR	NORMAS BRASILEIRAS
NOC	NORMAS DE OPERAÇÕES COMERCIAIS
PAA	PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS
PCV	PRESTAÇÃO DE CONTAS DE VIAGEM
PEP	PRÊMIO DE ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO
PEPRO	PRÊMIO EQUALIZADOR PAGO AO PRODUTOR

PGPAF	PROGRAMA DE GARANTIA DA PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR
PGPM	PROGRAMA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMO
PNUD	PROGRAMA NACIONAL DAS NAÇÕES UNIDAS
PPA	PROGRAMA PLURIANUAL
PREVIC	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
PRODEA	PROJETO SOCIAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS
PROGE	PROCURADORIA GERAL
PROHORT	PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DO MERCADO HORTIGRANJEIRO
PRORE	PROCURADORIA REGIONAL
REFAP	REDE DE FORTALECIMENTO DO COMÉRCIO FAMILIAR DE PRODUTOS BÁSICOS
SAAGRA	SISTEMA APLICADO À ARMAZENAGEM DE GRÃOS
SAS	SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE
SECOF	SETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
SECOM	SETOR DE COMERCIALIZAÇÃO
SEDEM	SETOR DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL
SEGEO	SETOR DE APOIO À LOGÍSTICA E GESTÃO DA OFERTA
SEOPE	SETOR DE OPERAÇÕES
SEPAB	SETOR DE PROGRAMAS INSTITUCIONAIS E SOCIAL DE ABASTECIMENTO
SEREH	SETOR DE RECURSOS HUMANOS
SESAN	SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
SETAD	SETOR DE ADMINISTRAÇÃO
SIAFI	SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
SIAGRO	SISTEMA DE INFORMAÇÕES AGROPECUÁRIAS E DE ABASTECIMENTO
SIORG	SISTEMA DE INFORMAÇÕES ORGANIZACIONAIS DO GOVERNO FEDERAL
SPAE	SECRETARIA DE PRODUÇÃO E AGROENERGIA
STN	SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUARM	SUPERINTENDÊNCIA DE ARMAZENAGEM
SUCON	SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE
SUFIN	SUPERINTENDÊNCIA DE FINANÇAS
SUGOF	SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DA OFERTA
SUINF	SUPERINTENDÊNCIA DE INFORMAÇÕES DO AGRONEGÓCIO
SUOPE	SUPERINTENDÊNCIA DE OPERAÇÕES
SUPAB	SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO SOCIAL
SUPOR	SUPERINTENDÊNCIA DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E AVALIAÇÃO
SUREG	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
SUREH	SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS
TCU	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
TI	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
TVN	TERMO DE VISTORIA E NOTIFICAÇÃO
UA	UNIDADE DE ARMAZENAMENTO
UC	UNIDADE DE COMERCIALIZAÇÃO
UG	UNIDADE GESTORA
UJ	UNIDADE JURISDICIONADA
VEP	VALOR PARA ESCOAMENTO DE PRODUTO

Lista de Quadros

Nº	Denominação	Pág.
Quadro 1	Identificação da Unidade	12
Quadro 2.1	Serviços que geram receitas próprias na UJ	24
Quadro 3.1	Aquisições por meio da CDAF (MDS e MDA)	28
Quadro 3.2	Aquisições por meio da CPR-Doação (MDS e MDA)	28
Quadro 3.3	Quantidades e recursos dispendidos por instrumento	29
Quadro 3.4	Dez maiores operações na CPR-Doação	29
Quadro 4.1	Dez maiores operações de Vendas em Leilão Público	34
Quadro 4.2	Demonstrativo de Vendas em Balcão	35
Quadro 4.3	Dez maiores operações de VEP	36
Quadro 4.4	Demonstrativo Geral das Aquisições e Vendas dos Estoques	36
Quadro 5.1	Demonstrativo dos Mercados Hortigranjeiros – Ceasas	39
Quadro 5.2	Comercialização realizada nos Mercados Hortigranjeiros	39
Quadro 5.3	Demonstrativo de Varejistas e Centrais de Negócios	40
Quadro 5.4	Demonstrativo de Vendas pela REFAP	40
Quadro 6.1	Estoque de Terceiros Armazenados nas Unidades Próprias	42
Quadro 6.2	Comparativo – Receita dos Serviços de Armazenagem	42
Quadro 6.3	Resultado dos Serviços de Armazenagem	43
Quadro 7.1	Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns	44
Quadro 7.2	Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias	44
Quadro 7.3	Previsão de Investimento em Unidades Armazenadoras	45
Quadro 7.4	Capacidade Estática de Armazenagem x Demanda	45
Quadro 7.5	Demonstrativo das Remoções Contratadas	47
Quadro 11.1	Treinamento por Área de Conhecimento	56
Quadro 11.2	Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12	57
Quadro 11.3	Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12	57
Quadro 11.4	Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ	58
Quadro 11.5	Quantidade de servidores da UJ por faixa etária	58
Quadro 11.6	Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade	58
Quadro 11.7	Composição do Quadro de Estagiários	59
Quadro 11.8	Composição do Quadro de Menor Aprendiz	59
Quadro 11.9	Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	60
Quadro 11.10	Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	60
Quadro 11.11	Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	61
Quadro 11.12	Demonstrativo de admissão e demissão praticados no exercício	62
Quadro 12.1	Ações orçamentárias da UJ	64
Quadro 12.2	Ações de outros órgãos, executadas pela UJ	68
Quadro 12.3	Seguro Rural	68
Quadro 12.4	Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	69
Quadro 12.5	Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	69
Quadro 12.6	Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	70

Quadro A.13.1	Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	71
---------------	--	----

Lista de Figuras

Nº	Denominação	Pág.
Figura I	Organograma Institucional	14
Figura II	Mapa Estratégico Corporativo	16

Introdução

Este Relatório contempla os atos de gestão praticados pela Superintendência Regional de Pernambuco, da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, durante o exercício de 2012.

O documento foi elaborado de acordo com a Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União – DN TCU nº 119/2012, de 18/01/2012. A Conab atenderá aos itens da Parte C – Informações Customizadas da Conab.

É um instrumento que destaca as ações relevantes e também as dificuldades enfrentadas durante o exercício a que se refere. É através dele que também se pode aferir se os objetivos, metas e a conformidade da gestão da empresa foram alcançados.

Apesar das iniciativas e providências que estão sendo adotadas pela atual direção da Conab, alguns pontos fundamentais e necessários ao melhor desempenho da empresa ainda não foram integralmente implementados. Destacamos principalmente a retomada do planejamento estratégico, tal como deveria ser, principalmente com relação as Superintendências Regionais, que ainda hoje continua sendo realizado pela área respectiva em Brasília/DF, a partir de dados, informações, relatórios, reuniões, e principalmente, e continuamente, pelo orçamento elaborado anualmente, sem uma participação mais efetiva e apropriada das Regionais e de uma metodologia que realmente integre e favoreça a atuação das Sureg(s) na formulação das políticas da empresa.

Com relação aos indicadores de desempenho das Sureg(s), houve um avanço. Depois dos testes realizados no ano passado, a Conab-Matriz disponibilizou para o exercício de 2012, alguns indicadores que estão relacionados nos capítulos pertinentes deste relatório. Alguns foram aplicados, mas outros ainda não puderam ser utilizados ou não se aplicam a esta Sureg.

Um outro fator também muito importante, mas ainda não considerado efetivamente pela Conab, refere-se a estrutura organizacional das Superintendências Regionais, hoje ainda de caráter quase que exclusivamente operacional. Diferentemente de muitos outros órgãos da administração federal, que refletem nas Regionais, em menor porte, a estrutura da matriz, na CONAB este fato ainda não acontece. Como consequência, decisões importantes, sejam elas estratégicas, táticas e as vezes até operacionais, são tomadas, remotamente, na Conab-Sede. É uma estrutura extremamente centralizada, fato este que resulta numa menor desenvoltura das ações e conseqüentemente do não aproveitamento possível de oportunidades que possam surgir no ambiente em que atua.

A cada dia que passa e em decorrência da dinâmica social, política, governamental, empresarial, entre outros, a Conab-Matriz demanda uma série de atribuições, trabalhos, atividades, tarefas, que para serem realizadas necessitam de conhecimentos, vivências, experiências e de novas responsabilidades que ainda não estão descritas na estrutura vigente. O sistema de responsabilidades, um dos que compõem a estrutura organizacional, não contempla essas atribuições, que se exercidas adequadamente possibilitariam o atendimento de todas essas demandas, além de propiciar aos que nela venham a atuar, a obtenção de uma capacidade cada vez maior de desenvolver essas atividades e de enfrentar e vencer os desafios que possam surgir.

Existem outras dificuldades que limitam a nossa melhor atuação, e que ainda não puderam ser sanadas. Umás até dependem de eventos a serem realizados pela Conab-Matriz, ainda em vias de serem efetivadas. E como as já citadas, são também extremamente fundamentais para o desempenho ideal das nossas atividades. A deficiência qualitativa dos recursos humanos é uma delas. Aguardamos a realização de um concurso público e também a elaboração, aprovação, divulgação e execução de um Plano de Demissão Voluntária Incentivada - PDVI, que se bem feito e atendido poderá fazer com que empregados ocupantes de cargos já defasados, aposentados, licenciados constantemente pelo INSS e outros sem motivação, com idade muito avançada e/ou desejosos de sair da empresa, possam fazê-lo e serem sucedidos por outros melhor qualificados, dispostos e mais aptos ao desenvolvimento das atividades pertinentes.

Não bastassem os fatores já descritos, a limitação orçamentária, a insuficiência dos recursos financeiros, etc., outros três fatos também muito importantes contribuíram significativamente no desempenho das atividades realizadas no exercício de 2012, principalmente no segundo semestre. São eles:

1. a auditoria de contas ocorrida na Sureg-PE por parte da Controladoria Geral da União – CGU;
2. as denúncias efetuadas contra o Superintendente Regional da Sureg-PE e todas as repercussões que se sucederam a partir de então; e
3. as alternâncias de poder ocorridas na Sureg-PE, decorrentes das denúncias supracitadas.

Esses três fatos alteraram a rotina da empresa e criaram uma série de obrigações e compromissos não previstos, de grande porte, e num momento delicado de nossa gestão que no ano de 2012 precisou se utilizar de esforços extras para realizar ações emergenciais e pontuais objetivando amenizar e combater os efeitos da seca prolongada ocorrida no Estado de Pernambuco. As atividades agropecuárias, os produtores, as cooperativas, os criadores rurais e a população localizada nessas regiões afetadas, solicitaram intensivamente o nosso pronto atendimento naquilo que nos cabe realizar, e mesmo diante das limitações explicitadas, a partir de parcerias com o Governo Estadual, foi possível alcançar um resultado satisfatório que realmente ajudou a esses atores dar continuidade a produção e economia locais.

As denúncias continuam sendo apuradas pela Polícia Federal, pela CGU, no entanto as sucessivas mudanças de titularidade dos cargos de direção, decorrentes delas, algumas até ocorridas num curto período de tempo, apesar de ter tumultuado e atrapalhado as ações desenvolvidas na empresa, inclusive a própria elaboração deste relatório, não provocaram uma paralisação das atividades, ao contrário, foi diante dessas adversidades que o corpo funcional se superou e agregou a força necessária para a conquista dos resultados obtidos em 2012.

A auditoria da CGU exigiu muito, principalmente dos encarregados e gerentes. A todo momento eles tinham que responder questionamentos, comprovar fatos ocorridos, apresentar documentos, processos, etc., e esse atendimento fez com que o tempo de dedicação as atividades rotineiras fosse muito prejudicado. Mas ao mesmo tempo, a atuação da CGU proporcionou ao nosso corpo gerencial uma série de boas lições, acesso a algumas técnicas, procedimentos e orientações de grande valor, e finalmente a elaboração de um Plano de Providências Permanente, em execução na Sureg-PE.

A seguir, os programas e as principais ações operacionalizadas pela SUREG-PE em 2012:

2130 - Formação de Estoques Públicos.

2137 - Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários.

4711 - Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras.

00H1 - Pagamento de Pessoal Ativo

2000 - Administração da Unidade

2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.

2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados.

2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados.

4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação.

0022 - Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista.

00H2 - Pagamento de Depósitos Recursais

A quase totalidade das ações executadas são decorrentes de parcerias ou convênios firmados com diversos órgãos, todas elas condizentes com o Estatuto Social da CONAB e alinhadas com o Planejamento Estratégico da Companhia. Foram realizadas sob a forma de descentralização orçamentária/financeira, em atendimento a Termos de Cooperação celebrados pela Conab com esses outros órgãos públicos detentores das ações orçamentárias.

As ações finalísticas, ou seja, aquelas diretamente vinculadas à missão institucional da Conab, compõem o Programa Abastecimento Agroalimentar que visa, entre outros objetivos, o aumento e a diversificação da produção agrícola, e a formação de estoques públicos com vistas à regularidade do abastecimento interno e à segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

As demais ações, inseridas no Programa acima mencionado, são de cunho administrativo e foram desenvolvidas de acordo com a legislação e acordos que regem a relação entre a Conab e os seus empregados.

Este Relatório procura focar, além do detalhamento das atividades, todos os esforços desenvolvidos pela Conab, em particular pela Superintendência Regional sob exame, para cumprir sua missão institucional que é contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.

E num esforço de preparar a organização para os desafios futuros e otimizar a gestão corporativa, esta administração tem promovido ações que possibilitam o aperfeiçoamento da gestão e um controle mais eficaz das atividades que são desenvolvidas nesta Superintendência Regional.

A seguir estão indicados os itens requeridos pela Parte C da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e Art 4º da Decisão Normativa nº 121/2012 que não constam no presente documento, assim como a correspondente justificativa:

Descrição		Justificativa
1. Informações Básicas		
1.1	Nome do auditor independente	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
	Descrição e composição da estrutura de governança corporativa	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
	Membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Colegiada, Presidente, Diretor de Operações e Abastecimento, Diretor de Política Agrícola, Diretor Administrativo, Diretor Financeiro, Auditor interno e Ouvidor	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
3. Sustentação de Renda		
3.2.2	Contratos de Opção de Venda	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício
4. Promoção do Abastecimento		
4.2	Prêmio para o escoamento de Produto – PEP (venda)	A Conab não realiza operações de PEP para venda de produtos
5. Articulação e Organização do Abastecimento		
6. Prestação de Serviços		
6.2	Leilões de Terceiros	Não se aplica à natureza jurídica da UJ, a informação será apresentado somente no Relatório da Matriz
6.3	Análise sobre os principais resultados da prestação de serviços de classificação de produtos agrícolas	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício
7. Administração dos Estoques Públicos – Armazenagem, Fiscalização e Movimentação		
7.2	Produtos Agrícolas Públicos Armazenados em Armazéns Contratados	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício
10. Geração e Difusão de Informações		
10.1	Análise dos principais resultados do Projeto SigaBrasil	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício

10.2	Análise dos principais resultados do Geosafras	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício
11. Gestão de Pessoas		
11.5	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
11.7	Previdência Complementar	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado somente no Relatório da Matriz
12. Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil		
12.6	Composição dos Investimentos da Empresa	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado somente no Relatório da Matriz
12.8	Parecer da Auditoria Independente	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado somente no Relatório da Matriz
13. Governança e Controles		
13.3	Informações de como está estruturada a área de auditoria interna	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado somente no Relatório da Matriz

INFORMAÇÕES CUSTOMIZADAS DA CONAB

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Informações gerais sobre a UJ

Quadro I - Identificação da Unidade

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			Código SIORG: 2114
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional de Pernambuco			
Denominação abreviada: SUREG/PE			
Código SIORG: 087276	Código LOA: não se aplica		Código SIAFI: 135285
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Empresa Pública		CNPJ: 26.461.699/0001-80	
Principal Atividade: Administração Pública Geral			Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato:	(081) 3271-4291	(081) 3453-4038	(081) 32713488
E-mail: pe.sureg@conab.gov.br			
Página na Internet: http://www.conab.gov.br			
Endereço Postal: Estrada do Barbalho, nº 960, Iputinga, CEP: 50960-000, Recife – PE.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
<p>A Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB foi constituída nos termos do Artigo 19, inciso II, da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, seu Estatuto Social foi aprovado através do Decreto nº 99.994, de 26 de dezembro de 1990 e iniciou suas atividades em 1º de janeiro de 1991.</p> <p>A Superintendência Regional de Pernambuco – SUREG/PE é parte integrante da estrutura organizacional da CONAB, tendo sido criada pela Resolução CONAD nº 05, de 11 de maio de 1998, mediante deliberação do Conselho de Administração da CONAB, em sua 62ª Reunião Ordinária realizada em 8 de maio de 1998, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Artigo 15, inciso VIII, e considerando o Artigo 11, inciso 1º e Artigo 18 do Estatuto Social e os Artigos 52 e 70 do Regimento Interno da Companhia.</p> <p>Com sede em Recife – PE e jurisdição apenas no Estado de Pernambuco, a SUREG/PE está subordinada hierarquicamente à Presidência da CONAB e funcionalmente às respectivas Diretorias.</p> <p>Normas que estabelecem a estrutura orgânica: sua Estrutura Orgânica, composta por unidades administrativas e operacionais está disciplinada no Estatuto Social e regulamentada no Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração:</p> <p>Superintendência Regional – SUREG</p> <p>I. Procuradoria Regional – PRORE</p> <p>II. Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico – GEDES</p> <p>a) Setor de Desenvolvimento Empresarial – SEDEM</p> <p>b) Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta – SEGEO</p> <p>III. Gerência de Operações – GEOPE</p> <p>a) Setor de Operações de Estoque – SEOPE</p> <p>b) Setor de Operações Comerciais – SECOM</p> <p>c) Setor de Programas Institucionais e Social de Abastecimento – SEPAB</p> <p>IV. Gerência de Finanças e Administração – GEFAD</p> <p>a) Setor de Recursos Humanos – SEREH</p> <p>b) Setor Administrativo – SETAD</p> <p>c) Setor Contábil e Financeiro – SECOF</p> <p>V. Unidade Operacional</p> <p>a) Unidade de Comercialização – UC</p> <p>b) Unidade de Armazenamento – UA</p>			
Outras normas infra legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Lei n.º 171, de 17 de janeiro de 1991, Lei n.º 9.973, de 29 de maio de 2000, Decreto n.º 3.855, de 03 de julho de 2001, Estatuto Social e o Regimento Interno.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Manual de Operações da Conab – MOC, Normas da Organização – NOC.			

Nome e Período de Gestão dos Principais Responsáveis	
Superintendência Regional - PE	
Superintendente: VALDOMIRO SAMPAIO MATINS (01/01/2012 a 13/06/2012)	
Superintendente: EUDE GUEDES DE ANDRADE (13/06/2012 a 02/08/2012)	
Superintendente: MARILIA CRISTINA CESSÉ BARRETO (02/08/2012 a 04/09/2012)	
Superintendente: ROBERTO PEREIRA LINS (04/09/2012 a 31/12/2012)	
Gerentes de Área	
GERÊNCIA DE OPERAÇÕES - GEOPE	
Gerente: ANTONIO ELIZALDO DE V. SÁ (01/01/2012 a 25/04/2012)	
Gerente: GENIVALDO MARCELINO DOS SANTOS (25/04/2012 a 12/09/2012)	
Gerente: ANTONIO ELIZALDO DE V. SÁ (12/09/2012 a 31/12/2012)	
GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO E SUPORTE ESTRATÉGICO - GEDES	
Gerente: GUSTAVO ADOLFO REVOREDO (01/01/2012 a 30.03.2012)	
Gerente: MARILIA CRISTINA C BARRETO (30.03.2012 a 26/06/2012)	
Gerente: VALÉRIA CRISTINA LOPES FERNANDES (26/06/2012 a 31/12/2012)	
GERÊNCIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO - GEFAD	
Gerente: MARILIA CRISTINA C BARRETO (01/01/2012 a 23/03/2012)	
Gerente: MARIVALDO JOSÉ VERGARA DOS SANTOS (23/03/2012 a 26/06/2012)	
Gerente: IRONETE RODRIGUES DA SILVA (26/06/2012 a 12/09/2012)	
Gerente: JOSUALDO VICENTE PEREIRA (12/09/2012 a 31/12/2012)	
Gerentes das Unidades Armazenadoras	
UA RECIFE/PE	
Gerente: CLAUDIO MARTINS DE SENA (01/01/2012 a 31/12/2012)	
UA ARCOVERDE/PE	
Gerente: ADELMO IVAN DOS SANTOS (01/01/2012 a 31/12/2012)	
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
135298	UA – Arcoverde
135304	UA – Recife
135286	Unidade Estoque Estratégico/PE
135287	Núcleo Estoque Regulador/PE – PGPM
135563	Unidade CONAB PAA Pernambuco
135438	Mercado de Opções – PE
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
22211	Companhia Nacional de Abastecimento
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
135298	22211
135304	22211
135286	22211
135287	22211
135563	22211
135438	22211

Fonte: Siafi

Com sede em Recife, a Superintendência Regional de Pernambuco - SUREG/PE está subordinada hierarquicamente à Presidência da CONAB e funcionalmente às respectivas Diretorias. No âmbito de sua jurisdição, tem as seguintes competências regimentais:

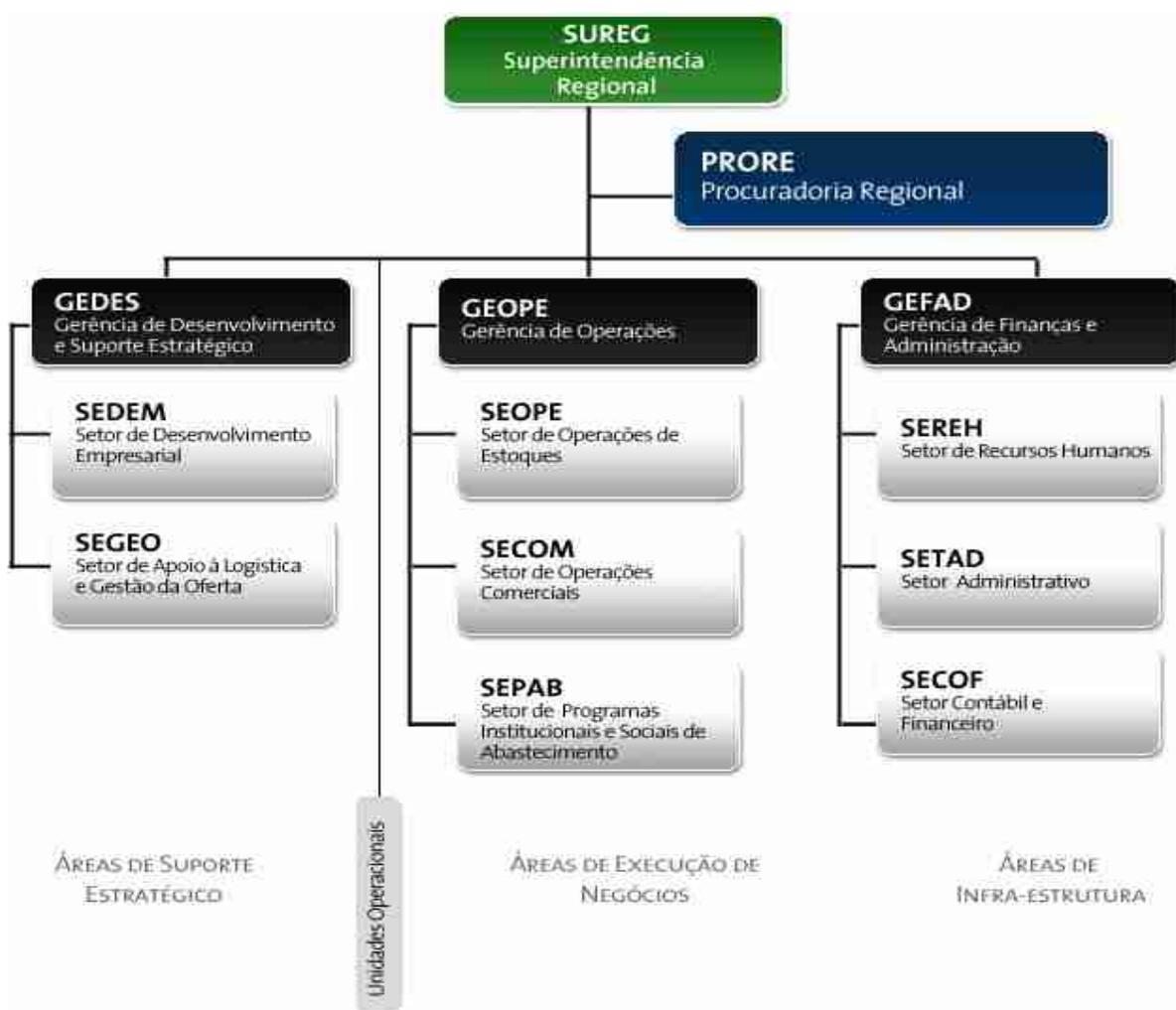
- Representar a Companhia perante os órgãos federais, estaduais e municipais;
- Manter estreita e ativa interação com entidades públicas e privadas ligadas ao

agronegócio, objetivando antever soluções para questões regionais, divulgar as ações da Companhia e buscar novos negócios;

- Divulgar, cumprir e fazer cumprir as diretrizes governamentais estratégicas da Companhia, as disposições legais e os atos normativos em vigor;
- Coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas áreas subordinadas;
- Constituir grupos de trabalho, comissões de licitação, de sindicância, de inventário de mercadorias e outros similares de interesse da Companhia.

Sua estrutura orgânica, composta por unidades administrativas e operacionais, está disciplinada no Estatuto Social e regulamentada no Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração.

Figura I - Organograma Institucional



1.2. Planejamento Estratégico e seus principais Macroprocessos

O Planejamento Estratégico da Conab, concebido em 2003, objetivou capacitar a Companhia para novos desafios, no sentido de atender as demandas do governo federal à época. Foi utilizada a metodologia do Balanced Scorecard-BSC para o seu desenvolvimento, que ocorreu de forma compartilhada, envolvendo equipes de líderes da Matriz (Diretoria Colegiada, Superintendentes e Coordenadores de áreas da Presidência) e das Regionais (10 Superintendentes Regionais), além de alguns gerentes, assessores e técnicos, que compuseram as equipes de Desenvolvimento e Multiplicadores durante o processo de implantação.

Os principais produtos gerados foram o Mapa Estratégico Corporativo, a nova declaração de missão e visão e a proposta de valor aos diferentes públicos-alvo da Companhia.

Estruturado em cinco perspectivas – excelência organizacional interna, integração, financeira, processos internos e sociedade, as quais englobam um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pela organização no alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão institucional, esse Mapa buscou traduzir a estratégia organizacional, assim como criar um referencial comum e de fácil compreensão para unidades e servidores.

Aprovado o planejamento em 2004, nos dois anos subsequentes houve um esforço para implementação das estratégias definidas para o horizonte de cinco anos (2005 a 2008), com a definição de metas, apuração de indicadores, monitoramento de resultados, designação de responsáveis por projetos e reuniões de análises estratégicas com as lideranças da Conab.

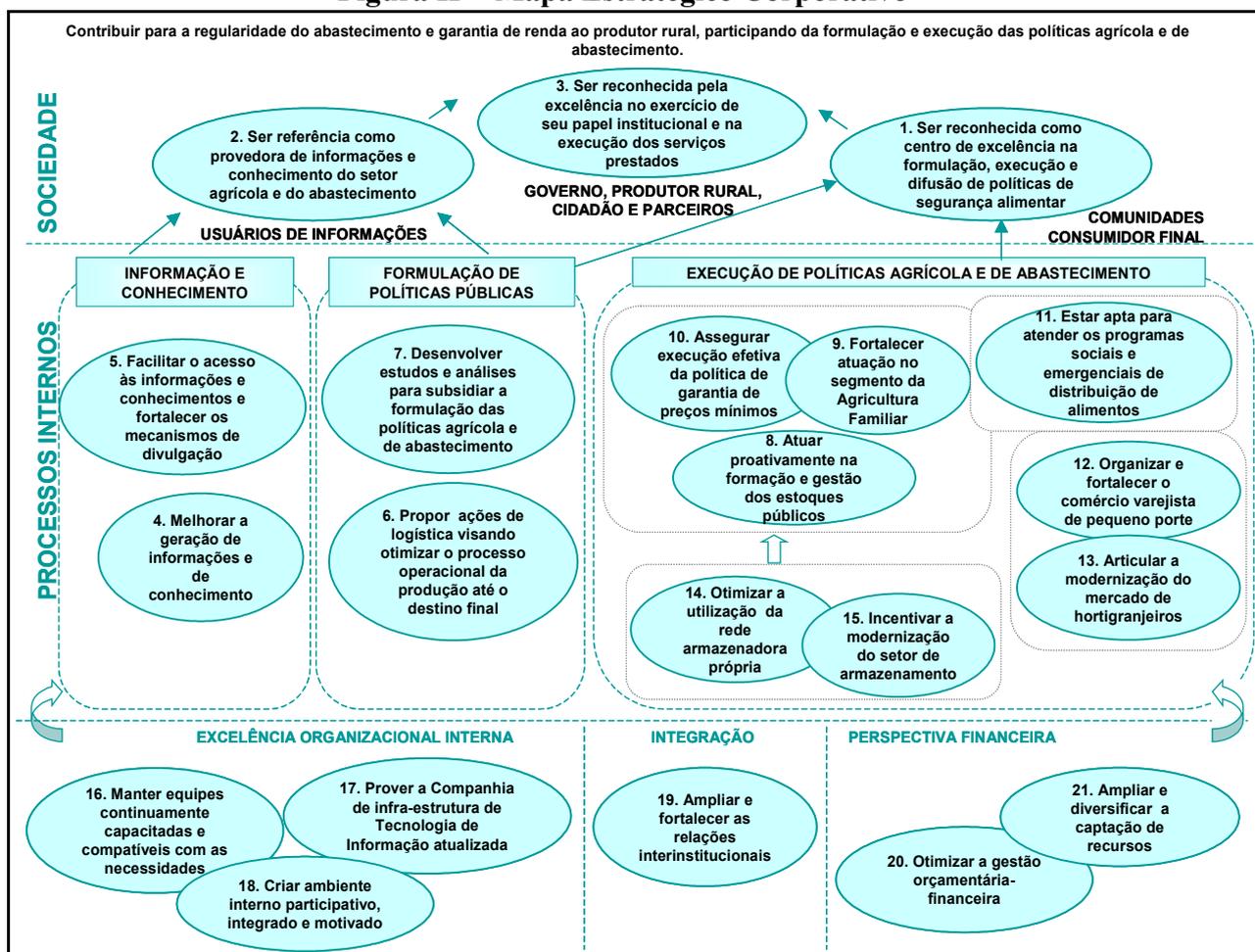
No entanto, a partir de 2007, com a mudança na alta direção, o planejamento estratégico foi descontinuado, assim como foram desconstituídos os grupos formados para seu acompanhamento.

Por força do Acórdão da 2.^a Câmara do TCU, n.º835/2011, alertando a Companhia sobre a necessidade de retomada do planejamento estratégico, em virtude dos riscos de gestão decorrentes da falta de utilização desse instrumento, foi criado, em 2011, grupo de trabalho com a finalidade de resgatar o processo de planejamento. Dentre as recomendações apresentadas pelo grupo, foi proposta a criação de uma unidade orgânica específica para a elaboração e execução do planejamento estratégico, vinculada administrativamente à Presidência e hierarquicamente ao Conad, além da contratação de uma consultoria visando auxiliar a Conab na retomada e sistematização de processos internos ao planejamento estratégico.

Novo grupo de trabalho foi constituído em 2012, o qual ficou encarregado de validar os objetivos estratégicos, metas e projetos que permitiriam alinhar a gestão ao cumprimento da missão institucional. Como resultado, foram atualizados os objetivos e indicadores constantes do Mapa Estratégico. No entanto, embora avalizados pela Diretoria, os indicadores não chegaram a ser apurados nesse exercício, por necessitarem de ferramenta específica para seu monitoramento, não disponível em versão atualizada, e dependente de aprimoramento a ser efetuado com os produtos decorrentes da licitação a ser encaminhada.

Paralelamente, deu-se início à elaboração do Termo de Referência para contratação de empresa especializada no tema. A vencedora do certame responderá pela implantação e operação assistida da unidade de apoio à gestão integrada da estratégia. Além dos produtos previstos, espera-se que, com o apoio de consultoria especializada, haja a transferência de conhecimento, por meio de capacitações e operações realizadas no próprio ambiente de trabalho, de forma a elevar o nível de maturidade em gestão e governança na Conab e facilitar o seu desdobramento para as Superintendências Regionais.

Figura II - Mapa Estratégico Corporativo



Fonte: Conab

Breve análise sobre seus principais macroprocessos relacionados aos setores da sociedade

Macroprocesso de Sustentação de Renda

Este macroprocesso retrata o atendimento aos produtores e tem seu início demarcado pela identificação da necessidade de intervenção no mercado com o objetivo de manutenção da renda do setor. Para tanto, podem ser utilizados os instrumentos definidos no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM ou do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Sua execução exige **constante monitoramento das condições existentes no mercado agrícola, remetendo à necessidade de alinhamento entre as diferentes instâncias de decisão, tanto internas quanto externas, envolvendo o planejamento e a decisão da intervenção.**

Público-alvo: produtores rurais, cooperativa de produtores e associações e grupos formais ou informais de produtores.

Família de Produtos e Serviços: contempla instrumentos ligados à compra e à subvenção, tais como AGF, Contrato de Opção de Venda, Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR Estoque e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação.

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:
<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/9b925ccef30179a929a8e60c1ca468a.pdf>

Macroprocesso de Promoção do Abastecimento

Este macroprocesso caracteriza-se pelo atendimento aos consumidores, desde comerciantes, agroindústrias ou pequenos criadores. Assim como no macroprocesso anterior seu início também é demarcado pela identificação da necessidade de uma intervenção por meio de vendas ou pela concessão de subvenção econômica, objetivando o escoamento de produtos das zonas de produção para áreas desabastecidas. Possui forte interface com o macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimento, buscando identificar o momento e a intensidade das intervenções.

Público-alvo: consumidor/adquirente, diretamente ou indiretamente por meio atacadistas, agroindústria de transformação, pequenos criadores e agroindústria de pequeno porte, cooperativas de consumo, exportadores, varejistas.

Família de Produtos e Serviços: contempla instrumentos e serviços ligados à venda e a subvenção, tais como Vendas de Produtos com o sem subvenção, Venda Balcão, VEP, PEP.

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/3cc58c3d7116d2eab5cc03f3a268e08b..pdf>

Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento

Este macroprocesso envolve duas atividades atualmente desenvolvidas pela Conab no sentido de favorecer a organização do abastecimento interno: O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Prohort e a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP. O primeiro foi criado com o intuito de preencher o espaço criado pela desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização-Sinac que mantinha uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais, e a Refap foi concebida com o propósito de gerar ações que promovam a formação de Centrais de Negócios, com a perspectiva de fortalecer o comércio de pequeno porte.

Público-alvo: Centrais de abastecimento e similares, alvo do "Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro - PROHORT" e Varejistas de pequeno porte, conforme definições do programa REFAP (Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos).

Família de Produtos e Serviços: Centrais de Negócios e Portal de Informações de preços e quantidades comercializadas.

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/61e2ac3b4647a5238a4e45258d6a2d4f..pdf>

Macroprocesso de Atendimento a Parceiros

É um macroprocesso de atendimento às parcerias celebradas com outros órgãos públicos. Tem seu início demarcado pela demanda externa específica e que envolve principalmente ações de complementação alimentar e nutricional, incluindo a Ajuda Humanitária Internacional. Sua execução envolve a celebração de acordos com parceiros devido à necessidade de dotação orçamentária/financeira.

Público-alvo: Parceiros caracterizados por ser do Governo e por contratar os serviços da Conab, especialmente MAPA, MDS e MDA e órgãos estaduais e municipais.

Família de Produtos e Serviços: Aquisição para programas sociais, entrega de cestas de alimentos, merenda escolar, dentre outros.

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/911fb5bec2ab890e01ef8e89fc71e280..pdf>

Macroprocesso de Prestação de Serviços

Envolve os serviços de armazenagem de produtos de terceiros, realização de leilões privados ou a classificação de produtos. Tem seu início demarcado a partir de demandas externas.

Público-alvo: União, sociedade, setor privado.

Família de Produtos e Serviços: Prestação de serviços de armazenagem (recepção, pesagem, secagem, limpeza, etc); prestação de serviços de classificação para terceiros; leilões com uso do Sistema Eletrônico de Comercialização-SEC.

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/9019b7528a181936db7e88696e7ddedf.pdf>

Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos

É um macroprocesso de suporte à atividade de armazenagem dos estoques públicos ou de terceiros e que tem seu início demarcado pelo recebimento de produtos nas unidades operacionais da Conab. Para a operacionalização dos instrumentos da PGPM a Conab disponibiliza a relação dos armazéns cadastrados e credenciados, necessitando, ainda, para a formalização das AGFs e a execução dos Contratos de Opção de Venda a celebração de contrato de prestação de serviços. Esta atividade recebeu várias melhorias materializadas pela criação de sistemas de controle, geração eletrônica de notas fiscais e emissão de relatórios gerenciais, necessitando porém de contínuo acompanhamento e revisão face às alterações nas legislações que atuam sobre esta atividade.

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/5cdbedf2a41f1f6ffbd0cea69f1d0f0f.pdf>

Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos

É o principal macro-processo de sustentação da estratégia de tornar a Conab uma empresa de conhecimento retratando a atuação conjunta de toda a Companhia. É um macro-processo que tem interfaces com todas as atividades desenvolvidas e que impacta fortemente na estratégia e no alcance da visão de futuro da Companhia, necessitando, portanto de contínua análise no sentido de identificar possíveis mudanças no ambiente de atuação da Companhia.

É caracterizado como um macroprocesso de atendimento ao público-alvo, que tem seu início demarcado tanto pela necessidade de geração de informações e conhecimentos já tradicionalmente definidos pela Companhia ou por demandas específicas de novas informações e/ou conhecimentos.

Público-alvo: governo, setor agrícola, agentes financeiros, imprensa especializada, instituições de ensino e pesquisa, entidades de classe, ONG, armazenadores.

Família de Produtos e Serviços: estudos técnicos e científicos, proposta de política agrícola, proposta de preços mínimos, informações agrícolas, avaliação de safra, custo de produção, conjuntura agropecuária, estudo de logística, Valor Bruto da Produção, IPP & IPR, PLE, análise de cadeias produtivas; mapeamento geo espacializado, séries históricas e estatísticas agrícolas. cadastro de armazéns, vistoria e informações de estoques privados, cadastro dos fornecedores, fiscalização do cadastro da cadeia produtiva da borracha natural e das operações referentes aos Programas de Subvenção, treinamento em armazenagem, informações quanto ao abastecimento social, cadastramento de empresas no SICAF (elaboração e manutenção de arquivo no SICAF).

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/76e2b5416fca06120e5a75ec9a4558b0.pdf>

Principais resultados estratégicos previstos para os próximos 5 exercícios

A Conab, como agente oficial encarregado de cuidar do abastecimento público de alimentos e matérias-primas agropecuárias, está diretamente envolvida na formulação e execução das políticas de sustentação da renda dos produtores a fim de assegurar sua capacidade de expansão, atuando, ainda, na complementação da oferta da capacidade de armazenamento; portanto, necessita estar atenta ao crescimento da produção e do comércio agrícola e programar suas atividades futuras de acordo com as perspectivas dos mercados. Ademais, procura definir políticas específicas de apoio ao pequeno agricultor familiar, de modo a assegurar que o comércio de sua produção seja rentável e que também seja preservada a continuidade de suas atividades.

Nesse sentido, as ações da Companhia, planejadas e organizadas, podem contribuir com a geração de renda e emprego, no campo e nas cidades; regularizar o abastecimento dos principais alimentos em todo o território nacional, minimizando possíveis impactos sobre a inflação; contribuir para o acesso à alimentação de uma parcela significativa da população que se encontra em situação de insegurança alimentar e nutricional; promover o uso da agrobiodiversidade, além de valorizar e resgatar hábitos alimentares regionais.

Entretanto, como decorrência de deficiências de gestão acumuladas nos últimos anos, a Companhia, hoje, apresenta problemas conjunturais e estruturais que demandam ações de reordenamento, com vistas a resgatar sua capacidade técnica e administrativa, restaurar sua imagem e proporcionar o alcance de seu pleno potencial, devendo, para tanto, priorizar 24 projetos estratégicos nas áreas de pessoal, planejamento, estrutura organizacional, armazenagem, abastecimento e geração de informação e conhecimentos.

Entre os projetos voltados para a gestão de pessoas estão a elaboração de um novo plano de cargos, carreira e salários; a criação da Universidade Corporativa da Conab; e um plano de estímulo à participação de todos os empregados no Instituto de Seguridade Social-Cibrius. No âmbito da estratégia e estrutura organizacional, deverão ser retomadas as atividades do planejamento estratégico e realizados estudos para a modernização da organização, bem como implementada a gestão participativa na Companhia. Assim como deverá elaborar uma política para sua rede armazenadora, a Conab deverá participar da construção do Plano Nacional de Armazenagem. Os resultados almejados para a geração e disseminação de Informação e Conhecimento contarão com projetos como: definição de coeficientes acerca da capacidade de trabalho e eficiência de campo das máquinas e implementos agrícolas; elaboração de metodologia de custos de produção para a atividade integrada agricultura-pecuária; aperfeiçoamento da metodologia de previsão da safra agrícola com uso da geotecnologia; desenvolvimento de cálculo da receita bruta dos produtores rurais brasileiros. O abastecimento social estará contemplado mediante projetos que fortaleçam a parceria nas ações voltadas à complementação alimentar, ao apoio à organização de pequenos varejistas e modernização dos mercados hortícola e frutícola, complementados com a implantação de programa de sustentabilidade nos terminais hidroviários da Amazônia.

Entende-se que os resultados desses projetos serão oportunos para efetivar as necessárias transformações na gestão e na imagem institucional da Companhia.

2. ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO

2.1. Análise sobre o Ambiente de Gestão

O modelo de funcionamento da Conab é fundamentado no atendimento aos objetivos do Programa Abastecimento Agroalimentar, que buscam contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, à comercialização e ao armazenamento, bem como a manutenção de estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira.

As ações finalísticas, ou seja, aquelas diretamente vinculadas à missão institucional da Conab, compõem o Programa Abastecimento Agroalimentar que visa, entre outros objetivos, o aumento e a diversificação da produção agrícola, e a formação de estoques públicos com vistas à regularidade do abastecimento interno e à segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

E em 2012, mais uma vez esta Regional centrou esforços e direcionou suas ações no atendimento das necessidades dos segmentos produtivos das cadeias do agronegócio, agricultores familiares, famílias em situação de risco nutricional e pequenos varejistas.

Para tanto, o foco das principais ações finalísticas esteve centrado nos objetivos vinculados à execução dessas políticas, delineados no Mapa Estratégico Corporativo, quais sejam:

Assegurar a execução efetiva da Política de Garantia de Preços Mínimos e Atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos;

Fortalecer a atuação no segmento da Agricultura Familiar;

Estar apta para atender os programas sociais e emergenciais de distribuição de alimentos;

Organizar e fortalecer o comércio varejista de pequeno porte;

Articular a modernização do mercado de hortifrutigranjeiros.

O modelo de funcionamento da Conab também é fundamentado na articulação e formação de parcerias com instituições públicas, sejam elas da esfera federal, estadual ou municipal, de forma a ampliar, potencializar e realizar as ações necessárias para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural em todo o País. Os principais parceiros são o **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS** e o **Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA** no âmbito federal e a **Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária** vinculada ao governo estadual.

Fatores de risco e sua gestão no exercício em análise e para os próximos dois exercícios

As atividades desenvolvidas pela Sureg-PE são reguladas por normas administrativas, operacionais, e controladas internamente por mecanismos percebidos por todos os empregados, de acordo com a área em que atuam. Porém riscos e incertezas são inerentes a essas operações, já que são constantes e frequentes as mudanças que ocorrem no ambiente em que ela atua, principalmente quando essas ações são realizadas em momentos e situações graves, emergenciais e fora do padrão, que requerem muito além da capacidade instalada, da estrutura física e recursos disponibilizados, da tecnologia e equipamentos em uso e do pessoal não tão bem capacitado.

Com a retomada definitiva do planejamento estratégico em 2012, por força do Acórdão da 2.ª Câmara do TCU, n.º835/2011, que alertou a Companhia sobre a necessidade de retomada do planejamento estratégico, em virtude dos riscos de gestão decorrentes da falta de utilização desse instrumento, uma nova perspectiva de gestão se instalou propiciando mais capacidade e condições para monitorá-los e amenizá-los.

A identificação e análise das ameaças e oportunidades, bem como das fraquezas e forças, relacionadas ao ambiente externo e interno da Empresa, já estão se configurando em planos de ação, em indicadores de planejamento e de desempenho, novos procedimentos, controles mais avançados, projetos melhor elaborados, maior interação entre Matriz e Superintendências Regionais, entre outros, que resultarão no aprimoramento da excelência organizacional e numa exitosa execução das políticas agrícolas e de abastecimento nos anos que se seguem.

Paralelamente, a Sureg-PE, com o propósito de gerenciar riscos e ao mesmo tempo fazer o melhor uso das oportunidades que surgem, tanto no ambiente externo quanto interno, tem procurado aprimorar o seu modelo de gestão com base no Mapa Estratégico Corporativo, e em 2012 estabeleceu novos métodos e procedimentos de trabalho que garantam o cumprimento das regras vigentes na Empresa e a qualidade dos serviços prestados

Esse ordenamento promove e garante, por exemplo, que as operações realizadas para a retirada dos produtos da Sureg-PE não apresentem riscos, mesmo cobertas por contrato e/ou pagamentos antecipados.

No caso dos pagamentos de subvenções, esses só são realizados após uma conferência rigorosa da documentação apresentada (Receita Federal e Estadual) que comprove a operação, e ainda são submetidos a uma consulta ao CADIN, evitando-se assim que devedores do Tesouro Nacional sejam beneficiados indevidamente.

Estratégia de atuação da Empresa

Em 2012, numa evolução constante desde 2010, a seca no Estado de Pernambuco – a mais prolongada nos últimos 50 anos, prejudicou as safras de grãos e de mandioca, reduziu em 70% a produção de leite e derivados, e sem produtos e preços que justificassem, não foi possível a nossa intervenção através do CDAF.

Entretanto, o Programa Venda Balcão Especial para o milho foi o mais utilizado em 2012, com preços subsidiados. Na verdade um grande desafio para a Sureg que, sem estrutura física e pessoal suficientes, buscou alternativas para suprir a grande demanda que passou de 170 para 16.800 criadores. Para o atendimento desse público-alvo foram abertos 08 Polos de Distribuição em diversos municípios, além das nossas duas Unidades Armazenadoras situadas em Recife e Arcoverde, que ao final transacionaram um total de 17.906.379.300 kg.

A Central de Abastecimento – CEASA / PE, nossa principal parceira dentro do programa de Modernização dos Mercados Atacadistas de Hortigranjeiros – PROHORT, que tem como objetivo principal o incentivo a produção, comercialização e agregação de valor aos produtos oriundos da agricultura familiar em nosso Estado, divulga no site do Prohort, os preços dos principais itens comercializados, propiciando ao produtor o direcionamento da produção para os centros com maior necessidade daquele produto, a melhora da margem de lucro, a regulação do mercado e consequentemente benefícios ao consumidor.

Dela também obtemos informações detalhadas sobre a comercialização nos mercados atacadistas, incluindo volume ofertado, origem do produto e preços. É uma importante ferramenta gerencial que possibilita o acesso às informações por meio de gráficos e relatórios.

Em 2012, o preço da saca de 50 kg da farinha de mandioca, milho e feijão ficaram respectivamente em torno de R\$ 100,71, R\$ 43,42 e R\$ 185,71. No final do ano, não existia preços ao produtor em decorrência da perda da safra desses grãos. E não há nenhuma previsão de normalidade climática.

Para amenizar a falta de alimentos para os rebanhos do Estado, utilizamos os Programas Venda Balcão e COMPRA ANTECIPADA DE CAPRINOS E OVINOS, como estratégia. Foram atendidos 301 produtores, que adquiriram em 2012, 5.721 animais vivos, perfazendo um total de

162.081 kg. Após o abate e o empacotamento desta quantidade, foram obtidos 66.600 kg de carne beneficiada para doação, perfazendo um rendimento de 41,09%.

Para dar suporte a estratégia escolhida, a Sureg/PE contratou 03 empresas para o abate, manipulação, processamento e armazenamento frigorificado de caprinos e ovinos na modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar. Esta operação foi criada pela Resolução Nº 48 de 28/08/2012 e publicada no DOU 162 de 21/08/12 seção 01, página 67, com recursos do MDS, para atender os anseios do criador rural atingido pela seca. Eis o detalhamento a seguir:

- Abate de caprinos e ovinos, assim como sua manipulação, processamento, e armazenamento frigorificado, incluindo embalagens, mão de obra, etiquetas, taxas, impostos, etc.
- Contrato de Prestação de Serviços de Abate, Frigorificação e Armazenagem de Carne de Caprinos e Ovinos, com rendimento mínimo de 40%.

Todo processo foi orientado pela Matriz na área da Superintendência de Suporte à Agricultura Familiar – SUPAF, subordinada a Diretoria de Política Agrícola e informações – DIPAI, acordada pela Diretoria Administrativa Financeira e aprovado pela 1061ª Reunião da Diretoria em 26/09/2012.

As contratações estão registradas no Processo Nº 21203.002517/2012-79 na Geope/PE. A seguir relatamos as empresas que foram contratadas :

1. **FRIBEEF, localizado na Av. Elisa Patriota nº 596, Distrito Industrial, Bezerros/PE, fone 81-33277335;**
2. **Caprinovinocultura Pajeú Ltda – MISTER BODE, localizado no Sítio do Poço da Volta, Estrada da Ingazeira, Km 06, Afogados da Ingazeira/PE, fone 81-997630714;**
3. **COCANE – Cooperativa Central Agrícola do Nordeste, localizado na Br 316, S/N, Km 145, Parnamirim/PE, fone 81-34545575.**

É importante ressaltarmos que se não fosse o trabalho conjunto da Sureg-PE com o Governo do Estado de Pernambuco, através dos Programas Venda Balcão Especial e Compra Antecipada de Caprinos e Ovinos, o rebanho dos pequenos e médios produtores estaria totalmente dizimado.

Informações do IPA/PE calcula que a recomposição do plantel o Estado de Pernambuco levará - no mínimo - 10 anos.

2.2. Análise sobre o Ambiente de Negócios

É fato notório que o impacto das mudanças no ambiente de negócios atinge a todos. A questão atual é como desenvolver metodologias de inovação nas organizações que lidem com ameaças e antecipem oportunidades. Indo além, como transformar problemas e ameaças em oportunidades e como converter oportunidades em resultados sustentáveis no tempo.

Na agricultura brasileira existem várias consoantes que interferem no ambiente de negócios, quais sejam a logística, câmbio, política agrícola, tecnologia e bioenergia. Tais fatores também interferem na agricultura familiar, público alvo de vários programas da Conab, principalmente nos aspectos de logística e política agrícola, talvez não em sua totalidade e complexidade, mas interfere no seu desempenho.

Diante desse contexto e da necessidade de avançar na capacidade de comercialização dos produtos é que a Conab vem desempenhando seu papel com o objetivo de avançar na organização econômica da agricultura familiar, criando um ambiente de negócios onde se combinem as tradições produtivas da agricultura familiar, a sustentabilidade ambiental e a competitividade.

O Estado de Pernambuco não produz grãos, farináceos e produtos agropecuários como açúcar, leite e seus derivados, etc. em grande escala, em consequência também não requer serviços de armazenagem na mesma proporção. Os armazéns próprios (Recife e Arcoverde) tem atendido satisfatoriamente, quando solicitados para estocar os produtos decorrentes das operações da Compra da Agricultura Familiar. A demanda por unidades armazenadoras é requerida no interior do Estado, para que se possa atender melhor ao pequeno e médio produtor rural no Programa Venda Balcão.

A demanda por unidades armazenadoras é requerida no interior do Estado, principalmente no Sertão Central (Salgueiro), no Alto Sertão (Petrolina) e no Agreste (Garanhuns), para que possamos atender com mais eficiência, eficácia e efetividade as demandas da Agricultura Familiar, especialmente ao Programa da Compra com Doação Simultânea e nas emergências, que se valem quase que exclusivamente do programa Venda Balcão Especial (venda de milho com preços subsidiados para socorrer o público-alvo que sofre com os efeitos da seca).

A compra para a formação de estoque é voltada na sua quase totalidade para a agricultura familiar. Em 2011, esse programa não foi utilizado por falta de recursos e em 2012 por causa da devastadora seca que assola a agricultura do nosso Estado.

Durante o ano de 2011 e 2012 também não armazenamos produtos oriundos da Compra da Agricultura Familiar. Em 2011 foi por falta de recursos e em 2012, em razão da seca que elevou os preços bem acima dos preços de referência para compra por escassez de produtos agrícolas.

Quando se trata de apoio a comercialização, ressaltamos que os programas Aquisição e Empréstimo do Governo Federal – AGF e EGF, Prêmio Equalizador Pago ao Produtor – PEPRO, Prêmio Para escoamento do Produto - PEP, praticamente não são utilizados nas nossas intervenções em face da nossa produção agrícola, historicamente, não atingir volumes que provoquem queda acentuada nos preços ao produtor que necessitem utilizar a Política de Preços Mínimos.

Mapeamento das principais empresas do setor privado que prestam serviços análogos aos da Conab

a) Armazenagem

Com 109 unidades no Estado, todas sem certificação do Ministério da Agricultura, a capacidade de armazenamento para atender a produção do Estado, que não é expressiva, é suficiente. Mais se operacionalizássemos com os instrumentos de comercialização AGF e EGF, que requerem uma venda imediata, não seria possível. Quando da necessidade de armazenamento por parte do produtores, ela se faz por pouco tempo e em pequenos galpões alugados por eles mesmos. Somente nas grandes safras ocorridas em 1978 e 1982 houve necessidade de armazenamento de feijão e farinha pelo Estado.

b) Comercialização

A comercialização agrícola se dá dos produtores para os atacadistas e nas feiras dos municípios que estão no momento da safra. Isto por ser ela muito pulverizada em pequenos produtores. Nos últimos trinta anos, a intervenção da Sureg/PE neste seguimento somente se realizou na compra de farinha de mandioca na região de Araripina e pequenas aquisições de feijão, também no Sertão e no Agreste do Estado. Já a comercialização da cana-de-açúcar, a fruticultura, avicultura, o leite e seus derivados obedecem a características próprias.

c) Classificação

Para a execução de todo o trabalho relativo à classificação, utilizamos as seguintes empresas: Serviço de Classificação Ltda - SERPA, localizado no Recife / PE. Para análise de alimentos, utilizamos o LEAL, **laboratório da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE**.

De acordo com os objetivos constantes no Estatuto Social, a atividade de armazenagem

desenvolvida pela Conab tem como função principal a guarda e a conservação dos estoques públicos, formados a partir da execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, além das políticas do Governo Federal nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários no mercado interno, podendo atuar, se necessário, como companhia de armazéns gerais.

A receita da Sureg-PE neste tipo de serviço, originou-se do armazenamento de **Produtos Industrializados/Manufaturados da Empresa O Especialista Comércio de Bebidas Alimentos e Presentes Ltda**, localizada no município de Jaboatão dos Guararapes.

Conforme demonstrado no quadro a seguir, em 2012, o faturamento total, incluindo as tarifas de armazenagem e as de garantia e produtos armazenados, foi de R\$ 27.220,66. É conveniente ressaltarmos que os serviços de armazenagem desses produtos não geram receita própria porque os recursos são do Tesouro Nacional

Quadro 2.1 – Serviços que geram receitas próprias na UJ

Serviço	Receita	%
Armazenagem de Produtos Agrícolas	27.220,66	100,00
Leilão de Terceiros (público)		0,00
Leilão de Terceiros (privado)		0,00
Classificação de Produtos		0,00
Total de Serviços	27.220,66	100,00

Fonte: Siafi e Suope/Gerop

A armazenagem de produtos de terceiros na nossa principal unidade armazenadora, localizada no Recife, é insignificante porque ela fica num bairro residencial e longe dos portos de Suape e do Recife. Outros dois fatores que corroboram para essa situação são a opção pelo uso informal de galpões com preços mais acessíveis e porque parte do comércio e indústrias fazem a movimentação de estoques aos sábados, domingos e feriados. E nesses dias da semana não há expediente na Sureg-PE. Comparativamente com a receita de 2011 - R\$ 28.383,79 em 2012 houve uma redução de 4,10%.

a) Principais clientes do setor público – armazenagem

CNPJ	Razão Social	Produto	Peso Movimentado (kg)	Valor Movimentado (R\$)
26461699035057	Companhia Nacional de Abastecimento - Opções	Embalagens e milho	22.263.642	9.028.863,37
26461699026651	Companhia Nacional de Abastecimento - Estratégico	Açúcar, arroz, farinhas, feijão, laticínios, óleos vegetais e outros produtos alimentícios	5.239.745,000	10.834.324,22
26461699045796	Companhia Nacional de Abastecimento - PAA	Açúcar, farinhas, feijão, laticínios, arroz e embalagens	2.365.848,000	4.225.796,97

Fonte: Suarm/Gearm

b) Principais clientes do setor privado – armazenagem

CNPJ	Razão Social	Produto	Quantidade(t)	Valor (R\$)
70.177.910/0001-20	O Especialista Com. De Bebidas Alimentos e Presentes Ltda	Produtos Industrializados/Manufaturados	290	27.220,66

3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA

3.1. Análise das principais ações ligadas à compra e a subvenção

A Conab responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola.

Tal política foi criada para dar suporte ao produtor nas situações em que os preços de mercado caem a níveis que tragam prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades e sair do mercado assim que as condições estiverem recuperadas.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a Conab leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei n.º 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características sócio-econômicas que envolvem cada produto.

A PGPM atua por meio de instrumentos de comercialização como:

- Aquisições do Governo Federal (AGF);
- Contrato de Opção;
- Prêmio de Escoamento de Produto (PEP);
- Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO).

A pauta de produtos amparados pela PGPM é composta por diversos produtos. Destes, tradicionalmente a Conab realiza intervenções, seja por aquisições ou por concessão de subsídios para escoamento, nos mercados de arroz, feijão, milho, sisal e trigo e esporadicamente algodão, fécula, leite, sorgo e uva.

Destaca-se na agricultura pernambucana a cultura de cana de açúcar e, em menor escala, o milho, o feijão e o arroz. Altamente dependente das condições climáticas, principalmente na região do semi-árido (região central e oeste do Estado); com baixa aplicação de recursos financeiros, alto emprego de mão de obra familiar e, ainda, caracterizada em sua maioria como de subsistência, a produção agrícola não é suficiente para o atendimento à demanda interna, principalmente do setor avícola, necessitando de importações de outros estados, com destaque os da Região Centro-Oeste.

No decorrer do ano 2012, os preços dos produtos agrícolas se situaram bem acima do Preço Mínimo. Os que conseguiram resistir a estiagem dispararam de preços. A farinha de mandioca aumentou mais de 300% no varejo e o preço praticado manteve uma média de R\$ 100,71 por saca de 50 kg durante todo o ano. Por isso não foi utilizado nenhum instrumento da PGPM.

3.2. Análises dos Programas de Sustentação de Renda

3.2.1. Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF

Aquisição direta com pagamento à vista, quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo fixado para a safra vigente, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

Não utilizamos este instrumento para a aquisição de produtos agrícolas. Em 2012, a sacaria destinada para Pernambuco, no total de 566.173 unidades, ao custo de R\$ 595.401,31, foi adquirida para ser utilizada exclusivamente para o ensaque do milho do Programa Venda em Balcão.

3.2.2. Contratos de Opção de venda

Aquisição seletiva onde o governo escolhe a região e o produto, beneficiando produtores rurais e cooperativas cadastrados em uma Bolsa credenciada, dando-lhe o direito de vender seu produto numa data futura, a um preço previamente fixado.

- **Não houve contrato de opção.**

3.2.3. Prêmio para o escoamento de Produto – PEP (compra)

Prêmio concedido através de leilões àqueles que se disponham a adquirir o produto indicado pelo governo diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida.

- **Não houve nenhuma subvenção PEP originada em PE.**

3.2.4. Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa – PEPRO

Subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se dispõe a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo governo e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão. Desobriga o governo de adquirir o produto, viabilizando seu escoamento para as regiões consumidoras.

- **Não houve nenhuma subvenção PEPRO originada em PE.**

3.2.5. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Programa interministerial voltado ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país, com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e do Desenvolvimento Agrário-MDA. É executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos instrumentos de Compra Direta, Formação de Estoques da Agricultura Familiar e Doação Simultânea.

O Programa é coordenado pelo Grupo Gestor do PAA, e os recursos oriundos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos seguintes instrumentos:

Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF: tem como finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em todo o território nacional, de agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados preferencialmente em grupos formais (cooperativas ou associações) ou informais. Os produtos amparados são: arroz, castanha de caju, castanha do brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo. A Conab a seu critério, poderá adquirir outros produtos processados/beneficiados, próprios para o consumo humano.

Formação de Estoque pela Agricultura Familiar denominado CPR-Estoque: tem por finalidade a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição do produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos A ao E do Pronaf, visando a sustentação de preços e agregação de valor. Atende o mesmo público alvo do instrumento anterior, devendo os agricultores estarem organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios ou consórcios. São amparados os produtos alimentícios da safra vigente, próprios para o consumo humano, cujo prazo de entrega é de 12 meses, a contar da

data de assinatura da Cédula do Produtor Rural, podendo ser prorrogado a critério da Conab, após análise de pedido formal da organização dos participantes, justificando o pleito.

Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea- CPR-Doação: objetiva o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares, em todo o território nacional, voltado para o mesmo público alvo dos instrumentos anteriores, que também devem estar organizados em grupos formais (cooperativas ou associações). São amparados produtos alimentícios próprios para o consumo humano, observando-se: a) produtos in natura da safra vigente;; b) produtos industrializados/beneficiados cujo prazo de validade não seja inferior ao da execução do projeto; c) produtos orgânicos, que observem a regulamentação contida no Decreto n.º 6.323, de 27 de dezembro de 2007; e d) a substituição do produto in natura por industrializados/processados/beneficiados poderá ser aceita, desde que sejam próprios para o consumo humano, de acordo com a conversão estabelecida pela Conab.

Nas operações de CDAF, os preços de referência são elaborados pela Conab, de acordo com os critérios propostos pelo Grupo Gestor do PAA, constantes da Resolução n.º 29, de 23 de maio de 2008, sendo que após a aprovação pelo Grupo Gestor são incluídos no Manual de Operações da Conab. Quanto as preços praticados na CPR-Doação e CPR-Estoque, estes são estabelecidos de acordo com a Resolução n.º 39, de 26 de janeiro de 2010.

a) Recursos Aplicados

Para a operacionalização do PAA, a Conab celebra Termos de Cooperação com o MDA e o MDS, com descentralizações de recursos orçamentários/financeiros consignados nos Programas 0351-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Ações: Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar) e 1049-Acesso à Alimentação (Ações: Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar e Ação e Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar).

b) Aquisição de Produtos

Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques públicos e são utilizados, preferencialmente, na distribuição gratuita às populações em situação de insegurança alimentar - geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos, a exemplo dos acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens e outros segmentos. São também distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes.

Dos instrumentos operacionalizados pela Conab, a CPR-Doação é o que apresenta a maior demanda pois possibilita a comercialização de produtos característicos da Agricultura Familiar, tais como: hortaliças, frutas, doces e outros produtos caseiros.

Também, devido ao fato da operacionalização da CPR-Estoque exigir melhor estruturação e maior planejamento da organização, sua procura tem sido estável. A grande concentração desse instrumento está na região Sul onde as Cooperativas e Associações apresentam maior experiência no acesso aos instrumentos de comercialização mais complexos.

Na operacionalização da CDAF a Conab monta os polos de compra em regiões produtoras, comunica as organizações dos dias e locais para a aquisição e o pagamento é realizado em até 10 dias, enquanto a CPR-Estoque e CRP-Doação exigem que as entidades proponentes enviem à Conab, por meio do PAANet, projetos detalhados, com a quantidade de produtores fornecedores, produtos e quantidades oferecidas e, especificamente para a CPR-Doação as

entidades que serão beneficiadas e a quantidade de pessoas assistidas.

Quadro 3.1 – Aquisições por meio da CDAF (MDS e MDA)

Órgão	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (em quilos)	Valor (R\$)
MDS	22	CAPRINO	302	163.828,00	1.089.456,20
Subtotal	22	-	302	163.828,00	1.089.456,20
MDA					
Subtotal	-	-	-	,00	-
Total	22	-	302	163.828,00	1.089.456,20

Fonte: Dipai/Supaf/Gecaf

A Sureg/PE, através da Geope, executou em 2012 aquisições através da CDAF em 22 municípios de Pernambuco, com recursos do MDS. A chamada Operação Bode. Programa de Compra Direta da Agricultura Familiar de Caprinos e Ovinos, criada pela Resolução N° 48 de 28/08/2012 e publicada no DOU 162 de 21/08/12 seção 01, página 67, com recursos do MDS, para atender os anseios do criador rural atingido pela seca.

Em 2012, operacionalizamos a aquisição de 5.721 animais em pé, perfazendo um total de 163.828,00 Kg. Após beneficiamento foram obtidos 66.600 kg de carne beneficiada, que resultaram no valor final de R\$ 1.089.456,20. A quantidade de criadores atendidos foi de 302.

Foram constituídos 03 polos de compras e contratados frigoríficos em condições de operar nas cidades de Parnamirim, Afogados de Ingazeira e Bezerros. A seguir os resultados obtidos em cada polo:

1. Parnamirim: 110 produtores, 2.131 animais, 64.418 Kg, carne beneficiada 25.960 kg e R\$ 428.379,70 de recursos aplicados.
2. Afogados da Ingazeira: 148 produtores, 2.756 animais, 75.167 Kg, carne beneficiada 31.570 kg e R\$ 499.860,55 de recursos aplicados.
3. Bezerros: 44 produtores, 834 animais, 24.243 Kg, carne beneficiada 9.070 kg e R\$ 161.215,55 de recursos aplicados.

Esta operação foi acompanhada por técnicos da Sureg, tanto nas aquisições, como para o processamento e armazenamento frigorificado. Os 03 frigoríficos contratados foram:

- FRIBEEF, localizado na Av. Elisa Patriota n° 596, Distrito Industrial, Bezerros/PE, fone 81-33277335;
- Caprinovinocultura Pajeú Ltda – MISTER BODE, localizado no Sítio do Poço da Volta, Estrada da Ingazeira, Km 06, Afogados da Ingazeira/PE, fone 81-997630714;
- COCANE – Cooperativa Central Agrícola do Nordeste, localizado na Br 316, S/N, Km 145, Parnamirim/PE, fone 81-34545575.

Quadro 3.2 – Aquisições por meio da CPR-Doação (MDS e MDA)

Órgão	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (em quilos)	Valor (R\$)
MDS	17	DIVERSOS	1.337	3.286.805	5.870.245,12
Subtotal	17	-	1.337	3.286.805	5.870.245,12
MDA					
Subtotal	-	-	-	0,0	-
Total	17	-	1.337	3.286.805	5.870.245,12

Fonte: Dipai/Supaf

Por meio da CPR-Doação, em Pernambuco, foram doados 3.286.805 quilos de diversos produtos alimentícios a 1.337 produtores, no valor total de R\$ 5.870.245,12.

Em decorrência da seca ocorrida durante todo o ano de 2012, que reduziu o pouco que o Estado produz, e cujos produtos são amparados pela Política de Preços Mínimos e de Apoio a Agricultura Familiar, praticamente não interferimos no mercado. A nossa intervenção se deu na aquisição de caprinos e ovinos pelo CDAF – Compra Direta da Agricultura Familiar, evitando que os pequenos criadores vendessem seus rebanhos a preços aviltantes.

O grande entrave para o alcance de uma operação mais abrangente e de maior sucesso, foi a falta de frigoríficos com condições mínimas de processamento e de armazenamento frigorificado. Os 3 frigoríficos contratados tinham uma pequena capacidade de armazenagem.

Quadro 3.3 – Quantidades e recursos dispendidos por instrumento

Instrumento	Origem do Recurso	Produto	Quantidade (em kg)	Valor (R\$)
CDAF	MDS	Carne Caprinos e Ovinos	163.828	1.089.456,20
	MDA			
CPR Doação	MDS	Diversos	3.286.805	5.870.245,12
	MDA			
CPR Estoque	MDS			
	MDA			
Total MDS			3.450.633	6.959.701,32
Total MDA				0,00

Fonte: Dipai/Supaf

Quadro 3.4 – Dez maiores operações na CPR-Doação

Origem do Recurso	UF	CNPJ	Proponente	Produto	Quantidade (emKg)	Valor Total Proposta (R\$)
MDS	PE	02.433.255/0001-73	COOPERATIVA MISTA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO VALE DO IPANEMA	Frutas, Carnes, Derivados Leite.	279	582.204,78
MDS	PE	04.644.106/0001-89	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DOS ASSENTADOS NO ASSENTAMENTO SANTA HELENA	Frutas, Carnes, Derivados Leite.	403	494.999,50
MDS	PE	11.693.704/0001-03	ASSOC. COM. "PEDRO MONTEIRO" DOS MOR. DOS SÍTIOS FERNANDES, JIBÓIA, MACAPÁ, MACAMBIRA, SÃO JOSÉSERECE	Frutas, Carnes, Derivados Leite.	262	426.698,09
MDS	PE	01.446.528/0001-51	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DA SERRA DA BAIXA VERDE	Frutas, Carnes, Derivados Leite.	150	395.949,29
MDS	PE	13.132.566/0001-19	ASSOCIAÇÃO FLORESCE JOSÉ GILDO DA SILVA	Frutas, Carnes, Derivados Leite.	104	345.449,76
MDS	PE	11.388.446/0001-51	ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE MORADORES E AGRICULTORES DO SÍTIO QUEIMADOS	Frutas, Carnes, Derivados Leite.	309	335.945,78
MDS	PE	04.592.798/0001-69	ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO SÍTIO MIMOSO	Frutas, Carnes, Derivados Leite.	63	311.197,96
MDS	PE	00.946.968/0001-05	ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DO SÍTIO FLORES	Frutas, Carnes, Derivados Leite.	122	298.255,90
MDS	PE	03.356.523/0001-63	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO SÍTIO BARRA	Frutas, Carnes, Derivados Leite.	301	296.577,64

Origem do Recurso	UF	CNPJ	Proponente	Produto	Quantidade (emKg)	Valor Total Proposta (R\$)
MDS	PE	09.130.697/0001-90	ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE CAPRINOS E OVINOS DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ - PE	Frutas, Carnes, Derivados Leite.	83	293.679,74

Fonte: Supaf/Gecaf

3.2.6. Subvenção Econômica aos Produtores de Cana de Açúcar

A subvenção da cana-de-açúcar em 2012, criada pela Portaria Interministerial Nº 777 de 21 de agosto de 2012, foi realizada com o apoio da Associação dos Fornecedoros de Cana do Estado de Pernambuco, e de uma maneira bastante equilibrada. O resultados destacamos a seguir:

- **Número de beneficiários = 6.419**
- **Quantidade em toneladas = 3.324.376,75**
- **Valor – subvenção = R\$ 16.621.883,75**

3.3. Principais indicadores de desempenho

Percentual de produtores atendidos pelo PEP em relação ao total de produtores no Estado (eficácia)

1	Nome do Indicador: % de produtores atendidos pelo PEP em relação ao total de produtores no Estado	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Identificar o alcance desse instrumento de comercialização			
	Análise do Resultado:			

Percentual de produtores atendidos pelo PEPRO em relação ao total de produtores no Estado(eficácia)

2	Nome do Indicador: % de produtores atendidos pelo PEPRO em relação ao total de produtores no Estado	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Identificar o alcance desse instrumento de comercialização			
	Análise do Resultado:			

Nº médio de documentos comprobatórios na subvenção PEP/PEPRO conferidos por dia (eficiência)

3	Nome do Indicador: N.º médio de documentos comprobatórios na subvenção PEP/PEPRO conferidos por dia	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Verificar o volume de documentos conferidos por dia			
	Análise do Resultado: considerar o volume médio de produto (quantidade em toneladas) por DCO			

Percentual de projetos do PAA com valores elevados (acima de R\$300 mil) (eficácia)

4	Nome do Indicador: Percentual de projetos do PAA com valores elevados (acima de R\$300 mil)	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Monitorar a aprovação de projetos do PAA com valores mais elevados	31,8		
	Análise do Resultado: Com o objetivo de atender o maior número de projetos e/ou municípios o valor representa praticamente 1/3 das propostas aprovadas para o ano, valor esse considerado dentro do esperado.			

Percentual de agricultores com menor renda atendidos pelo PAA (equidade)

5	Nome do Indicador: Percentual de agricultores com menor renda atendidos pelo PAA	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Avaliar a abrangência do PAA quanto ao atendimento a agricultores identificados com menor renda. A classificação de menor renda se dá pela DAP, ou seja, aqueles agricultores que estão enquadrados nos grupos A, B ou A/C do Pronaf.	77,8		
	Análise do Resultado: Com ações de garantir sustentação de renda ao produtor rural (agricultor familiar), foi atendido o percentual de mais de 2/3 dos agricultores que apresentaram proposta.			

Percentual de recursos do PAA destinado ao atendimento de agricultores com menor renda (equidade)

6	Nome do Indicador: Percentual de recursos do PAA destinado ao atendimento de agricultores com menor renda	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Avaliar o montante de recursos destinado ao atendimento de agricultores identificados com menor renda	78,2		
	Análise do Resultado: Os recursos destinados ao PAA atenderam quase 80,0% dos agricultores índice considerado normal, haja visto, o público alvo.			

Percentual de projetos supervisionados em relação ao total de projetos do PAA em execução (eficácia)

7	Nome do Indicador: Percentual de projetos supervisionados em relação ao total de projetos do PAA em execução	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Avaliar a abrangência da supervisão dos projetos do PAA no Estado	54,5		
	Análise do Resultado: Ítem considerado de controle apresenta uma amostra bastante significativa dos projetos em operacionalização.			

Percentual de municípios atendidos pelo PAA em relação ao n.º de municípios do Estado (eficácia)

8	Nome do Indicador: Percentual de municípios atendidos pelo PAA em relação ao n.º de municípios do Estado	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Avaliar a abrangência do PAA no Estado	9,7		
	Análise do Resultado: Número pequeno que tem que ser ampliado para o próximo ano.			

Percentual de mulheres produtoras atendidas pelo PAA (equidade)

9	Nome do Indicador: Percentual de mulheres produtoras atendidas pelo PAA	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Identificar o quantitativo de mulheres agricultoras contempladas em relação ao total de beneficiários do Programa	36,42		
	Análise do Resultado: Número um pouco superior a meta da cota que é de 30,0%, devendo ser ampliado para o próximo ano.			

4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO

As ações desenvolvidas pela Conab visando a regularização do abastecimento interno incluem a venda de estoques governamentais, por meio de leilões públicos ou em balcão, a compradores de pequeno porte e a concessão de subvenção, como estímulo ao escoamento de produtos de zonas produtoras para áreas desabastecidas, assim como a doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

As vendas em leilões públicos, com ou sem subvenção, são realizadas a partir de análises de mercado desenvolvidas pela Superintendência de Gestão da Oferta-Sugof, quando são identificadas as áreas desabastecidas, as variações danosas nos níveis de preços e os produtos que necessitam de intervenções. As vendas também podem ser realizadas para a redução de custos de manutenção de pontas de estoques, obedecidas as quantidades especificadas no Manual de Operações da Conab-MOC (embalagens até 10.000 unidades; arroz e milho até 100 toneladas; farinha e fécula de mandioca, feijão, juta/malva, mamona, rami, raspa de mandioca, sisal, soja trigo e sorgo até 60 toneladas; algodão, cera e pó cerífero de carnaúba até 2 toneladas), e pela necessidade de retirada de produtos de unidades armazenadoras onde ocorreram perdas e/ou desvios de produtos.

A concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, é feita por meio de leilões públicos e por intermédio dos instrumentos de apoio à comercialização, quais sejam: o Prêmio de Escoamento de Produto-PEP e o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa-PEPRO, operacionalizados pela Conab em cumprimento às determinações contidas em portarias interministeriais assinadas pelo Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG.

Os recursos são oriundos das Operações Oficiais de Crédito-OOC, e constantes da Ação Orçamentária Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários, sob a coordenação da Coordenadoria Geral de Programação Financeira-Cofin, da Secretaria de Tesouro Nacional-STN, do Ministério da Fazenda.

Nestas operações cabe à Conab a divulgação dos editais, a realização dos leilões, o recebimento e conferência dos documentos que comprovam a efetivação do escoamento dos produtos, de acordo com as normas constantes dos editais, e o pagamento das subvenções, posteriormente ao recebimento dos recursos financeiros do Ministério da Fazenda.

Por último, a doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional atende aos objetivos das seguintes ações orçamentárias:

- Ação Orçamentária “**Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos**”, do Programa Acesso à Alimentação, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS, que visa a distribuição de cestas de alimentos como atendimento emergencial voltado à redução da insegurança alimentar em grupos vulneráveis, tais como famílias acampadas que aguardam o programa da reforma agrária, remanescentes de quilombos, indígenas, atingidos por barragens, que se caracterizam pelo estado de risco e situação de insegurança alimentar e nutricional, e,
- Ação “**Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres**”, do Programa Resposta aos Desastres, do Ministério da Integração Nacional, que objetiva prestar assistência às pessoas atingidas por desastres, de grande e muito grande porte, quando comprometida a capacidade local para a pronta resposta, especialmente quando reconhecidos como em situação de emergência ou em estado de calamidade pública pelo Governo Federal.

Para a distribuição das cestas a Conab celebra Termos de Cooperação Técnica com os ministérios acima citados, recebendo descentralizações orçamentárias/financeiras objetivando a aquisição de produtos por meio de leilões públicos, incluindo a montagem das cestas, a remoção para as áreas necessitadas e a disponibilização às entidades para a efetiva distribuição, de acordo

com as orientações do MDS ou da Defesa Civil.

A seguir descrevemos com mais detalhes, neste item e em outros que se seguem, cada uma das operações supracitadas e outras informações relevantes.

4.1. Análise das principais ações ligadas à venda

Analisando o fato de que o Governo Federal detinha em agosto de 2012 um volume de 1,6 milhão de toneladas de **arroz**. Para regular o preço de mercado, a Conab fez a proposta de iniciar as vendas com ofertas quinzenais aumentando as quantidades por pregão ou a frequência de venda, de forma a manter os preços na faixa que viabilizaria a manutenção da atividade, inclusive com a reposição das perdas da safra anterior. Para a formação dos preços de venda a sugestão seria o uso das regras fixadas na Portaria Interministerial n.º 454, de 04/11/1997 onde, partindo-se dos preços observados nas regiões onde os estoques estavam disponíveis, dava-se os deságios de safra fixados na citada portaria e de qualidade de acordo com o MOC. Entretanto, o Mapa, por entender que essa metodologia iria enfraquecer os preços ao produtor, especialmente do RS, não foram aplicados os deságios previstos e, com isso os preços de venda da Conab ficaram incompatíveis com a qualidade do produto ofertado. Deste modo, a efetividade nas vendas não foi das melhores, tendo sido negociadas apenas 46,29% da oferta.

Já o **feijão** cores teve ação apenas de Venda em Leilão com a finalidade de regular os preços que se encontravam em patamares elevados, porém não houve resultado pela qualidade do produto, que não é bem aceita no mercado. A armazenagem em ambiente natural, por período superior a seis meses, apesar de conservar a qualidade nutricional do feijão cores, reduz sua qualidade visual, que atualmente é de alta relevância para o consumidor final.

O **milho**, com exceção da Bahia, que teve o preço abaixo do preço mínimo por apenas uma semana, os preços praticados em 2012 não ficaram abaixo do preço mínimo vigente, não sendo necessário, portanto, compras através de AGF. Apesar do aumento na produção de milho nos Estados do Maranhão, Piauí, Bahia e Sergipe, esta região ainda é deficitária. Considerando, também, a seca que assolou o nordeste, fez com que a produção de milho, importante fonte de alimento, tanto humano quanto animal, tivesse uma quebra bastante acentuada, gerando um cenário de desabastecimento, necessitando, assim, do milho de outros estados Mato Grosso e Goiás, para o programa de Vendas em Balcão.

4.2. Análises das ações de Venda Direta de Produtos com subvenção e sem subvenção

4.2.1. Venda em Leilão Público

Os leilões públicos com produtos, com ou sem subsídios, são realizados para dar escoamento dos estoques governamentais para suprir a demanda e não deixá-los armazenados por muito tempo, causando perda de qualidade, além de gerar recursos para novas aquisições.

No caso da Sureg/PE, não temos ingerência sobre estas atividades, já que cabe a Conab_Matriz a elaboração dos editais de leilões, ficando as negociações de compra e venda por conta das bolsas de mercadorias.

Por não sermos um grande produtor agrícola e por causa da seca que agravou ainda mais a nossa produção, não foram realizadas em Pernambuco Vendas em Leilões Públicos no decorrer de 2012. O Estado de Pernambuco se caracteriza por ser um estado importador de grãos.

No Quadro das **Dez maiores operações de Vendas em Leilão Público** a seguir, foram adquiridas, através das empresas citadas, 816 toneladas de feijão totalizando uma operação no valor de R\$ 510.906,38. A aquisição foi realizada para a composição de cestas básicas posteriormente destinadas ao INCRA e à entidades de Quilombolas.

Quadro 4.1 – Dez maiores operações de Vendas em Leilão Público

PERNAMBUCO					
Ordem	CNPJ/CPF	Arrematante	Produto	Quantidade negociada (ton)	Total da Operação(R\$)
1º	03612196000244	RMR AGROINDUSTRIA COM ATAC BENEF EMPAC CEREAIS LTD	FEIJÃO	738	458.490,38
2º	09175609000176	SOMAR COMERCIO E TRANSPORTE DE ALIMENTOS LTDA	FEIJÃO	78	52.416,00
Total Geral				816	510.906,38

Fonte: Dirab/Suope/Geope

4.2.2. Venda em Balcão

Permite o escoamento pulverizado de parte dos estoques públicos, favorecendo o acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe e instituições de ensino e pesquisa aos produtos ofertados pela Conab, em igualdade de condições às obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

O Programa de Venda Balcão Especial de Milho, instituído pelo Governo Federal através da Portaria Interministerial nº 601 de 29/06/2012 foi e continua sendo um grande desafio, já que a Sureg-PE não possui estrutura organizacional, armazéns, pessoal e demais equipamentos e instrumentos necessários para atender a grande demanda, que passou de 170 para 16.800 criadores.

Para o atendimento desse público foram criados com o apoio do Governo do Estado de Pernambuco 08 Polos de Distribuição nos municípios de Petrolina, Caruaru, Garanhuns, Afogados da Ingazeira, Serra Talhada, Floresta, Ouricuri, Salgueiro, além das nossas duas Unidades Permanentes de Recife e Arcoverde.

O grande entrave relacionado ao Programa Venda Balcão Especial em 2012, criado com a finalidade de minimizar a mortalidade dos animais da nossa pecuária em razão da seca, foi a falta de armazéns próprios e adequados em cidades estratégicas, onde instalamos os polos emergenciais. Especialmente nas cidades de Salgueiro, Petrolina e Garanhuns, por serem importantes centros de convergência econômica, política e social, já deveríamos ter unidades próprias e de capacidade adequada para o atendimento do abastecimento e comercialização dos produtos agropecuários.

Outro aspecto importante que dificultou o melhor atendimento aos beneficiários, foi a dificuldade de transporte do milho das zonas produtoras para o nosso Estado. Essas dificuldades se deram especificamente no preço do frete, na medida em que os motoristas tinham que retornar com os caminhões vazios. Outro fator que também prejudicou o atendimento, foi a estrutura precária e o espaço reduzido dos armazéns dos polos, que limitou as quantidades requeridas e necessárias para cada criador.

Alertamos que apesar das providências já tomadas em 2013, o risco continua. A infraestrutura precária ainda continua sendo o grande obstáculo, e mesmo com a liberação de recursos a situação atual não se modifica de forma imediata. A construção de armazéns não se faz de uma hora para outra.

Diversas outras ações, necessárias para a melhoria do atendimento e para a obtenção de resultados mais eficazes já estão sendo implementadas. Dentre elas destacamos:

- Análises de mudanças na logística;
- Aumento do número de polos de distribuição,
- Participação mais efetiva do Governo do Estado, não somente nos dando apoio no transporte de produtos e cedendo espaço nos municípios. Também efetuando a venda diretamente aos criadores

Quadro 4.2 – Demonstrativo de Vendas em Balcão

UF	Quantidade Vendida (Em t)	Receita de Venda (Em R\$)	Nº de Atendimentos
FARELO			
TO	352	105.552,00	193
Subtotal	352	105.552,00	193
MILHO			
AC	786	440.926,06	322
AL	7.581	2.795.811,86	3.752
AM	4.099	2.033.366,24	465
BA/SE	25.759	8.585.062,18	19.473
CE	81.100	30.031.015,14	65.705
ES	11.033	4.243.547,97	5.780
GO/DF	13.846	5.340.470,06	1.479
MA	6.854	2.721.839,74	2.232
MG	12.834	5.733.787,85	5.794
PA	1.787	834.800,01	93
PB	36.550	13.937.112,10	18.090
PE	16.590	5.497.189,16	25.384
PI	35.869	13.169.801,07	32.433
PR	4.905	1.720.197,06	220
RN	61.946	23.329.590,73	37.501
RO	3.493	1.561.943,83	834
RR	5.035	3.222.596,52	1.107
RS	155.169	59.217.005,92	21.307
SC	116.158	43.654.532,18	9.282
TO	1.161	614.881,68	798
Subtotal	602.555	228.685.477,36	252.051
Total Geral	602.907	228.791.029,36	252.244

Fonte: Supab/Gepab

O Sistema de Faturamento – XFAC não nos permite obter as maiores operações do Programa Vendas em Balcão. Até junho de 2012, quando tínhamos apenas 170 criadores, era possível fazer este levantamento manualmente. Hoje, com mais de 16.800 beneficiados, esta operação se torna impossível. Somente através do aperfeiçoamento do Sistema, é que poderemos, além desta informação, gerar relatórios que permitam fornecer possíveis faturamentos além das quantidades determinadas, aquelas com mais de uma retirada mensal, entre outras informações.

O aumento extraordinário do número de clientes cadastrados foi devido a grande seca ocorrida em Pernambuco e a nossa participação no Programa Vendas em Balcão Especial, iniciado em 29/06/12 através da Portaria Interministerial nº 601.

Desses 16.800 clientes, 980 são cadastrados na UA Recife; 2.800 na UA Arcoverde e 13.020 distribuídos nos Pólos de Caruaru, Garanhuns, Afogados da Ingazeira, Serra Talhada, Salgueiro, Ouricuri, Floresta e Petrolina.

As dificuldades foram imensas, principalmente pelo entrave no transporte do milho das regiões produtoras (Mato Grosso e Goiás). Os carreteiros exigiram aumento do frete e por isto a CONAB foi obrigada a fazer um novo leilão.

Hoje, para podermos ter condições de ampliar o número de beneficiados, estamos atendendo um limite de até 1.020 kg por cliente nos Pólos de Distribuição, e de até 3.000 kg nas Unidades do Recife e Arcoverde. O atendimento só é realizado com a fiscalização da ADAGRO ou do IPA. Foram realizadas pela CONAB 192 fiscalizações por amostragem.

4.2.3. Valor para Escoamento do Produto – VEP

Subvenção econômica paga a um consumidor definido (avicultores, bovinocultores, caprinocultores, indústrias de ração e suinocultores), o qual adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para uma região de consumo estabelecida em edital.

Quadro 4.3 – Dez maiores operações de VEP

Ordem	CNPJ/CPF	Arrematante	Produto	Quantidade negociada (ton)	Total da Operação(R\$)
1º	89975448453	ARTUR SOARES DE MORAIS	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	5975	1.172.585,50
2º	00187704449	LEONARDO GOMES DA SILVA	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	4475	955.782,50
3º	66595991420	EDILSON DE ARAUJO SANTOS JUNIOR	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	4563	950.400,70
4º	08445508415	KENICHI IWATA	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	4050	827.430,00
5º	01905422415	FERNANDO ANTÔNIO DE ANDRADE PINTO LISBOA	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	4455	809.277,31
6º	12819074000133	MAURICEA ALIMENTOS DO NORDESTE LTDA	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	2963	725.618,75
7º	04517974000106	G3 AGROAVÍCOLA LTDA.	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	3450	598.742,50
8º	22406832449	MARCONDES ANTÔNIO TAVARES DE FARIAS	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	3975	583.135,00
9º	00043214487	JOSÉ AMÉRICO RODRIGUES	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	3125	509.982,50
10º	08149658491	JOSÉ DE ALMEIDA CORDEIRO	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	2000	398.300,00
Total				39.031	7.531.254,76

Fonte: Dirab/Suoep/Geope

Em 2012, o VALOR DE ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO – VEP / MILHO foi de 70.185.189 kg vendidos, resultando no valor de R\$ 12.000.317,95, tendo sido comprovada a compra de 64.679.809 kg.e efetivamente pago o total de R\$ 11.124.207,62.

Quadro 4.4 – Demonstrativo Geral das Aquisições e Vendas dos Estoques

Comercialização	Instrumento	Produto	Quantidade (t)	Valor (R\$)
Aquisição	CDAF	Caprino	163,83	1.089.456,20
	CPR-Doação	Diversos	3.286,81	5.870.245,12
Subvenção	Leilões de PEP			
	Leilões de PEPRO			
Total das Aquisições e Subvenções			3.450,6	6.959.701,32
Venda	Venda em Leilão Público	Feijão	816,00	510.906,38
	Venda em Balcão	Milho	16.590,00	5.497.189,16
Subvenção	VEP	Milho	70.185,19	12.000.317,95
Total das Vendas e Subvenção			87.591,2	18.008.413,49
Resultado Geral			84.140,6	11.048.712,17

Fonte: Dirab/Suoep/Geope

4.3. Principais indicadores de desempenho

Percentual de cobertura do Programa Vendas em Balcão (eficácia)

	Nome do Indicador: Percentual de cobertura do Programa Vendas em Balcão	2012	2011	2010
1	Objetivo do Indicador: Identificar o quantitativo de compradores dentre os pequenos criadores			
	Análise do Resultado:			

5. ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO

Além das ações concretas materializadas por meio de remoções dos estoques públicos para comercialização em áreas carentes, das vendas realizadas por meio de leilões, com ou sem subvenção, das vendas em balcão e da concessão de subsídios para o escoamento da produção, a Conab desenvolve ações objetivando a melhoria e organização do abastecimento.

Com a desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização-Sinac - que tinha como proposta inicial o estabelecimento de uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais para servir como ponto de referência aos negócios entre produtores e distribuidores, propiciando o melhor ponto de equilíbrio da oferta e preços, levando à transferência do controle acionário das Ceasas para Estados e Municípios - boa parte dos mercados passou a apresentar uma série de deficiências estruturais, técnicas e operacionais. Tais deficiências implicaram, em maior ou menor grau, na obsolescência das estruturas físicas de comercialização e apoio, bem como na precarização dos métodos de gestão empresarial e dos serviços de informação e assistência técnica aos produtores, vendedores e consumidores. Muitas vezes submetidos a interesses políticos locais, ou à influência dos agentes privados, que virtualmente se apropriaram da gestão, pressionando por tarifas e preços irrealistas, foi solapada a capacidade de sustentabilidade financeira de boa parte das empresas gestoras.

Diante desse cenário a Conab deu início a uma série de atividades que propiciassem a remontagem desse Sistema, concretizado por meio da Portaria MAPA 171, de 24 de março de 2005, que instituiu no âmbito da Conab o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Prohort.

Além deste, e na linha dos programas institucionais, tendo como diferencial ser um programa de gestão direta da Conab e contar com dotação orçamentária específica, foi criada a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP, ainda em fase de estruturação. A estratégia de implantação adotada previa o início da Rede a partir da Região Nordeste, contemplando os estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia, sendo estendida, em 2011, para o Estado do Amazonas.

As ações direcionadas a esse objetivo, representadas pelo Prohort e pela Refap, embora executadas pela Conab, com a edição do PPA 2012-2015, passaram a ser de responsabilidade orçamentária do MDS.

5.1. Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – Prohort

Visa fomentar o desenvolvimento do setor hortigranjeiro, em articulação com os mercados atacadistas e demais entidades diretamente envolvidas, contando com um banco de dados integrado e com ações de modernização e aperfeiçoamento dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa.

O banco de informações da Conab/Prohort sobre a comercialização de produtos nas centrais de abastecimento é composto por quatro base de dados, disponibilizadas no portal do Prohort www.ceasa.gov.br.

–**Preços diários:** preço mais comum de comercialização dos 48 principais produtos comercializados nas Ceasas brasileiras, sendo esses atualizados diariamente ou nos dias fortes de comercialização de cada mercado;

–**Preços médios:** utiliza os preços diários dos 48 principais produtos comercializados, apresentados na página principal do portal do Prohort;

–**Siscom:** contém informações sobre a movimentação física e financeira por grupos de produtos hortigranjeiros, cereais e produtos diversos, por meio de gráficos e relatórios;

–**Simab:** contém informações detalhadas referentes à quantidade de produtos ofertados,

origem desses produtos e preço médio de comercialização.

Quadro 5.1 - Demonstrativo dos Mercados Hortigranjeiros – Ceasas

UF	Mercados Hortigranjeiros – Ceasas				
	Ceasas Existentes	Integrados ao Banco de Dados	Atualização preços diários e médios	Siscom	Simab
PE	3	1	1	1	-

Fonte: Dirab/Supab/Gehor

Apesar da existência de 03 Ceasas no Estado de Pernambuco, a de Petrolina passou a ser uma feira livre, pelo fato da de Juazeiro do Norte, na Bahia, ser mais estruturada e bem próxima dela. É só atravessar o Rio São Francisco. A de Caruaru, mesmo com uma estrutura enxuta, funciona a contento, já que não está integrada ao SISCO.

Uma das principais dificuldades que encontramos nessa atividade é a falta de interatividade com o produtor. O grande desafio é criar mecanismos para a divulgação de preços em tempo real, e que esses preços possam ser acessados pelo pequeno agricultor na propriedade dele.

O espaço físico já escasso, e recursos para melhoria dos equipamentos e para a modernização dessas unidades, são outras dificuldades relevantes das Ceasas.

Na Ceasa-Recife, apesar das dificuldades elencadas, tem havido um crescimento na comercialização e nos resultados financeiros, principalmente devido a construção de novos galpões nos poucos espaços disponíveis e ao aperfeiçoamento na logística de entrada e saída, aumentando a velocidade no carregamento e descarregamento dos produtos.

Quadro 5.2 - Comercialização realizada nos Mercados Hortigranjeiros

Ceasa	Quantidade Vendida (Kg)		Variação (%)	Valor (R\$)		Variação (%)
	2011	2012		2011	2012	
CEASA-PE - Recife	660.027,9	687.222,0	4,12	892.326.160,00	1.058.129.000,00	18,58

Fonte: Site www.ceasa.gov.br

Como podemos observar, houve um crescimento da quantidade vendida e do valor obtido em relação a 2011, respectivamente em 4,12% e 18,58%.

O crescimento da Ceasa-Recife, em comparação as demais da região nordeste, representou em 2010, 1/3 da comercialização, passando ¼ em 2011 e em 2012 comercializou metade dos hortigranjeiros na região.

5.2. Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – Refap

A ação é coordenada pela Conab, com o objetivo de fortalecer as unidades varejistas filiadas, a partir da expansão e qualificação empresarial, ampliando o comércio local, com reflexo no aumento de arrecadação e emprego nos municípios brasileiros.

É uma associação voluntária, sem alinhamentos jurídicos ou fiscais, que fomenta, sob o estímulo e apoio do agente público, ações de modernização e fortalecimento dos empreendimentos comerciais filiados.

Os resultados esperados são:

para as comunidades: melhoria do suprimento alimentar, pelo oferecimento de produtos de qualidade a preços acessíveis;

para os municípios: maior geração de renda e aumento dos níveis de arrecadação, pela formalização e expansão do comércio local;

para os varejistas: qualificação e expansão de seu comércio em função do suporte técnico oferecido, do capital de giro com taxas diferenciadas, e o acesso direto em

condições favoráveis às indústrias fornecedoras, e para os fornecedores: expansão qualitativa das vendas, pelo acesso a novos grupos de consumidores, com garantia total quanto ao pagamento dos negócios realizados, proporcionando ocupação de eventuais capacidades ociosas.

Quadro 5.3 – Demonstrativo de Varejistas e Centrais de Negócios

UF	Varejistas Cadastrados	Centrais de Negócios formadas	Centrais de Negócios em formação
AM	19	-	1
BA	32	1	-
CE	28	1	1
MA	20	-	1
PB	95	5	-
PE	142	1	4
PI	77	-	4
Total	413	8	11

Fonte: Dirab/Supab/Gepab

Em 2012, continuamos com 05 Centrais de Negócios e com um total de 83 varejistas, conforme se segue:

- 03 Centrais no Recife e no Grande Recife com 47 varejistas – 01 formada e 02 em formação;
- 01 Central em Arcoverde em formação com 14 varejistas; e
- 01 Central em Araripina em formação com 22 varejistas.

De janeiro até dezembro/2012 tivemos um desligamento de 59 varejistas e, segundo eles, esse desligamento, na sua maioria, se deu em decorrência do afastamento da CONAB das reuniões com as Centrais e o cancelamento dos encontros para a troca de experiências e discussão dos problemas existentes em busca de soluções. A falta de recursos e de produtos básicos para propiciar preços mais acessíveis para a população de baixa renda, foram os maiores obstáculos para dar continuidade ao Programa

Quadro 5.4 – Demonstrativo de Vendas pela REFAP

Produto	Quantidade (t)	Valor (Em R\$)	N.º Varejistas Atendidos	N.º Famílias Beneficiadas
Leite em pó	54.058,0	400.758,00	289	14.641
Farinha de Mandioca	120.243,6	72.146,16	91	49.552
Total	174.301,6	472.904,16	380	64.193

Fonte: X-Fac

5.3. Principais indicadores de desempenho

% de mercados atacadistas hortigranjeiros integrados à base de dados Conab/Prohort (eficácia)

Nome do Indicador: Mercados atacadistas de hortigranjeiros integrados à base de dados da Conab/Prohort	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Estimar o percentual de mercados atacadistas nacionais de hortigranjeiros integrados à base de dados da Conab/Prohort.			
Análise do Resultado:			

Evolução de varejistas cadastrados em Centrais de negócios (eficácia)

	Nome do Indicador: Evolução de Varejistas Cadastrados em Centrais de Negócios	2012	2011	2010
2	Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução dos varejistas cadastrados e filiados às Centrais de Negócios		-	-
	Análise do Resultado:			

6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

De acordo com os objetivos constantes no Estatuto Social, a atividade de armazenagem desenvolvida pela Conab tem como função principal a guarda e a conservação dos estoques públicos, formados a partir da execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, além das políticas do Governo Federal nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários no mercado interno, podendo atuar, se necessário, como companhia de armazéns gerais.

6.1. Armazenagem de Produtos Agrícolas

Em 2012 não estocamos produtos agrícolas de terceiros em nossas unidades armazenadoras. A receita da Sureg-PE neste tipo de serviço, originou-se do armazenamento de diversos tipos de bebidas da Empresa Especialista Comércio de Bebidas Ltda, localizada no município de Jaboatão dos Guararapes.

Quadro 6.1 – Estoque de Terceiros Armazenados nas Unidades Próprias

Posição 31.12.2012			
UF	Produto	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
PE	PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS/MANUFATURADOS	2,2	139.937,37
	TOTAL SUREG PE	2,2	139.937,37

Conforme demonstrado no quadro a seguir, em 2012, o faturamento total, incluindo as tarifas de armazenagem e as de garantia e produtos armazenados, foi de R\$ 27.220,66 - 4,10% menor do que o obtido em 2011.

Quadro 6.2 – Comparativo - Receita dos Serviços de Armazenagem

UNIDADE	Receita de Armazenamento de Terceiros		
	2010	2011	2012
Arcoverde	-	-	-
Recife	604,98	28.383,79	27.220,66
Total	604,98	28.383,79	27.220,66

Como é possível observar, nos últimos três anos o serviço de armazenagem de terceiros nas nossas unidades armazenadoras tem sido inexpressivo. Esta situação é decorrente de vários fatores, dentre eles destacamos:

- Localização das nossas unidades armazenadoras, em especial a de Recife, situada num bairro residencial e longe dos portos de Suape e do Recife;
- Falta de estrutura e de equipamentos modernos;
- Falta de pessoal;
- Preferência na utilização informal de galpões de preços mais acessíveis, com controle total dos produtos, e porque parte do comércio e indústrias fazem a movimentação de estoques aos sábados, domingos e feriados; e
- No caso de Arcoverde, por esta possuir uma estrutura acanhada em todos os sentidos, que mal dá para atender a nossa demanda institucional com o Programa Venda em Balcão e Cestas Básicas para o Incra.

O técnico responsável é o Engenheiro Agrônomo - Rafael Silva de Lima

Quadro 6.3 – Resultado dos Serviços de Armazenagem

Discriminação	PE
Receita de Serviços	27.220,66
-Deduções das Receitas de Vendas e Serviços	(1.213,06)
=Receita líquida de vendas e serviços	26.007,60
-Custo Líquidos das Vendas e Serviços	-
=Lucro bruto operacional	26.007,60
-Despesas Operacionais	(37.982.069,42)
Despesas de Pessoal	(27.861.430,02)
Despesas Financeiras	-
Despesas Comerciais e Administrativas	(10.120.639,40)
Receitas Operacionais Diversas	35.560.557,27
Resultado Não Operacional	118.604,23
Resultado	(2.276.900,32)

Fonte: Diafi/Sucon/Gerac

6.4. Principais indicadores de desempenho**Custos dos serviços de armazenagem prestados em relação a receita (eficiência)**

1	Nome do Indicador: Custos dos serviços de armazenagem prestados em relação a receita	2012	2011	2010
	Objetivo: Identificar os custos na prestação de serviços, a fim de saber se a tabela Conab está ajustada à realidade local de custos Resultado < que 1 é lucro e > que 1 é prejuízo.			
	Análise do Resultado:			

Volume de entregas em que ocorreu reprocessamento (eficácia)

2	Nome do Indicador: Volume de entregas em que ocorreu reprocessamento	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Verificar a necessidade de reprocessamento do produto entregue no armazém			
	Análise do Resultado:			

7. ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO

7.1. Análise sobre a situação dos armazéns utilizados pela Conab

Os armazéns próprios da Conab, localizados em Pernambuco, encontram-se num estado regular de conservação, isto é, operam em condições aquém das que deveriam possuir. São unidades construídas há mais de 20 anos, cujos equipamentos eletromecânicos e instalações acham-se, em sua maioria, obsoletos/ultrapassados, ou seja, em descompasso com a realidade, exigências do mercado e em desacordo com a legislação vigente, tendo em vista o alcance da Certificação.

De modo geral, necessitam de reforma/manutenção nas coberturas, nas instalações elétricas, hidráulicas, mecânicas, etc.

No exercício de 2012 nada foi feito em termos de manutenção, obras e/ou serviços, somente efetuamos em abril o pagamento do total investido em 2011, R\$ 103.499,00, referentes a aquisição de 2 empilhadeiras.

Em Pernambuco, contamos com 2 unidades armazenadoras e 4 armazéns, totalizando 28.445 toneladas de capacidade estática convencional, conforme demonstra o quadro a seguir.

Quadro 7.1 – Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns

Unidade Armazenadora	N.º de Armazéns	Capacidade (Em ton)			Total da Capacidade	Média de Ocupação	% de Ocupação
		Convencional	Granel	Frigorificada			
ARCO VERDE	1	1.800	0	0	1.800	756	42,0
RECIFE	3	26.600	0	0	26.600	1.136	4,3
Total	4	28.400	0	0	28.400	1.892	6,7

0Fonte: Suarm/Gearm

No fim do exercício de 2012, o total dos estoques públicos depositados nas unidades armazenadoras da Sureg-PE foi de 2.759.444 toneladas de produtos agrícolas, equivalentes a R\$ 5.381.799,92, conforme quadro a seguir. Comparativamente ao exercício de 2011, houve um aumento na quantidade de 4,62% e de 21,63% no valor estocado.

Não foi necessária a contratação de armazéns de terceiros.

Quadro 7.2 – Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias

UF	Produto	Tipo	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
PE	ARROZ BENEFICIADO TIPO 2	2	1.055.200	1.789.254,94
	ARROZ LONGO FINO BENEFICIADO TIPO 2	2	497.820	884.299,28
	FEIJAO ANAO CORES 2	2	580.385	1.957.460,08
	FEIJAO	-	31.090	45.898,16
	MILHO EM TIPO	-	594.949	704.887,46
	Subtotal PE			2.759.444

Fonte: Suope/Gefoc

Apresentamos a seguir a previsão de investimento para os anos de 2014 e 2015, com a finalidade de colocar os armazéns da Conab em conformidade com os critérios de habilitação descritos na IN Mapa nº 12/2009.

Quadro 7.3 – Previsão de Investimentos em Unidades Armazenadoras

Previsão – Investimento - 2014 – Certificação - UA-Recife

Obras	Custos(R\$)	Obrigatoriedades
Local para guarda de Agrotóxico	35.000	O1
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000	O4
Sinalização de trânsito	3.000	O4
Total	83.000	

Previsão – Investimento - 2015 – Certificação - UA-Arcoverde

Obras	Custos(R\$)	Obrigatoriedades
Local para guarda de Agrotóxico	35.000	O1
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000	O4
Sinalização de trânsito	3.000	O3
Pavimentação	50.000	O3
Recinto de Análise	50.000	O1
Sistema de combate a incêndio	135.000	O4
Total	318.000	

LEGENDA

O1 - Exigência no momento da vistoria	O3 - Exigência a partir de dezembro de 2013	O4 - Exigência a partir de dezembro de 2015
---------------------------------------	---	---

Quadro 7.4 – Capacidade Estática de Armazenagem x Demanda

UF	N.º UA	Capacidade Estática (mil ton)			Produção (mil ton)	Demanda %
		Convencional	Granel	Total		
PE	109	395,1	582,6	977,8	73,1	7,5
Total	109	395,1	582,6	977,8	73,1	1.337,6

Fonte: Dirab/Suarm/Gearm e Boletim do Levantamento de Safras

A capacitação da mão de obra do setor armazenador com o objetivo de treinar e qualificar a mão de obra que atua no segmento armazenador, visando a redução das perdas, a melhoria da qualidade dos produtos armazenados, a diminuição da rotatividade da mão de obra e a geração de empregos no setor foi uma atividade desenvolvida pela Conab até o ano de 2008.

A partir de 2009 a atividade não foi mais executada, uma vez que Diretoria responsável pela execução decidiu pela suspensão da atividade por tempo indeterminado.

7.2 Análise das ações de fiscalização de estoques públicos

A atividade objetiva a realização *in loco* de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento, para a avaliação das condições quantitativas e qualitativas dos produtos e das condições técnicas cadastrais e operacionais dos armazéns. Visa, também, proceder o registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. Também são inspecionadas as operações de garantia e

sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários quanto à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; e ainda quanto ao cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e ainda sobre a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.

Apenas a Matriz conta com um quadro de empregados voltados exclusivamente para a realização das operações de fiscalização enquanto que, nas Regionais, os fiscais desenvolvem de forma paralela outras atividades, tais como: cadastramento e recadastramento de armazéns, levantamento de informações sobre a safra, operacionalização do PAA etc.

Por estarmos localizados num Estado com pequena capacidade de produção agrícola, os empregados lotados na nossa Superintendência, com capacidade para atuar como fiscais, quando necessário são deslocados para os Estados produtores, principalmente para o Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Rio Grande do Sul. Em 2012, 17 empregados estiveram a frente dessas atividades, o que resultou em **367** operações de fiscalização, das quais **295** vinculadas a Vendas em Balcão, **04** relacionadas à concessão de subvenção econômica na forma Prêmio de Escoamento de Produto-PEP, **42** – VEP -Valor de Escoamento do Produto, **14** - Subvenção Extrativista/Cana Açúcar e **12** referentes a fiscalização de unidades armazenadoras.. Comparativamente com o exercício de 2011 houve um aumento significativo de 464,61%.

Cabe ainda ressaltar que em 2012, no âmbito da Sureg-PE, não houve perdas qualitativas, perdas quantitativas – desvio, ou perdas em armazenagem. Esta situação se deu, principalmente, pela rotatividade dos estoques. Ainda em 2012 não houve descredenciamento e nem contratação de armazém.

7.3. Análise das ações de movimentação de estoques públicos

Atividade de fundamental apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenamento realizados pela Conab a movimentação de estoques pode ocorrer nos seguintes casos:

- para liberação de espaço visando acolhimento da safra;
- atendimento de determinação judicial;
- rescisão do Contrato de Depósito;
- atendimento de cláusula contratual, a pedido do depositário;

risco iminente de perda quantitativa do produto, constatado pela fiscalização da Conab, tais como: danos nos equipamentos do armazém necessários à segurança e/ou conservação do produto, estrutura física do armazém comprometida, inundação, incêndio, abandono do produto pelo depositário, ameaça de pilhagem e outros motivos de impedimento técnico do armazém;

- constatação de desvio parcial do produto;

realização de operações de compra com remoção simultânea em regiões com deficiência de armazenagem;

- descredenciamento do armazém;

pendência financeira do depositário, com recomendação de remoção pela área de cobrança da Conab;

atendimento ao programa de venda em “balcão” ou outro envolvendo estoques administrados pela Conab de produtos e embalagens de propriedade da Conab e/ou vinculados a Programas Governamentais.

As contratações de frete são realizadas na Matriz, por meio de leilões eletrônicos utilizando-se o Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab-SEC, com interligação das Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros, de acordo com o Regulamento para Contratação de Serviços de Transporte, constante do Manual de Operações da Conab-MOC, Título 13 – Movimentação de Estoques da Conab

Quadro 7.5 – Demonstrativo das Remoções Contratadas

Demanda / Unid Armazenadora	UF Destino	Produto	Motivo	Quantidade Removida (ton)	Valor do frete (Em R\$)
Goias	PE	milho em grãos	Venda Balcão	4.421	
Mato Grosso	PE	milho em grãos	Venda Balcão	11.722,80	
Total				16.143	0,00

Fonte: Dirab/Suarm/Gemov

As remoções foram realizadas para atender aos Programas do MDS, destinados a composição de cestas básicas para o atendimento aos Assentados da Reforma Agrária (INCRA), Terreiros, Quilombolas e Indígenas.

Os valores de frete são realizados pela Matriz através de Leilões Públicos, observados os parâmetros de mercado.

O impacto gerado por estas remoções foi muito importante e significativo para o fomento da produção avícola em nosso Estado. Com o abastecimento de milho, efetuado via remoções de Goiás e Mato Grosso, foi possível equilibrar no mercado de Pernambuco o preço do frango e do ovo, além de, através do Programa Venda Balcão, atender ao pequeno criador rural.

Essas remoções também contribuíram para a composição de cestas básicas.

7.4. Principais indicadores de desempenho

Percentual de atendimento às solicitações de cadastro (eficácia)

1	Nome do Indicador: Percentual de atendimento às solicitações de cadastro	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Identificar em que medida as solicitações de cadastro estão sendo atendidas, seja por produtores, armazenadores ou empresas que manufacturam/comercializam produtos alimentícios			
	Análise do Resultado:			

Percentual de armazéns impedidos (eficácia)

2	Nome do Indicador: Percentual de armazéns impedidos	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Identificar a quantidade de armazéns cadastrados e que não podem operar com os estoques públicos por não cumprirem com as exigências estabelecidas em contrato.			
	Análise do Resultado:			

Percentual de armazéns credenciados (eficácia)

3	Nome do Indicador: Percentual de armazéns credenciados	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Identificar a quantidade de armazéns cadastrados e aptos a operar com os estoques públicos, por cumprirem com as exigências contratuais.			
	Análise do Resultado:			

Percentual de produto armazenado em relação a capacidade estática (eficácia)

4	Nome do Indicador: Percentual de produto armazenado em relação a capacidade estática	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Acompanhar a utilização da capacidade estática instalada visando otimizar a utilização da rede armazenadora própria			
	Análise do Resultado:			

Produtos armazenados para programas sociais em relação ao total de produtos (eficácia)

5	Nome do Indicador: Produtos armazenados para programas sociais em relação ao total de produtos	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Identificar o percentual de produtos que são destinados para os programas sociais, na rede armazenadora própria.			
	Análise do Resultado:			

Custo médio para a fiscalização dos estoques (eficiência)

6	Nome do Indicador: Custo médio para a fiscalização dos Estoques	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Identificar o valor médio dispendido com a fiscalização em relação ao estoque fiscalizado			
	Análise do Resultado:			

Percentual de desvio de produtos armazenados (efetividade)

7	Nome do Indicador: Percentual de desvio de produtos armazenados	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Acompanhar os desvios de estoques governamentais, visando adotar as medidas pertinentes			
	Análise do Resultado:			

Percentual de alteração da qualidade dos produtos armazenados (efetividade)

8	Nome do Indicador: Percentual de alteração da qualidade dos produtos armazenados	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Verificar a manutenção da qualidade do produto no armazém em decorrência da prática correta dos procedimentos técnicos de armazenamento			
	Análise do Resultado:			

Custo da remoção de produtos por tonelada (eficiência)

9	Nome do Indicador: Custo da remoção de produtos por tonelada	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Acompanhar o custo da remoção de produtos			
	Análise do Resultado:			

8. GESTÃO TECNOLÓGICA

Introdução

As ações de TI na Conab têm como diretriz básica o Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação – PMTI, criado em 2004 e em execução desde então.

O PMTI é o carro-chefe da Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação da Conab e principal iniciativa de sustentação do objetivo – Prover a Companhia de Infraestrutura de TI Atualizada – constante no Mapa Estratégico da Conab. Além disso, é uma das iniciativas para suporte a boa parte de outros objetivos estratégicos, evidenciando assim o alinhamento das ações de TI e a importância destas como fator crítico de sucesso na execução de sua estratégia organizacional.

Tais ações, incluindo Segurança da Informação, Desenvolvimento e Produção de Sistemas, Contratação e Gestão de bens e serviços de TI, entre outras, são centralizadas na Matriz, tendo como diretriz o planejamento da área de TI para o respectivo exercício, obedecendo à legislação pertinente e aos procedimentos legais e observando a disponibilidade orçamentária e financeira para o período. Tanto que o Comitê formalmente designado para auxiliar nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativo de Tecnologia da Informação funciona no âmbito da Matriz, a quem compete adotar providências e proceder as devidas orientações às Superintendências nos Estados.

Cabe à Regional apenas a manutenção dos equipamentos, solucionar eventuais problemas com a rede de informática, prestar o apoio devido aos usuários e demais serviços correlatos de pequeno porte. Atualmente não dispomos de uma empresa para a manutenção de equipamentos na área de TI

8.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

A Sureg dispõe de computadores e impressoras de vários modelos, tipo, marcas, configurações e tempo de uso, bem como diferentes sistemas operacionais e processadores em velocidades diferentes, ocasionando dessa forma incompatibilidades operacionais na utilização dos diversos programas institucionais da CONAB. Em 2012 foram enviados pela Matriz dois servidores de rede local que até a presente data não foram instalados, consta também o envio de 20 computadores HP com Windows 7 de 64 Bits e 3 impressoras Laser da HP. Para o início de 2013 nos foram prometidos mais 20 computadores com as mesmas configurações. Atualmente, o número de computadores não é suficiente para atendimento da demanda dos trabalhos e necessidades da CONAB.

Dispõe também de um link de 1K BPS contratado junto a EMBRATEL, insuficiente para atender a demanda local. Faz-se urgente e necessário o redimensionamento da rede local e o aumento de pontos para atender a demanda.

Apesar dos constantes relatos sobre as carências de equipamentos e pedidos para modernização da rede local, a Matriz, até o momento, não atendeu de forma satisfatória as reais necessidades da Sureg-PE. O envelhecimento do nosso parque computacional é fato, e diante dessa situação ocorre constantes quebras de equipamentos, falta da padronização de hardwares, dentre outros.

9. GESTÃO ESTRATÉGICA

9.1. Análise da implantação do Plano de Gestão Estratégica da Empresa

Com a descontinuidade do planejamento estratégico, conforme abordado no capítulo 1, restou prejudicado o acompanhamento da gestão com base na metodologia anteriormente implantada e com o suporte de ferramenta de informática atualizada, a qual permitiria explicitar os resultados por meio de indicadores apurados e a respectiva visualização de metas atingidas.

Contudo, em 2012, a Conab foi inserida no processo de planejamento estratégico do MAPA, nosso Ministério supervisor, no bojo do Plano de Ação para a Agropecuária Sustentável-PAAS/MAPA, mediante a inclusão de um conjunto de resultados estratégicos a serem alcançados pela Companhia, tendo como respaldo o Plano Plurianual - PPA para o período 2012 a 2015.

Atendendo a esse propósito, os Superintendentes da Matriz foram mobilizados para a identificação de ações ou novos projetos que se caracterizassem como estratégicos, tendo em vista o alcance de resultados e desafios futuros, e tendo como suporte o Plano Plurianual. Desse esforço resultaram alguns projetos que, selecionados à luz das ações consignadas no PPA, com respectiva previsão orçamentária, buscaram alinhar-se a 3 macro-resultados daquele Ministério, com previsão para monitoramento concomitante às reuniões de análises estratégicas do MAPA.

Os macro-resultados nos quais a Conab buscou inserir-se foram: Excelência Administrativa; Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio; Agregação de Valor na Produção Agropecuária. A partir da definição de um conjunto de 6 resultados e 14 projetos, associados aos citados macro-processos, a Conab optou por 3 Resultados Estratégicos, compostos por 7 projetos correspondentes, para efeito de acompanhamento e monitoramento por aquele Ministério. Os demais resultados foram acompanhados em nível interno, por serem considerados de gestão ou ainda por necessitarem de definição mais clara quanto ao vínculo orçamentário, embora todos concorram para a implementação da estratégia organizacional.

Para os três resultados escolhidos – Quadro de Pessoal Redimensionado; Armazéns Próprios Ampliados e Certificados; Subsídios à Formulação das Políticas Agrícolas e de Abastecimento Aperfeiçoadas – foram definidos os objetivos estratégicos relacionados, os projetos que a eles se vinculam, os responsáveis, os impactos e riscos para sua implementação, os produtos, assim como os indicadores de desempenho específicos.

Alguns desses projetos contam com a participação das Regionais para sua implementação, sendo eles: Ampliação da Capacidade Estática da Rede Armazenadora; Certificação de Unidades Armazenadoras Próprias; Aperfeiçoamento e Disponibilização de Informações sobre Safras; Nova Metodologia de Coleta de Preços Agropecuários; Estudo das Perdas Qualitativas e Quantitativas no Transporte e na Pós-Colheita de Grãos; Apoio às Centrais de Unidades Varejistas; Implantação de Unidades de Serviço de Abastecimento Móvel Fluvial.

O monitoramento desses projetos, contudo, esteve restrito à Matriz, que foi quem conduziu e implementou as etapas iniciais, demandando informações das Suregs ou devendo envolvê-las no processo oportunamente, tendo em vista que a maioria dos projetos é de médio prazo, variando de 3 a 5 anos, cujos resultados serão evidenciados mais à frente e para os quais deverá ocorrer o devido acompanhamento.

É fato o sucateamento da rede armazenadora da região Nordeste nos últimos 30 anos, inclusive com o fechamento de várias unidades da antiga CIBRAZÉM. Consequentemente há um déficit de armazenagem para a área estratégica da cadeia produtiva do agronegócio.

A Sureg foi contemplada no plano de ampliação da rede armazenadora da Conab, contemplado no PPA 2012-2015. E é de primordial importância a definição dos parâmetros que indicarão o tipo, tamanho e potencialidades das futuras Unidades Armazenadoras.

Os estudos que precisam ser elaborados para a determinação da viabilidade técnica, econômico e ambiental – EVTEA das localizações para implantação de novas Unidades Armazenadoras, já se encontram em fase de licitação. Uma vez concluída essa etapa será possível viabilizá-las já que os recursos para implantação delas se encontram previstos no PAC II - R\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais).

11. GESTÃO DE PESSOAS

11.1. Alocação de Servidores

Conforme estabelecido no Regulamento de Pessoal, o ingresso nos quadros da Companhia se dá por meio de concursos públicos, ressalvadas as nomeações para as funções gratificadas nos cargos de assessoramento aos Diretores e nos cargos de subordinação direta ao Presidente. Neste sentido, e desde sua criação, a Companhia realizou nos exercícios de 2005, 2006 e 2012 concursos públicos para provimento de pessoal e, na medida da necessidade, tem realizado nomeações para os cargos de livre provimento.

Não obstante, tem ocorrido nos últimos exercícios o ingresso de pessoal por meio de decisões judiciais e ou por força da Lei de Anistia, n.º 8.878, de 11 de maio de 1994, materializada por meio de portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG. Em decorrência da pouca governabilidade sobre esse processo, a Companhia permitiu o ingresso de empregados sem observar o quadro de pessoal ideal na sua estrutura organizacional.

Reduzido o fluxo de entrada de anistiados a Gerência de Cargos, Salários e Avaliação-Gecav elaborou a Nota Técnica n.º 02/2011 onde expôs a necessidade de dimensionamento da força de trabalho, no sentido de identificar o número e a qualificação dos empregados para a execução das atividades da Companhia. Para tanto, foi autuado processo interno visando a contratação de empresa de consultoria, visando a realização do redimensionamento do quadro de pessoal, tanto na Matriz quanto nas Superintendências Regionais e Unidades Armazenadoras. Até o momento não está definido o nosso quadro ideal de lotação.

Em 2012 não houve nenhuma admissão na Sureg-PE, seja de anistiados ou de concursados. Decorrente dessa situação o processo de alocação de empregados, observada a necessidade da área demandante, as competências regimentais do cargo e a experiência e aptidões do empregado foi menos trabalhoso e de menor intensidade. Para o melhor aproveitamento das competências profissionais, foram realizados no exercício em tela 21 remanejamentos de mão de obra entre as áreas internas da Sureg-PE e 04 junto aos diversos órgãos do governo Federal, situados em Pernambuco, que se dispõem a admitir ou já utiliza esse tipo de mão de obra.

Todas essas movimentações procuraram ajustar e suprir cada uma das unidades de trabalho, na medida em que diversas ocorrências favoreceram a falta de pessoal, principalmente de empregados mais capacitados. Atualmente o quantitativo de pessoal é bem acima do necessário, mas ainda abaixo do nível de formação exigido para o melhor desenvolvimento das atividades.

11.2. Comunicação na Instituição

A comunicação de informações importantes para a companhia se dá por meio dos seguintes veículos:

Notícias do Dia – informativo diário com uma média de três informações, abordando temas diversos como programas e ações da Companhia, realização de cursos e palestras, avisos e atividades voltadas para os empregados. Além das cópias impressas afixadas nos murais, o informativo também está presente diariamente na intranet e nos murais das superintendências regionais e unidades armazenadoras. Circula de segunda a sexta-feira e as notícias são produzidas, diagramadas e ditadas pela equipe de jornalistas da Matriz, em parceria com estagiários de comunicação das superintendências regionais. Com o mesmo leiaute, é produzida uma edição em cada regional (Notícia do Dia Regional) com informações de exclusivo interesse dos empregados locais. Este informativo é a forma mais rápida de comunicação impressa da Empresa com seus Empregados.

Correio Eletrônico – divulgação de informações de interesse geral, de forma tempestiva e alcançando todos os empregados (em atividade, cedidos e licenciados etc). Utilizado com maior frequência pelas áreas de benefícios, capacitação e assistência médica.

Intranet- este veículo está em operação desde o ano de 2000 e tem grande utilização pelo corpo funcional. São disponibilizadas informações necessárias à Companhia, tais como: regulamentos e normativos, conjunturas agropecuárias, relatórios, avisos e resultados de leilões, licitações, legislação etc.

Internet – veículo de comunicação com a sociedade onde são divulgadas informações de amplo uso social, tais como estimativas de safras, avisos e resultados de leilões, programas desenvolvidos pela Companhia, séries de preços e índices econômicos e, principalmente, informações que dão transparência às ações realizadas.

A internalização do conhecimento produzido pela Conab ainda não dispõe de um processo de gestão devidamente conformado e/ou em execução. As iniciativas existentes ocorrem concomitantemente às execuções de cada rotina de trabalho e em conformidade com o nível de autonomia vigente.

Na Sureg-PE, o Superintendente, dependendo da complexidade da modificação e das implicações que podem gerar, encaminha às gerências o documento referente ou realiza uma reunião com os responsáveis de cada gerência e apresenta e discute o assunto em pauta. Cada gerente então, repassa aos seus subordinados o que foi decidido/modificado, instruindo-os adequadamente. Caso essas modificações alterem também os sistemas informatizados respectivos, e tal fato requeira uma ação prática, geralmente é realizado um curso de atualização com os usuários do sistema.

Havendo necessidade, a direção da Sureg-PE reúne os empregados no auditório e presta todos os esclarecimentos possíveis. Esse tipo de evento também se repete quando o superintendente entende ser importante um contato mais direto e próximo com os empregados.

Os instrumentos portadores dessas alterações também são transmitidos pelos meios e mídias disponíveis e afixados nos quadros de avisos da Sureg-PE, de modo a atingir toda a clientela interessada (interna e externa, se for o caso).

Além dos veículos já citados para a comunicação das informações na Conab, uma outra ação importante realizada é a reunião em Brasília/DF, pelo menos anual, da direção da Conab com todos os Superintendentes Regionais e os gerentes de cada uma delas. Nesse momento todos os assuntos mais importantes são discutidos, diversas decisões são transmitidas e estabelecido um nivelamento necessário entre todos os participantes.

Um outro meio utilizado é o denominado “Treinamento Virtual” através do qual são ministrados cursos que permitem aperfeiçoar o conhecimento de empregados em determinados temas/assuntos.

Eventualmente, são realizados treinamentos na Conab-Matriz, e para tanto, empregados desta Sureg também se fazem presentes.

Na Sureg-PE o conhecimento também é disponibilizado e compartilhado através de treinamentos realizados em serviço, de outros tipos de capacitação, pela troca de informações e através de reuniões.

Visto de uma forma mais abrangente, aí incluindo não só a disponibilidade dos meios supracitados, mas de toda uma estrutura e recursos necessários para um perfeito e adequado fluxo de dados e informações, é fato que a Sureg-PE ainda não dispõe de todos os sistemas informatizados já em uso na Conab-Matriz. Essa falta dificulta o desenvolvimento dos trabalhos, a integração das ações e a comunicação, também em tempo real, entre pessoas, unidades e até com o público externo.

Há um esforço por parte da nova direção da Conab em avançar no desenvolvimento da

informática na empresa. No mês de julho de 2012 a Conab publicou o edital nº 2 referente a realização de um concurso público para o provimento de 60 vagas na área de Tecnologia de Informações. Foram 43 vagas para Desenvolvimento, 14 para Suporte Técnico e 3 vagas para Banco de Dados. No dia 07/12/2012 saiu o resultado oficial do concurso no Diário Oficial da União. Esperamos que com o ingresso desses empregados em 2013, a área de Tecnologia da Informação da Conab consiga otimizar todas as atividades relacionadas e produzir resultados que atendam bem mais as Superintendências Regionais.

No intuito de fortalecer e de obter melhores resultados com o sistema de comunicações vigente na Sureg-PE, mantivemos em 2012 os seguintes procedimentos, à saber:

1.No âmbito interno desta Regional

- Autorização e contratação de 1 estagiário da área de Jornalismo. Assim sendo, foi possível elaborar e disponibilizar cartazes, avisos e campanhas, com temas e informações de interesse dos empregados e da Sureg; redigir matérias que, por vezes, foram inseridas no informativo Notícias do Dia, além de outras que também contribuíram para elevar o nível de comunicação entre os empregados e as unidades da Sureg-PE.
- Também foram bastante utilizados os quadros de avisos localizados em pontos estratégicos da Sureg, na medida do possível sempre abastecidos com informações atualizadas.
- Uma outra medida fundamental para o favorecimento da comunicação interna foi a intensiva realização de reuniões, hoje quase que de modo sistemático.

2.No âmbito externo

- Para as ações de divulgação externas contratamos outro estagiário, da área de Publicidade, que atuou junto à mídia local no fornecimento e captação de matérias de interesse da Sureg e no fortalecimento da imagem da Conab no Estado. Diferentemente do que ocorreu em 2011, esse estagiário atuou somente nos três primeiros meses de 2012, já que os gestores, à época, decidiram utilizar o posto numa outra área de atuação da empresa.

Ressaltamos que diante das limitações e da impossibilidade de acesso a certos sistemas informatizados, continuamos a utilizar ferramentas como planilhas, etc., visando ao aprimoramento dos nossos controles internos.

Prevista para 2012, não se confirmou a aquisição de uma central telefônica, com certeza extremamente necessária para a eficácia da nossa comunicação.

11.3. Clima Organizacional e Ambiente de Trabalho

No período de julho de 2008 a maio de 2009 a Conab realizou uma pesquisa específica com o objetivo de conhecer a percepção dos empregados sobre temas relativos ao ambiente de trabalho, visando subsidiar planos de ações para a melhoria da gestão de recursos humanos da Empresa.

A pesquisa foi realizada em quatro etapas:

- Estudos prévios, levantamento dos dados, definição do formulário, apresentação do projeto para a Diretoria e sensibilização dos empregados;
- Preenchimento dos formulários;
- Tabulação dos dados, análise dos resultados e criação dos planos de ações e sugestões;e
- Conclusão e disseminação dos resultados.

No entanto a quarta etapa não foi implementada pois até o fim do exercício de 2011 o resultado da pesquisa e o respectivo plano de ação aguardavam manifestação da Presidência da Conab.

O primeiro projeto foi abortado e somente neste ano um outro processo de avaliação do clima organizacional foi posto em prática, com a participação dos empregados de toda a Conab. Espera-se que em 2013 os resultados sejam divulgados e um plano de ação decorrente implementado.

Ratificamos que em 2012 a Sureg-PE sofreu bastante com as alternâncias de comando ocorridas entre julho e setembro de 2012, e com as consequências geradas por elas. Essas ocorrências causaram uma série de obrigações e compromissos que não estavam previstos, principalmente para os gestores, que além de muitas vezes serem obrigados a se desligarem de suas rotinas para atender no tempo determinado a todas as solicitações demandadas pela CGU, precisaram se utilizar de esforços extras para realizar ações emergenciais e pontuais objetivando amenizar e combater os efeitos da seca prolongada ocorrida no Estado de Pernambuco

E dentro desse cenário não foi possível manter a política que vinha sendo adotada no exercício de 2011, que mesmo não obtendo grandes resultados, pelo menos alcançou melhorias em vários aspectos que contribuem para o aperfeiçoamento do clima organizacional.

Em 2012, praticamente só utilizamos a capacitação de empregados como forma de melhorar o clima organizacional nesta Regional. Foram realizados uma série de cursos que serão informados e detalhados no item 11.4.

No intuito de intensificar a união e a integração entre os empregados, destacamos em 2012 a realização do curso de Dança de Salão.

11.4. Ações de Conhecimento e Aprendizagem

A capacitação dos empregados, no âmbito da Conab, é desenvolvida como uma atividade contínua de Treinamento, Desenvolvimento e Educação, visando a melhoria do desempenho funcional, baseado na identificação das competências necessárias à alavancagem dos negócios e do processo de gestão da Companhia.

Nesse sentido, a Conab implantou e vem desenvolvendo seu Plano de Educação Corporativa-PEC, com a finalidade de promover o desenvolvimento das competências humanas, orientadas para os objetivos da Companhia.

A cada dois anos, a Conab realiza o Levantamento de Necessidades de Treinamento-LNT, com o objetivo de reavaliar as ações de treinamento e desenvolvimento constantes no PEC, em nível de matriz e regionais, bem como identificar as novas demandas de treinamento para o período. As necessidades de treinamento identificadas devem ser correlatas às competências de cada área, assim como às precípuas desenvolvidas pelos empregados lotados nas diversas áreas da Companhia. São propostos, também, cursos voltados para o desenvolvimento futuro dos empregados, focados nos temas e perspectivas do Planejamento Estratégico. Além das necessidades de treinamento, o LNT busca identificar empregados para atuarem como instrutores/multiplicadores na disseminação do conhecimento e no compartilhamento de práticas de sucesso e inovações, valorizando a aprendizagem e a cultura da Companhia.

A partir desse levantamento e dentro do contexto descrito, a Sureg-PE capacitou 82 empregados no exercício de 2012, totalizando 1.623 horas. Os cursos com maior número de participantes, ocorreram nas seguintes áreas de conhecimento:

Planejamento = 28 empregados;

Administrativa = 23 empregados;

Comunicação Social = 17 empregados; e

Financeira = 07 empregados.

Pelos números apresentados acima, é possível verificar que a Sureg-PE acompanhou a direção da Conab-Matriz, dando ênfase e foco na área do conhecimento que objetiva a retomada definitiva e sustentável do Planejamento Estratégico na Empresa.

Além dos cursos supracitados por área de conhecimento e de outros realizados, outra ação também muito importante reforçou a nossa estratégia de atuação. Trata-se da utilização dos nossos empregados para ministrar cursos internos nas mais diversas áreas, principalmente os relacionados ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Além de um custo quase zero e de outras tantas vantagens, possibilitamos uma maior e importante aproximação entre os empregados.

Inserida no Programa de Valorização do Servidor, a Conab buscou incentivar os seus empregados a reingressarem na vida acadêmica por meio de cursos de Pós-Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado, desde que voltados para os objetivos estratégicos e de interesse da Companhia. Continuou implementando o Projeto Graduar para Trabalhar (alfabetização, pós-alfabetização, ensino fundamental e médio) na Matriz, e além disso, investiu no Programa Educacional de Idiomas, concedendo aos seus empregados incentivo financeiro de 50% da mensalidade, limitado em até R\$135,38.

Também é possível constatar que apenas $\frac{1}{4}$ dos empregados foi submetido a algum tipo de capacitação/treinamento. Convenhamos, é uma fração muito pequena, tendo em vista a quantidade de empregados – 334, a evolução tecnológica, a proliferação de novos conhecimentos que precisam ser adquiridos e implementados, a necessidade de adequação quase que constante às legislações aplicáveis na Companhia e também a um outro ponto muito importante - o processo de sucessão na Regional, que conta em seu quadro de pessoal com 210 empregados com idade entre 51 e 60 anos e outros 80 com mais de 60. Na possibilidade concreta de aposentadoria desses empregados e da necessidade de se evitar um vácuo de conhecimento é preciso repassar o conhecimento deles aos mais novos e manter uma contínua ação de capacitação aos que se mantêm na empresa.

Quadro 11.1 – Treinamento por Área de Conhecimento

Área de Conhecimento	Nº Treinados	Homens/hora	Média de carga/horária por participante
Administrativa	23	618	26,87
Auditoria	1	36	36
Comunicação Social	17	170	10
Educação e Desenvolvimento	2	28	14
Financeira	7	232	33,14
Gerencial	0	0	0
Informática	0	0	0
Jurídica	2	40	20
Operacional	2	25	12,5
Planejamento	28	474	16,93
Qualidade	0	0	-
Total	82	1.623	19,79

Fonte: Digeop/Sumoc/Gecap

11.5. Informações sobre recursos humanos da Conab

Composição do quadro de servidores ativos

O quadro de Recursos Humanos da Conab é composto por empregados contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas, e por empregados nomeados para cargos de livre provimento, seja de origem estatutária ou não. Conta também com estagiários de nível médio e superior, além de terceirizados para apoio nas áreas de conservação, vigilância e limpeza e braçagem.

A Portaria n.º 21, de 5 de outubro de 2009, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais-Dest, alterou o limite máximo do quadro de pessoal próprio da

Conab para 5.076 empregados. Foi estabelecido neste documento que, do quadro de pessoal, 2.480 vagas estão destinadas a recepcionar os empregados readmitidos sob a condição de anistiados, as quais deverão ser extintas à medida em que o empregado admitido sob essa condição deixe de fazer parte do quadro da Empresa. Neste contexto, a Conab não estabeleceu lotação autorizada para a Matriz e Regionais.

Comparativamente ao quantitativo de pessoal de 2011 (340 empregados), no final do exercício de 2012 a SUREG/PE contava com 334 empregados, 6 a menos, a seguir discriminados: 5 empregados por falecimento e 1 na condição de licença não remunerada

Quadro 11.2 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Empregado em Cargos Efetivos	Não há	334	2	5
1.1. Cargos de Carreira	-	334	2	5
2. Empregado com Contrato Especial (2.1+2.2+2.3)	Não há	0	0	0
2.1. Diretor	-			
2.2. Assessor	-			
2.3. Requisitado	-			
3. Conselheiro de Administração / Fiscal	Não há			
4. Pensão Vitalícia	Não há			
5. Total de Empregados (1+2+3+4)		334	2	5

Fonte: Digep/Sugep

Quadro 11.3 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2)	142
1.1. Decreto n.º 4.050 de 12/12/2001	
1.2. Lei n.º 10.470 de 25/06/2002	142
2. Afastamentos (2.1+2.2)	2
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	1
2.2. Aposentadoria – invalidez temporária	1
3. Licença Remunerada (3.1+3.2)	0
3.1. Licença Maternidade – 120 dias	
3.2. Licença Maternidade – Emp Cidadã – 60 dias	
4. Licença não Remunerada (particular)	1
5. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	
6. Total dos Empregados (1+2+3+4+5)	145

Fonte: Digep/Sugep

Em 2012, 145 empregados estavam lotados em outros órgãos, sendo 100 na condição de redistribuídos - que não necessitam de renovação, e 45 cedidos através da Lei 10.470, e neste caso precisam renová-la a cada ano. Desses, 15 possuem nível superior e não podem ser aproveitados na Sureg-PE porque, quase todos (12) são enquadrados em cargos de nível médio ou fundamental. Caso o fizéssemos, incorreríamos em desvio de função. E os 3 restantes não demonstram o mínimo interesse em retornar para a Sureg-PE, ao contrário preferem ficar lotados nos órgãos em que estão.

Nenhum dos empregados cedidos tem obrigatoriedade de cessão.

Quadro 11.4 – Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Funções Gratificadas	-	20	25	28
1.1. Empregado em Cargo de Carreira		20	25	28
1.2. Empregado com Contrato Especial / Conselheiros				
1.3. Empregado Requisitado				
2. Total de Empregados com Função Gratificada	-	20	25	28

Fonte: Sugep, Sutin e Sistema Sênior

O egresso de 28 pessoas e o ingresso de 25 foi decorrente da rotatividade ocorrida em 2012 nos 20 cargos de função gratificada.

Quadro 11.5 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Empregado de Cargo Efetivo	0	3	32	186	80
1.1. Em Cargo de Carreira		3	32	186	80
2. Empregado em Função Gratificada	1	4	4	24	0
2.1. Cargos de Carreira	1	4	4	24	
2.2. Contrato Especial (Diretor, Assessor, Conselheiro)					
2.3. Requisitado					
3. Totais (1+2)	1	7	36	210	80

Fonte: Dige/Sugep

Os empregados da Conab são contratados pelo regime da CLT não havendo uma idade limite para aposentadoria compulsória. Prevalecem as regras da Previdência Social, em que as mulheres podem aposentar a partir dos 48 anos e os homens 53 anos, desde que cumpram o tempo de contribuição previdenciária de 30 e 35 anos. Além desses, o instituto de previdência complementar dos empregados da Conab (Cibrius) estabelece a idade mínima de 56 anos para concorrer ao benefício. Pelo quadro acima verifica-se que dos 334 empregados, 7 empregados (2,10%) tem entre 31 e 40 anos de idade, 36 (10,79%) entre 41 e 50, 210 (62,88%) entre 51 e 60 anos e 80 (23,96%) já estão acima dos 60 anos..

Quadro 11.6 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade													
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
1. Empregado de Cargo Efetivo	0	5	74	17	26	10	120	3	37	9	0	0	0	0
1.1. Em Cargo de Carreira		5	74	17	26	10	120	3	37	9				
2. Empregado em Função Gratificada	0	0	0	0	0	0	14	0	16	3	0	0	0	0
2.1. Cargos de Carreira							14		16	3				
2.2. Contrato Especial (Diretor, Assessor, Conselheiro)														
2.3. Requisitado														
3. Totais (1+2)	0	5	74	17	26	10	134	3	53	12	0	0	0	0

LEGENDA - Nível de Escolaridade: 1 - Analfabeto; 2 - 4ª série incompleta; 3 - 4ª série completa; 4 - 5ª a 8ª incompleta; 5 - 1º grau completo; 6 - 2º grau incompleto; 7 - 2º grau completo; 8 - superior incompleto; 9 - superior completo; 10 - Pós-Graduação; 11 - Mestrado; 12 - Doutorado; 13 - PHD; 14 - mestrado s/ defesa de tese.

Fonte: Dige/Sugep

No quadro acima é demonstrada a situação da SUREG-PE (visão por tipologia de cargo x nível de escolaridade) ao final do exercício de 2012. Do total de 334 empregados, destacamos, 65 desse total possuem nível superior e/ou pós-graduação, 96 ainda não completaram o 1º grau, 26

possuem o 1º grau completo e 134 concluíram o 2º grau.

Quadro 11.7 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no Exercício (em R\$1,00)
	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre	
1. Nível Superior	3	3	3	3	54.263,74
1.1 Área Fim	0	0	0	0	
1.2 Área Meio	3	3	3	3	
2. Nível Médio	3	3	3	3	
2.1 Área Fim	1	1	1	1	
2.2 Área Meio	2	2	2	2	
3. Total (1+2)	6	6	6	6	54.263,74

Fonte: Sureg-PE/Sereh

Além dos empregados, a SUREG/PE contou em 2011 com 3 estagiários de nível superior e 3 de nível médio, com custo anual de R\$ 54.263,74 (salário e auxílio transporte).

- **Menor Aprendiz**

No ano de 2011 houve a contratação, pela Matriz, sob regime de execução indireta, de Entidade Sem Fins Lucrativos para contratação, seleção, preparação, capacitação e disponibilização de jovens aprendizes à CONAB, sendo disponibilizadas um total de 8 vagas para a Regional de Pernambuco.

O programa foi implementado para fins de atendimento da Lei do Aprendiz nº 10.097, de 2000, haja vista a CONA não possuir no se quadro de profissionais aprendizes.

O quadro abaixo demonstra a despesa efetuada no ano de 2012 com os aprendizes que atuaram nesta Regional.

Quadro 11.8 – Composição do Quadro de Menor Aprendiz

Nível de Escolaridade	Quantitativo de Contratos de Menor Aprendiz Vigente				Despesa no Exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível Médio	8	8	8	8	R\$ 76.999,49

Fonte: Sureg-PE/Sereh

Quadro 11.9– Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis (em R\$)						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Rebribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2010	13.308.547,42	-	-	2.448,00	195.756,40	2.593.380,00	-	451.216,24	-	16.551.348,06
	2011	14.666.226,06	-	-	2.628,00	240.494,20	2.754.589,80	-	5.078,56	-	17.669.016,62
	2012	14.662.225,76	-	-	15.730,28	312.099,22	2.825.520,74	-	389.827,62	-	18.205.403,62
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2010	4.985.542,71	-	-	15.912,00	-	1.766.479,40	-	154.525,51	-	6.922.459,62
	2011	5.575.181,37	-	-	27.414,00	-	1.854.486,23	-	39.035,54	-	7.496.117,14
	2012	6.609.515,60	-	-	75.434,40	-	1.993.123,39	-	150.534,38	-	8.828.607,77
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial (Assessores / Diretores / Jetons)											
Exercícios	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2010	2.502.103,00	-	1.011.367,68	-	15.219,00	332.490,00	-	134.378,36	-	3.995.558,04
	2011	3.671.656,24	-	1.245.924,58	-	8.302,00	413.807,20	-	-	-	5.339.690,02
	2012	6.060.280,00	-	1.278.965,90	-	284.297,00	601.524,98	-	176.868,10	-	8.401.935,98
Pensão Vitalícia											
Exercícios	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00

Fonte: Digep/Sugep

Em 2012 a despesa de pessoal com os empregados desta Superintendência Regional foi de R\$ 35.435.947,37, com um crescimento de 13,92% sobre o valor de 2011, conforme se observa no quadro acima.

Os gastos com os empregados cedidos representaram, no exercício em tela, 24,9% do custo total realizado com pessoal. E 23,7% do total dos gastos realizados no exercício de 2012 são relativos aos custos com empregados que ocupam cargo comissionado/função de confiança.

O quadro a seguir apresenta, de forma detalhada, a formação do quadro de mão de obra terceirizada com vigência em 2011 na SUREG-PE.

Quadro 11.10 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante															
Nome: Companhia Nacional de Abastecimento															
UG/Gestão: 135285										CNPJ: 26.461.699/0037-91					
Informações sobre os contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores	
					Início	Fim	F		M		S			P	C
							P	C	P	C	P	C			
2010	1	O	013/2010	09543683/0001-06	01/12/10	30/11/13							P	18	18
2011	4	O	008/2011	05164930/0001-02	28/09/11	27/09/13							P	14	14

Observações:
 Legenda: Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
 Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado
 Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada

Fonte: Setad/Gefad

No quadro acima, observam-se informações relativas aos contratos de vigilância ostensiva e limpeza. Em relação à denominada área 1, trata-se do contrato nº 013/2010 de Vigilância e Segurança Patrimonial, firmado com a empresa XERIFE VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 09.543.683/0001-06, desde 01.12.2010, O presente contrato está em vigor, por meio do termos aditivos, findando-se em 30.11.2013. No início do referido contrato eram 9 postos de vigilância

armada, sendo 5 postos (2 diurnos e 3 noturnos) para a Sede da Superintendência, 2 postos (1 diurno e 1 noturno) para a UA Arcoverde e 2 postos (1 diurno e 1 noturno) para o Entrepasto de Pesca. Este último foi desativado em 06.11.2012, suprimindo o total de postos para 7, através de Termo Aditivo ao Contrato.

Já em relação à área 4, trata-se do contrato nº 008/2011 de limpeza, conservação, jardinagem e coperagem, firmado com a empresa MARCOLE EMPREEDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ – 05.164.930/0001-02, vigente desde 28.09.2011. O contrato possui 14 postos de trabalho, sendo 13 para atender a Sede da Superintendência e a Unidade Armazenadora de Recife e 1 para Unidade de Arcoverde. Tal contrato foi prorrogado até 27.09.2013, por meio de termo aditivo.

Quadro 11.11 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante														
Nome: Companhia Nacional de Abastecimento														
UG/Gestão: 135285							CNPJ: 26.461.699/0037-91							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2012	12	O	016/2012	11399787/0001-22	12	13	8							P
Observações:														
LEGENDA														
Área:														
1. Segurança;														
2. Transportes;														
3. Informática;														
4. Copeiragem;														
5. Recepção;														
6. Reprografia;														
7. Telecomunicações;														
8. Manutenção de bens móveis;														
9. Manutenção de bens imóveis;														
10. Brigadistas;														
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;														
12. Outras														
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.														
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.														
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.														

Fonte: Setad/Gefad

O quadro XXX, trata de informações relativas aos serviços de braçagem. Durante o ano de 2012 duas empresas prestaram serviço a esta Regional, uma delas foi a FUTURA SERVIÇOS PROFISSIONAIS ADMINISTRATIVOS LTDA, CNPJ nº 06.234.467/0001-82, cujo contrato assinado com esta Conab e seus respectivos Termos Aditivos foi o de nº 002/2009, com sua vigência inicial em 08.06.2009, tendo seus 3 (três) Termos Aditivos vigorados respectivamente até as datas de 07.06.2010, 07.06.2011 e 07.06.2012. Em meados de 2012, foi realizado um novo certame licitatório que deu origem ao contrato nº 016/2012 com a empresa VENEZA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA, CNPJ nº 11.399.787/0001-22 iniciado em 11.06.2012 e findado em 10.06.2013.

Quadro 11.12 – Demonstrativo de Admissões e Demissões no Exercício**SISTEMA DE APRECIACÃO E REGISTRO DE ATOS DE ADMISSÃO E CONCESSÕES – SISAC**

REGIÃO	UNIDADE	EXERCÍCIO			
		2012		TOTAIS	
		ADMISSAO	DEMISSÃO	ADMISSAO	DEMISSÃO
MATRIZ		0	37	0	37
NORTE	AC	0	0	0	0
	AM	0	0	0	0
	AP	0	0	0	0
	PA	0	1	0	1
	RO	0	0	0	0
	RR	0	1	0	1
NORDESTE	AL	0	3	0	3
	BA	0	2	0	2
	CE	0	2	0	2
	MA	0	0	0	0
	PB	0	0	0	0
	PE	0	5	0	5
	PI	0	1	0	1
	RN	0	1	0	1
C. OESTE	GO	0	3	0	3
	MS	0	1	0	1
	MT	0	4	0	4
	TO	0	1	0	1
SUDESTE	ES	0	1	0	1
	MG	0	1	0	1
	RJ	0	2	0	2
	SP	0	0	0	0
SUL	PR	0	1	0	1
	RS	0	0	0	0
	SC	0	0	0	0
TOTAIS		0	67	0	67

FONTE: Sugep, Sutin e Sistema Sênior

As 5 demissões ocorridas no ano de 2012 tiveram como causa a morte dos empregados.

Obs.: A Conab está sujeita ao regime CLT, não havendo ocorrência de concessão de aposentadoria e pensões.

Perspectivas de aposentadorias e estratégia de recomposição de pessoal

A Companhia está vivendo um momento de reestruturação e modernização organizacional, objetivando a melhoria dos processos de trabalho e controles pertinentes, através da retomada do processo de planejamento estratégico da Conab, em virtude, principalmente, dos riscos de gestão decorrentes da falta de utilização desse instrumento.

Dentre as perspectivas existentes, as quais objetivam a melhoria e modernização da empresa, a realização de concurso público e a implantação de PDVI – Programa de Desligamento Voluntário Incentivado pretendem reduzir o número de empregados com idade mais avançada ou que já estão aposentados pela previdência social e efetivar a contratação de novos empregados a fim de recompor o quadro de pessoal. Isso, aliado à melhoria na estrutura física e tecnológica.

Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

	Nome do Indicador: Rotatividade ou Turnover total	2012	2011	2010
1	Objetivo do Indicador: Monitorar indícios de problemas relacionados a: processo seletivo, sistema de remuneração e benefícios, clima organizacional, perda da cultura organizacional e de capital intelectual, mercado de trabalho aquecido.	0,00%	0,15%	0,00%
	Análise: No ano de 2012 não houve admissões de novos concursados, nem demissões.			

	Nome do Indicador: Percentual de realização de exames médicos periódicos	2012	2011	2010
2	Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional- PCMSO.	30,24%	47,35%	36,75%
	Análise: Houve uma redução de percentual no ano de 2012 tendo em vista a ausência de contrato no início do ano. Por isso, muitos dos empregados realizaram o exame no início do ano de 2013. Ainda, há empregados que não realizam o exame periódico no prazo determinado pela empresa.			

	Nome do Indicador: Ocorrências de Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais em relação ao Quadro de Lotação Médio	2012	2011	2010
3	Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Monitorar os processos e atividades voltadas à prevenção dos riscos laborais inerentes às atividades	0,60%	1,76%	1,20%
	Análise: Houve uma redução significativa na redução do número de acidentes de trabalho que já era um número pequeno em relação à quantidade de empregados.			

	Nome do Indicador: Percentual de empregados com nível superior	2012	2011	2010
4	Objetivo do Indicador: Identificar a evolução desse grupo no conjunto do corpo funcional da Companhia	7,19%	7,06%	7,23%
	Análise: O número de empregados com nível superior continuou sendo o mesmo nos últimos anos, haja vista a não realização de concurso para novas admissões. A variação ocorreu quando comparado ao número total de empregados que variou de um ano para o outro.			

12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL

12.1. Programas e Ações do PPA

Quadro 12.1 – Ações orçamentárias da UJ

Iniciativa	Ação	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
0113	2130 - Formação de Estoques	Prod Adquirido(t)	-	-	10.000.000,00	6.393.916,73
0119	2137 - Fiscalização dos estoques	Fisc realizada	130	367	50.000,00	16.076,43
02F5	4711 - Pesquisa de Safras	Pesq realizada	8	8	30.000,00	20.239,56
Não tem	00H1 - Pagamento de Pessoal Ativo	Não tem	Não tem	Não tem	7.800.000,00	7.707.512,84
	2000 - Administração da Unidade	Não tem	Não tem	Não tem	2.500.000,00	2.164.130,62
	2004 - Assistência Médica	Pessoa benef	1.250	1.202	4.440.000,00	4.438.316,88
	2011 - Auxílio-Transporte	Servidor benef	305	332	20.000,00	18.813,43
	2012 - Auxílio-Alimentação	Servidor benef	330	331	1.900.000,00	1.847.294,76
Não tem	4572 - Capacitação de Servidores	Servidor benef	90	82	40.000,00	27.776,17
	0022 - Cumprimento de Sentenças	Não tem	Não tem	Não tem	2.100.000,00	2.008.577,05
	00H2 - Pcto Depósitos Recursais	Não tem	Não tem	Não tem	319.000,00	318.539,57

Fonte: Diafi/Supor/Geare e Siafi

Ação:(2130) Formação de Estoques Públicos

Em 2012, a SUREG-PE não teve meta a executar com relação à aquisição de produtos porque o Estado de Pernambuco se caracteriza como sendo um estado importador de alimentos, e isto inviabiliza as aquisições de produtos originários da pauta de preços mínimos. Entretanto, a SUREG-PE recebe produtos originários de outras Regionais para desenvolver ações relacionadas ao Programa de Vendas em Balcão e também outros gêneros alimentícios para compor cestas básicas.

Em 2012, a dotação orçamentária final para a SUREG-PE foi de R\$ 10.000.000,00. Executou R\$ 6.393.916,73, ou seja 63,93%. Esse gasto refere-se aos serviços de armazenagem.

Ação:(2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

A meta física previa para 2012, a realização de 130 fiscalizações, mas foram realizadas 367. Um acréscimo de 237 fiscalizações. Da dotação orçamentária prevista – R\$ 50.000,00, foram utilizados apenas 32,15% dos recursos, o equivalente a R\$ 16.076,43.

O fator preponderante para o alcance desse resultado expressivo, bem acima do previsto e com a utilização de menos recursos financeiros, foi o planejamento, a conciliação e a execução de ações de Programas distintos, com o uso racional dos demais recursos e meios necessários para viabilizá-las. Como exemplo citamos: Os veículos utilizados nas viagens realizadas para a efetuação das operações de fiscalização de estoques e/ou de unidades armazenadoras, atendeu, concomitantemente, outros Programas. Além disto, numa mesma viagem foram efetuadas diversas fiscalizações, já que os interessados, além de muitos, se situavam numa mesma região. Este resultado já é fruto do Plano de Providências Permanente, construído conjuntamente com apoio fundamental dos analistas da Controladoria Geral da União - CGU/PE.

Os produtos fiscalizados destinaram-se ao atendimento dos programas sociais do Governo Federal intermediados por órgãos como: Defesa Civil, Incra, Funai, entre outros. Houve também fiscalizações de produtos vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e para remoção de estoques públicos.

Todo o processo de fiscalização segue as orientações contidas no Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais e demais normativos constantes do Manual de Operações Conab – MOC (Título 12 – Fiscalização dos Estoques Governamentais) e comunicado Conab/MOC nº 020, de 16/08/2004, ou ainda, em orientações específicas estabelecidas pela Companhia.

Ação:(4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

- **Levantamento de Safras em Pernambuco**

O modelo de coleta de dados para acompanhamento e avaliação de safras vem se utilizando de dados adicionais disponibilizados pela área de Geotecnologia (mapeamento de áreas cultivadas, obtido por meio de imagens de satélite, e estimativa de produtividade por meio de modelos agrometeorológicos). Após a coleta e consolidação dos dados pela Conab Nacional, o resultado é divulgado pelo MAPA e disponibilizado em meio eletrônico (internet – com versões em português, inglês e espanhol) e publicações técnicas.

A meta física global aprovada na LOA/2013-2015 previa a realização de doze pesquisas de campo, realizadas de acordo com o período de safra nas diversas regiões produtoras. A dotação orçamentária para a ação foi de R\$ 1.500.000,00, sendo executado R\$ 1.067.542,21 (71,17% da meta).

A pesquisa, acompanhamento e a avaliação de safras obedecem a um cronograma anual elaborado e remetido pela Conab-Matriz. De posse desse cronograma, técnicos do Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta – Segeo/Setor de Desenvolvimento Empresarial - SEDEM, saem a campo para efetuar a referida pesquisa nos polos estratégicos de informações já pré-determinados.

Para o Estado de Pernambuco a previsão de 8 pesquisas (4 de campo e as demais utilizando-se de outros meios de pesquisa, tais como: fax, e-mail, telefone), foi plenamente executada, e obviamente atingimos 100% da meta estabelecida ao custo total de R\$ 20.239,56, o equivalente a 67,46% da dotação prevista que era de R\$ 30.000,00. A diferença é resultante de contingenciamento orçamentário, diminuição dos estoques resultantes de comercialização e a escassa aquisição de novos produtos.

- **Execução Física e Orçamentária - Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras**

(4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras			
Controle: SIAFI – PTRES 1699 – Programa de Trabalho 20.605.0360.4711.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-PE	
Dotação Orçamentária	1.500.000,00	30.000,00	2,00
Execução Orçamentária	1.067.542,21	20.239,56	1,90
Índice	71,17	67,47	-
Meta Física – pesquisa realizada (unid)	12	8	66,67
Execução Física	12	8	66,67
Índice	100,00	100,00	-

Fonte: Supor, Geasa e Siafi

No nosso Estado são acompanhadas as culturas de algodão, arroz, feijão, mamona, milho e sorgo. A safra pernambucana de 2011/12, encerrada no mês de setembro de 2012, comparativamente à anterior, apresentou redução de 30,29% na área plantada e de 80,36% na

quantidade produzida. As diminuições significativas tanto na área plantada quanto na produção se deram em virtude do longo período de estiagem que assola toda a região Nordeste e em especial o Agreste e o Sertão Pernambucano.

Apesar das primeiras pesquisas referentes à safra 2012/2013 indicarem a continuação da diversidade climatológica para a região, as expectativas para a atual safra é de perda total para a região do Sertão e alguma produção para a região Agreste de Pernambuco.

- **Levantamento de Custos de Produção e de Custos de Insumos**

A Sureg-PE realiza apenas o levantamento dos custos de produção e de insumos, de aves e suínos. Através de email, a Associação Avícola e a Associação de Suinocultura, ambas do Estado de Pernambuco, fornecem as informações e os dados requisitados. De posse desse material, técnicos do Segeo/Sedem, encaminham tudo para a Gerência de Custos e Produção – Gecup situada na Conab_matriz.

A partir de então, tudo é encaminhado à Conab-Matriz, especificamente à Gerência de Custos e Produção – Gecup que providencia o processamento, a análise dos dados e a geração de informações, que permitem mais a frente subsidiar a elaboração e a execução das políticas agrícola e de abastecimento.

Ação:(00H1) - Pagamento de Pessoal Ativo

A dotação aprovada para a Sureg-PE em 2012 foi de R\$ 7.800.000,00. Da meta prevista foram executados no exercício R\$ 7.707.512,84, ou seja 98,81% do gasto total.

Ação:(2000) - Administração da Unidade

A dotação aprovada para a Sureg-PE em 2012 foi de R\$ 2.500.000,00. Da meta prevista foram executados no exercício R\$ 2.164.130,62, ou seja 86,57% do gasto total.

Ação:(2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Durante o exercício de 2012 foram gastos R\$ 4.438.316,88, apresentando um índice de execução de 99,96% em relação à dotação orçamentária disponibilizada no valor de R\$ 4.440.000,00. A meta inicial era a de atender 1250 pessoas, no entanto a quantidade final atendida foi de 1202, quase 3,84% a menos. Comparativamente ao exercício de 2011, verificou-se um aumento de 16,52% nas despesas correspondentes.

O crescimento do gasto com Assistência Médica e Odontológica se deu devido ao aumento médio da faixa etária dos empregados, o que gerou um acréscimo na utilização de tais serviços.

Das despesas executadas 93,60% (R\$ 4.154.470,57) referem-se ao pagamento de pessoas jurídicas (consultórios, clínicas e hospitais). As indenizações e Restituições, num total de R\$ 283.846,31 referem-se ao pagamento de parte das despesas realizadas por empregados em atendimentos não credenciados.

Ação:(2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Nesta ação também foi alcançada uma meta superior a pretendida. De um total de 305, atingiu-se a um quantitativo de 332 empregados beneficiados, (8,13%) a mais. Mais uma vez a dotação orçamentária prevista, R\$ 20.000,00 correspondeu plenamente, já que foi possível atender a meta prevista com R\$ 18.813,43. Este valor representa apenas o total pago em tickets para alguns empregados que optam por esta modalidade. O gasto principal nesta ação é realizado em pecúnia pela Conab-Matriz. Aí sim, foram consideradas as metas físicas citadas no Quadro 12.1.

Ação:(2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

No exercício de 2011 o crédito orçamentário foi de R\$ 1.900.000,00, tendo sido gastos R\$ 1.847.294,76 o que representou 97,23 % do previsto.

A dotação orçamentária para esta ação foi suficiente já que atendeu a meta prevista.

O auxílio é concedido por meio do cartão magnético, a título de Vale Refeição ou Vale Alimentação, conforme o ACT 2011/2012. O empregado pode optar em receber o benefício numa das modalidades citadas ou na forma de 50% de cada uma.

Ação:(4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

Em conformidade com os dados do quadro acima, a meta física para esta ação em 2012 era de treinar 90 empregados. Ao final do exercício, 82 se beneficiaram de alguma ação de treinamento, alcançando o índice de 91,11% do que estava previsto.

Apesar de praticamente termos atendido a meta prevista, esta foi muito pequena se compararmos com o quantitativo total de empregados desta Regional. Um dos fatores que contribuíram para esta situação é a deficiência do levantamento das necessidades de treinamento, cujo procedimento não é devidamente acompanhado por quase todos os titulares das respectivas unidades organizacionais, até porque eles também não tem o suporte necessário para bem cumprir essa tarefa;

A dotação prevista e orçada em R\$ 40.000,00, foi super estimada, apenas 69,44% - R\$ 27.776,17 foi gasto. A realização de alguns cursos ministrados por empregados e nas dependências da Regional contribuíram bastante para esse resultado.

Ação:(0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista

Para a SUREG/PE foram disponibilizados R\$ 2.100.000,00 e desembolsados R\$ 2.008.577,05 para os pagamentos de sentenças trabalhistas e cíveis, o equivalente a 95,65% do valor orçado. Neste caso, a dotação orçamentária para esta ação foi suficiente já que atendeu a meta prevista.

Ação:(00H2) – Pagto Depósitos Recursais

Para a SUREG/PE foram disponibilizados R\$ 319.000,00 e desembolsados R\$ 318.539,57 para os pagamentos de depósitos recursais. Neste caso, também constatamos que a dotação orçamentária para esta ação foi suficiente já que atendeu a meta prevista. Quase 100%.

Providências corretivas a serem tomadas para o próximo exercício

Decorrente do processo de auditoria de contas efetuada pela CGU em 2012, elaboramos o Plano de Providências Permanente da Sureg-PE. Nele estão relacionadas todas as recomendações e as ações decorrentes que já estão sendo implementadas. Algumas dependem da Matriz, mas a meta, já em andamento, é dar continuidade na realização de todas as que são do nosso controle no menor prazo possível. Através delas será possível melhorar significativamente o desempenho das nossas atividades e os melhores resultados, dentro do padrão desejado.

Quadro 12.2 – Ações de outros órgãos, executadas pela UJ

Programa	Ação	Valor
2014 (MAPA)	20QU - Fiscalização Seguro Rural	2.712,25
2069 (MDS)	2792 - Distribuição de Alimentos	6.916.353,71
	2798 - Aquisição de Alimentos AF	6.623.755,54
	2802 - Oper Aquisição alimentos	390.500,49
Total		13.933.321,99

Fonte: Siafi

Quadro 12.3 – Seguro Rural

Sureg	2012		Justificativa
	Física	Orçamentária	
PE	1	2.712,25	Realização da operação em outros Estados, devido ao pequeno volume de apólices, e localização próximas, embora em Estados diferentes., Foi feita uma única viagem para a fiscalização nos Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe. E viagem de um dia para apoio a fiscalização no Estado da Paraíba.

Fonte: Dirab/Sufis/Gesup

Em Pernambuco, a doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, decorrente da cooperação Conab x Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS, mediante Termo de Cooperação respectivo, alcançou os seguintes resultados:

- Acampados – 31.754 famílias – 112.240 atendimentos e 2.425.464 Kg de alimentos entregues.
- Quilombolas – 4.923 famílias – 18.843 atendimentos e 413.101 Kg de alimentos entregues.
- Comunidades de Terreiro – 1.300 famílias – 5.200 atendimentos e 114.400 Kg de alimentos entregues.
- Atendimentos Especiais – 2.750 famílias – 4.000 atendimentos e 71.371 Kg de alimentos entregues.
- Indígenas – 5.865 famílias – 18.215 atendimentos e 371.347 Kg de alimentos entregues.
- Pescadores Artesanais – 600 famílias – 2.499 atendimentos e 54.283 Kg de alimentos entregues.

Ao todo foram realizados 160.997 atendimentos, atendidas 47.192 famílias e entregues 3.449.966 quilos de alimentos. Comparativamente com o ocorrido em 2011, verificou-se a uma diminuição significativa no número de famílias atendidas (-18,96%).

12.2. Restos a Pagar

12.2.1. Análise das inscrições em restos a pagar no exercício e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.

Quadro 12.4 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2012	15863061,85			15863061,85
2011				0,00
2010	552011,01	0,00	552011,01	0,00
				0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2012				0,00
2011	113657,53	0,00	113657,53	0,00
2010	142458,48	0,00	142458,48	0,00
				0,00

Fonte: Diafi/Sucon

12.2.1.1. Análise Crítica

O valor em restos a pagar em 2012, no valor de R\$ 15.863.061,85, refere aos seguintes itens:

- Aquisição de produtos da cesta básica = 3.795.034,71;
- Transporte de milho – Operações PGPM e Opções = 9.218.271,65
- Produtos – Doação PAA = 2.805.973,76
- Energia elétrica, Menor Aprendiz (estágio), malote, gás butano e aquisição de peças e serviços para um veículo = 42.113,14
- TELEMAR, COMPESA E CELPE da UA-Arcoverde = 1.668,59

12.5. Demonstrações Contábeis

Demonstrações Contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo notas explicativas

Ver anexo I – pág xx

12.7. Gestão do Patrimônio Imobiliário

Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de propriedade da Empresa ou locado de terceiros

Quadro 12.5 – Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Localização Geográfica	Quantidade de imóveis de propriedade da União de responsabilidade da UJ		Observação
	Exercício 2012	Exercício 2011	
Pernambuco	12	12	Entrepasto de pesca de Recife vendido ao Governo do Estado de Pernambuco, aguardando baixa patrimonial/contábil. Um pavimento, um terreno e dois prédios localizados em Recife, um prédio localizado em Arcoverde e outro em Goiana estão destinados a venda (Conad-Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010)
Recife	8	8	
Arcoverde	2	2	
Bom Jardim	1	1	
Goiana	1	1	
Subtotal Brasil	12	12	
Subtotal Exterior	0	0	
Total (Brasil + Exterior)	12	12	

Fonte: Diafi/Supad

13. GOVERNANÇA E CONTROLES

13.1. Controle Interno da UJ

O Quadro – Estrutura de Controles Internos desta UJ foi preenchido conjuntamente. Participaram desse ato o Sr. Superintendente da SUREG-PE, as Gerentes da GEJUR, GEDES e GEFAD, um representante da GEOPE e o Coordenador do Relatório de Gestão - 2012.

Quadro 13.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva,				X	

atual, precisa e acessível.					
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Análise Crítica:					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

Fonte: Sureg-PE

13.2. Deliberações do TCU e CGU

Quadro A.13.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Conab – Sede - Superintendência Regional de Pernambuco					2114
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	21203.000159/2012-60				Ofício nº 28763/AUD/CGU-Regional/PE, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Conab – Sede - Superintendência Regional de Pernambuco					2114
Descrição da Deliberação					
Elaboração do PLANO DE PROVIDÊNCIAS PERMANENTE - PPP					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Conab – Sede - Superintendência Regional de Pernambuco					2114
Síntese da Providência Adotada					
O PPP foi encaminhado para a CGU em 19 de novembro de 2012					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Desde a elaboração até a presente data, as recomendações contidas no Plano estão sendo implementadas. Algumas aconteceram quase que imediatamente, enquanto que outras, de execução mais complexa, estão ocorrendo de forma gradativa, mas constante. Através dessas medidas já está sendo possível dar mais consistência, uniformidade, segurança e obediência as normas vigentes.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Os fatores negativos que em algum tamanho impediram a adoção das providências, encontraram base na falta de pessoal mais qualificado, no momento atípico em que muitos empregados encontravam-se trabalhando remotamente nos Polos de Comercialização (Milho) criados para o atendimento dos beneficiários (criadores), a atuação da CGU na nossa Sede e a limitação de recursos e meios necessários. Os fatores positivos que impulsionaram e motivaram a adoção das providências foram: o reconhecimento do acerto das recomendações e a vontade dos empregados e gestores na implementação delas.					

Fonte: Sureg-PE

Resultados e Conclusões

Diante do contido no presente Relatório, pode-se concluir que a Superintendência Regional de Pernambuco, da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, mesmo tendo que realizar esforços extraordinários para atenuar os efeitos da seca ocorrida no Estado de Pernambuco e atender a população localizada nessas regiões afetadas, atuou no exercício de 2012 em consonância com os objetivos traçados para o período, observando os princípios e as regras que disciplinam os atos de gestão da Administração Pública Federal, atingindo a finalidade propugnada para os programas de governo.

As principais dificuldades encontradas para o pleno alcance das metas fixadas para o exercício, como já explicitado, decorreram da escassez crônica de recursos humanos decorrente da perda de servidores, e da reposição insuficiente, assim como dos limites orçamentários e para despesas com diárias e passagens impostos, decisões estas que não estão na alçada dos gestores da Sureg-PE. Ações junto aos órgãos competentes, para mitigar tais obstáculos são tomadas sistematicamente por esta Superintendência Regional.

Recife, 31 de maio de 2013.

ANEXO I - Demonstrações Contábeis

Quadro 12.1 - Balanço Patrimonial

ATIVO	2012	2011
CIRCULANTE	3.989.785.632,16	4.735.555.770,99
DISPONÍVEL	1.062.948,21	1.060.620,29
Aplicações Financeiras	1.062.948,21	1.060.620,29
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	1.257.680.697,73	1.049.032.903,78
CRÉDITOS A RECEBER	836.574.305,27	751.495.446,69
Devedores por Fornecimento	129.213.729,66	56.500.746,34
Créditos Tributários	254.355.142,72	241.839.835,13
Recursos a Receber	294.015.714,76	255.652.866,06
Créditos Diversos a Receber	158.989.718,13	197.501.999,16
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	415.358.599,17	292.645.279,10
Entidades Devedoras	14.332.120,28	9.357.615,19
Créditos Parcelados	300.036,20	333.691,76
Recursos da União	400.726.442,69	282.953.972,15
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	5.747.793,29	4.892.177,99
Adiantamentos a Pessoal	5.747.472,44	4.891.922,99
Adiantamento - Suprimento de Fundos	320,85	255,00
Adiantamentos - Transferências Voluntárias	0,00	0,00
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS	0,00	0,00
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	2.730.990.524,25	3.685.418.718,01
Estoques para Alienação	2.115.377.882,56	3.198.418.642,31
Estoques de Distribuição	238.923,69	833.496,89
Estoques Internos - Almoxarifado	2.131.162,27	2.361.623,43
Títulos e Valores em Circulação	726.894,10	297.510,99
Materiais em Trânsito	14.012.129,18	10.953.770,27
Compra Antecipada - Entrega Futura	598.503.532,45	472.553.674,12
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	51.461,97	43.528,91
Valores Pendentes	51.461,97	43.528,91
ATIVO NÃO CIRCULANTE	690.052.429,58	573.912.136,02
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	440.680.922,16	317.083.667,52
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	138.972.505,18	131.473.814,53
Recursos Vinculados	138.972.505,18	131.473.814,53
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	301.708.416,98	185.609.852,99
Devedores - Entidades e Agentes	859.260,58	18.009.747,77
Créditos Diversos a Receber	300.849.156,40	167.600.105,22
INVESTIMENTOS	78.259.470,34	80.222.308,20
Participações Societárias	27.803.290,88	27.803.290,88
Outros Investimentos	50.456.179,46	52.419.017,32
IMOBILIZADO	171.051.777,13	176.527.368,99
Bens Imóveis	291.652.350,92	283.851.400,50
Bens Móveis	81.451.507,83	78.406.481,55
Depreciações	(202.052.081,62)	(185.730.513,06)
INTANGÍVEL	60.259,95	78.791,31
TOTAL	4.679.838.061,74	5.309.467.907,01

PASSIVO	2012	2011
CIRCULANTE	4.273.054.852,68	4.952.025.232,72
DEPÓSITOS	51.147.069,88	117.196.011,03
CONSIGNAÇÕES	3.011.624,79	2.085.251,58
Pensão Alimentícia	0,00	7.857,41
Planos de Seguros	204.020,81	171.862,58
Empréstimos	434.452,25	318.626,29
Outros Tributos e Consignações	2.373.151,73	1.586.905,30
RECURSOS DA UNIÃO	20.586.329,15	17.168.338,92
Recursos Fiscais	8.101.192,65	3.992.906,67

Recursos Previdenciários	12.485.136,50	13.175.432,25
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	27.549.115,94	97.942.420,53
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	4.221.907.782,80	4.834.829.221,69
OBRIGAÇÕES A PAGAR	208.872.496,53	177.842.494,99
Fornecedores	86.641.055,71	141.725.112,72
Pessoal a Pagar	516.919,24	23.155,73
Encargos Sociais a Recolher	1.215.411,52	1.081.527,22
Obrigações Tributárias	35.080,16	5.514.065,85
Débitos Diversos a Pagar	103.952.529,90	22.014.777,50
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	16.511.500,00	7.483.855,97
PROVISÕES	234.073.968,59	242.630.604,68
Provisão para Férias	34.855.212,97	28.907.028,79
ICMS s/Mercadorias para Revenda	360.985,37	948.502,50
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	129.702.306,05	142.621.396,31
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Provisão p/IRPJ e CSLL	373.022,36	3.631.971,12
Provisão para o PIS/PASEP	33.268,41	0,00
Encargos Sociais sobre Provisões	13.029.501,44	10.802.033,97
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	848.230.145,43	617.049.103,45
Entidades Credoras	848.230.145,43	617.049.103,45
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.910.549.179,90	3.790.672.956,65
Operações Especiais	2.910.549.179,90	3.790.672.956,65
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	20.119.426,21	6.606.203,92
Adiantamentos de Clientes	20.119.426,21	6.606.203,92
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	38.207,12	3.899,48
OUTRAS OBRIGAÇÕES	24.359,02	23.958,52
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00	0,00
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	1.639.318,35	18.228.235,37
DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	69.420,00	69.420,00
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	1.569.898,35	18.158.815,37
OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.569.898,35	18.158.815,37
Entidades de Previdência Complementar	609.143,54	17.628.171,34
Entidades Federais	960.754,81	530.644,03
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	405.143.890,71	339.214.438,92
Capital	302.801.001,74	223.180.498,85
RESERVAS	102.342.888,97	92.323.612,21
Reservas de Capital	0,00	26.544.719,04
Reservas de Lucros	102.342.888,97	65.778.893,17
LUCROS A DESTINAR	0,00	23.710.327,86
TOTAL	4.679.838.061,74	5.309.467.907,01

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Quadro 12.x - Demonstração dos Fluxos de Caixa

DESCRIÇÃO	2012	2011
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	69.894.883,89	35.142.943,63
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	(66.444.651,42)	(16.445.192,33)
Depreciações e Amortizações	16.340.099,92	16.748.494,11
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(167.449.753,47)	(47.196.622,59)
Redução (Aumento) nos Créditos Tributários	(14.576.303,05)	49.251.717,85
Redução (Aumento) nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	(38.362.848,70)	(166.221.687,16)
Aumento nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	(122.151.749,90)	(173.023.690,24)
Aumento em Pessoal e Encargos	(193.659,85)	(320.418,61)
Redução nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00	0,00
Aumento nos Valores Pendentes a Curto Prazo	(7.933,06)	(19.450,94)
Redução nos Empréstimos - Estoques Públicos	74.304.417,01	65.743.977,21
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	27.780.469,10	108.441.168,54
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	(70.393.304,59)	86.253.330,61
Aumento nos Dividendos a Pagar	0,00	0,00
Aumento (Redução) nas Provisões	(8.929.658,45)	(4.405.658,85)
Aumento nas Entidades Credoras	231.181.041,98	67.826.769,11
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	13.513.222,29	(8.797.876,80)
Aumento nos Recursos Vinculados	(7.498.690,65)	(10.725.244,57)
Redução nas Operações de Crédito Externa	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.450.232,47	18.697.751,30
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Outros Investimentos	1.962.837,86	40.532,10
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(10.845.976,70)	(13.174.796,93)
Compras de Imobilizado	0	0
Recebimentos por Vendas de Ativos Permanentes	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(8.883.138,84)	(13.134.264,83)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Transferência p/Aumento de Capital	0	0
Reserva Legal	0,00	0,00
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	(16.511.500,00)	(7.483.855,97)
Aumento de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	9.027.644,03	5.044.603,76
Outras Reservas de Capital	0,00	0,00
Resultado de Exercício Anterior	12.919.090,26	0,00
Lucros a Destinar do Exercício	0,00	0,00
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	0,00	(3.036.040,38)
Pagamentos de Empréstimos	0	0
Juros Pagos por Empréstimos	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	5.435.234,29	(5.475.292,59)
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	2.327,92	88.193,88
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	2.327,92	88.193,88
No Início do Exercício	1.060.620,29	972.426,41
No Final do Exercício	1.062.948,21	1.060.620,29

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Quadro - Demonstração do Resultado do Exercício

DETALHAMENTO	2012	2011
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	1.161.925.365,90	1.512.002.937,51
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS	1.143.777.023,65	1.485.458.349,46
Vendas Estoques Estratégicos	709.832.816,18	1.045.067.566,87
Vendas Estoques Reguladores-PGPM	433.908.271,75	438.978.418,25
Vendas Abastecimento Social	131,98	3.345,00
Vendas Atacado e Outros	55.487,57	371.148,25
Adição a Receita de Vendas	-19.683,83	1.037.871,09
RECEITA DE SERVIÇOS	18.148.342,25	26.544.588,05
Serviços de Armazenagem	18.101.716,25	26.544.588,05
Outros Serviços	46.626,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS	24.073.328,76	51.072.109,48
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	1.137.852.037,14	1.460.930.828,03
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	1.788.252.026,05	1.802.447.120,83
CMV - Estoques Estratégicos	1.183.327.565,45	1.319.306.324,76
CMV - Estoques Reguladores - PGPM	604.378.143,98	481.717.944,83
CMV - Atacado e Outros	546.316,62	1.422.851,24
ARREDONDAMENTOS	-9.920,43	32.070,11
EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	-696.840.007,96	-554.555.037,22
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	46.449.939,48	213.006.674,31
(-)DESPESAS OPERACIONAIS	764.468.149,53	717.158.725,56
(-)DESPESAS DE PESSOAL	509.924.223,30	413.343.157,13
Vencimentos e Vantagens Fixas	332.652.424,04	276.891.485,50
Obrigações Patronais	126.840.878,84	103.612.351,72
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	28.349.997,41	16.245.384,43
Sentenças Judiciais e Depósitos Compulsórios	22.080.923,01	16.593.935,48
(-)DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	254.543.926,23	303.815.568,43
Despesas/Receitas Financeiras	346.700,78	118.982,68
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	28.586.805,52	28.990.855,03
Transferências ao Exterior	6.084.264,14	3.218.477,00
Material de Consumo	9.810.860,28	41.494.679,08
Diárias - Pessoal Civil	8.056.470,40	5.820.317,04
Passagens e Despesas com Locomoção	3.611.585,46	2.201.320,55
Serviços de Consultoria	16.050,00	1.200,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.652.212,98	2.375.404,13
Locação de Mão-de-Obra	19.417.652,25	18.151.435,12
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	96.070.236,48	95.088.211,61
Obrigações Tributárias e Contributivas	34.519.289,44	68.490.307,90
Aquisições de Bens para Revenda	0,00	39.508,41
Outras Despesas Operacionais	45.371.798,49	37.824.869,88
(+)RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	726.199.545,59	530.120.796,49
Transferências Financeiras	622.661.615,28	426.349.899,66
Multas e Encargos de Outras Origens	2.842.321,40	3.859.028,14
Indenizações e Restituições	89.216.674,18	91.201.398,09
Receitas Imobiliárias	5.472.456,95	5.265.428,31
Receitas de Valores Mobiliários	7.620,65	13.525,42
Receitas Diversas	5.998.857,13	3.431.516,87
(-) MOVIMENTAÇÃO INTERNA	0,00	-188.982,97
RESULTADO OPERACIONAL	8.181.335,54	26.157.728,21
OUTROS RESULTADOS	61.713.548,34	8.985.215,42
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS	62.382.929,49	8.441.523,58
Alienação de Bens Móveis	-528.318,27	-195.251,94
Alienação de Bens Imóveis	62.021.722,58	8.328.321,75
Depreciação - Reversão	889.525,18	308.453,77
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	669.381,15	-543.691,84
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	69.894.883,88	35.142.943,63
Provisão para Imposto de Renda	270.890,59	2.651.679,50

Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	102.131,77	980.291,62
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	69.521.861,52	31.510.972,51
LUCRO POR AÇÃO	37,38	16,94

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Quadro - Demonstração do Valor Adicionado

DESCRIÇÃO	2012	%	2011	%
1. RECEITAS	1.223.638.914,24	175,98	1.520.987.917,36	244,72
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.161.925.365,90	167,11	1.512.002.701,94	243,27
1.2 - Outros Resultados	61.713.548,34	8,88	8.985.215,42	1,45
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	1.237.000.179,82	177,90	1.412.640.897,96	227,29
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	1.092.608.112,80	157,14	1.250.111.215,84	201,14
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	144.392.067,02	20,77	162.529.682,12	26,15
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	-13.361.265,58	-1,92	108.347.019,40	17,43
4. RETENÇÕES	17.608.598,02	2,53	17.050.037,05	2,74
4.1 - Depreciação	17.608.598,02	2,53	17.050.037,05	2,74
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	-30.969.863,60	-4,45	91.296.982,35	14,69
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSF	726.295.187,03	104,45	530.230.886,20	85,31
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	726.295.187,03	104,45	530.230.886,20	85,31
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	695.325.323,43	100,00	621.527.868,55	100,00
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	695.325.323,43	100,00	621.527.868,55	100,00
8.1 - Pessoal e Encargos	564.854.207,35	81,24	466.503.587,64	75,06
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	58.103.893,70	8,36	117.452.488,38	18,90
8.3 - Juros e Aluguéis	2.472.338,49	0,36	2.428.848,90	0,39
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	69.894.883,89	10,05	35.142.943,63	5,65
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	270.890,59	0,04	2.651.679,50	0,43
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	102.131,77	0,01	980.291,62	0,16
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	69.521.861,53	10,00	31.510.972,51	5,07
8.8 - Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	16.511.500,00	2,37	7.483.855,97	0,01
8.9 - Destinação para Reserva Legal	3.476.093,08	0,50	1.575.548,63	0,00
8.10 - Lucros Retidos	49.534.268,45	7,12	22.451.567,91	3,61

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Quadro - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DISCRIMINAÇÃO	RESERVAS DE CAPITAL				RESERVAS DE LUCROS			
	Capital realizado	Correção Monet do Capital	Transf p/ aumento de Capital	Outras reservas de Capital	Reserva legal	Rservas de Retenção do Lucro	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
SALDO EM 01/01/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	12.386.320,64	11.570.455,95	44.541.368,28	318.223.362,76
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						40.246.567,95	-40.246.567,95	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							-3.036.040,38	-3.036.040,38
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							31.510.972,51	0,00
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO								22.451.567,91
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					1.575.548,63		-1.575.548,63	1.575.548,63
DIVIDENDOS PROPOSTOS							-7.483.855,97	0,00
SALDO EM 31/12/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	13.961.869,27	51.817.023,90	23.710.327,86	339.214.438,92
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	79.620.502,89							0,00
LUCROS A DESTINAR DO EXERC ANT							-23.710.327,86	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES								12.919.090,26
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							69.521.861,53	0,00
RES. DE CORREÇÃO MONET.DO CAPITAL		-25.373.084,13						0,00
RES. DE TRANSF.P/AUM.DE CAPITAL			-443.496,71					0,00
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL				-728.138,20				0,00
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						32.000.160,89	-49.534.268,45	49.534.268,45
CONSTITUIÇÃO DA RESERVA					4.563.834,91		-3.476.093,08	3.476.093,08
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO							-16.511.500,00	0,00
SALDO EM 31/12/2012	302.801.001,74	0,00	0,00	0,00	18.525.704,18	83.817.184,79	0,00	405.143.890,71

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Composição Acionária do Capital Social

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 302.801.001,74 (trezentos e dois milhões, oitocentos e um mil, um real e setenta e quatro centavos), dividido em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

José Carlos de Andrade
Superintendência de Contabilidade
Superintendente
Contador CRC/DF 005969/0-5

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Sumário

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	13	Endividamento
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	14	Depósitos de Diversas Origens
03	Alterações na Legislação Societária	15	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	16	Operações de Crédito
05	Créditos Tributários	17	Provisão para IRPJ e CSLL
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	18	Juros Sobre Capital Próprio
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	19	Resultado do Exercício
08	Devedores por Fornecimento	20	Patrimônio Líquido
09	Contas a Receber	21	Diversos Responsáveis em Apuração
10	Devedores – Entidades e Agentes	22	Benefícios Concedidos aos Empregados
11	Recursos Vinculados	23	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados
12	Bens de Estoques	24	Termos de Cooperação Técnica

Nota 1 – Contexto Operacional

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas (Matriz e 25 Superintendências Regionais) e unidades operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores, destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

Nota 2 – Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, na Lei 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU nº 124/2012, a Matriz e as Superintendências Regionais nos Estados do Amapá, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Tocantins, apresentam Processos de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

Nota 3 – Alterações na Legislação Societária

As Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*”.

Nota 4 – Resumo das principais Práticas Contábeis

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

a) Equivalente de Caixa: Refere-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais.

b) Créditos a Receber: As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

c) Estoques Públicos: A formação e manutenção de Estoques Públicos são executadas através do orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

c.1) Demais Estoques: Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

c.2) Valor Presente dos Estoques: Em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias para alienação, foram comparados pela tabela de Cálculo da Sobretaxa da Conab, da 2ª quinzena de dezembro de 2012, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente dos estoques públicos sob a guarda da Conab, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

d) Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica.

e) Almoxarifado: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

f) Investimentos: Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$8.047 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

g) Seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

h) Imobilizado: Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa nº 162/98.

i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”): No exercício de 2012, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

j) Benefícios a Empregados: O plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença.

k) Ajustes de Exercícios Anteriores: Os ajustes de exercícios anteriores, na forma definida na Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2012, totalizaram R\$12.920 mil, e foram provenientes das baixas de provisão para contingências, dos valores relativos a liquidações de sentenças trabalhistas, ocorridas nos exercícios de 2010 e 2011.

l) Reconhecimento da Receita:

l.1) Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

l.2) Diferimento de Receitas: O diferimento de receitas não realizadas, no montante de R\$17.957 mil, é decorrente dos registros de multas contratuais, em razão do elevado grau de insegurança do efetivo recebimento.

m) Provisões para Contingências: Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, o

valor de R\$129.702 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas; a respectiva provisão encontra-se amparada pela Lei n.º 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009 e em conformidade com a NPC/IBRACON n.º 22 e CPC n.º 23; no exercício de 2012, após análise do Relatório de Contingências, fornecido pela área Jurídica, entendeu-se não haver necessidade de complementar a respectiva Provisão, por ser ela suficiente para cobrir as possíveis liquidações de sentenças que ocorrerem.

n) Regime de Tributação: Para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

Nota 5 – Créditos Tributários

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Descrição	Exercício	
	2012	2011
ICMS a Compensar	254.178	241.699
IRRF a Compensar	56	36
Contribuições Outros Impostos	121	105
Total de Créditos Tributários Circulante	254.355	241.840

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

Nota 6 – Limite de saque com vinculação de pagamento

O montante de R\$294.016 mil, refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2013, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Cooperação Técnica.

Nota 7 – Recursos a Receber do Tesouro Nacional

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 7.2 – Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$221.547 mil, que contempla o saldo de Recursos a Receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em Restos a Pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$27.117 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados em 2012, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, custeio e aquisições de produtos da agricultura familiar, contratadas, a pagar no exercício seguinte;
- R\$28.342 mil: referem-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2012, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);
- R\$155.892 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques

públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2013;

•R\$6.160 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0178, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte;

•R\$4.036 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0388, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.25.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”.

Nota 8 – Devedores por Fornecimento

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$129.214 mil, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias, prestação de serviços de armazenagem e produtos enviados para beneficiamento, cuja baixa é processada na ocasião do retorno deles.

Nota 9 – Contas a Receber

O total de R\$459.658 mil, representa a composição dos Créditos a Receber no Curto e Longo Prazo, compostos por créditos de Alienações de Bens Patrimoniais, créditos por Cessão de Pessoal, com ônus, a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por Acertos Financeiros com Empregados e Ex-Empregados, alusivos aos reembolsos de Serviços de Assistência à Saúde – SAS, débitos de armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos estoques públicos, Títulos a Receber a Longo Prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, aluguéis e outros.

Os créditos a receber em cobrança na justiça e ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA nº 038/2004 e estão assim demonstrados:

a) Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Créditos por Alienação de Bens	8.358	4.081
Créditos por Cessão de Pessoal	316	743
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores	14.827	12.497
Créditos por Infrações Legal/Contratual	135.489	180.181
Subtotal – Circulante	158.990	197.502

b) Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Créditos por Alienação de Bens	56.387	7.546
Títulos a Receber	15.298	30.188

Outros Créditos	975	635
Créditos a Receber em Poder da Justiça	46.310	129.051
Créditos a Receber Pend. de Decisão Judicial	158.006	0,00
Créditos por Infrações Legal/Contratual	23.692	180.181
Subtotal – Não Circulante	300.668	167.420
Total – (Circulante + Não Circulante)	459.658	364.922

Nota 10 – Devedores - Entidades e Agentes

Correspondem aos saldos de curto e longo prazo a receber, referente a Dotação Global, do contrato e Termo Aditivo nº 01, de 07/10/1994, firmado com o Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, que tratam das jóias pelas entradas dos empregados das empresas fusionadas COBAL e CFP, recursos a receber da União, relativos aos valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos, a serem repassados pelo Tesouro Nacional e outros, assim demonstrados:

a) Devedores - Entidades e Agentes - Circulante

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Entidades Devedoras - Federais	14.332	9.358
Créditos Parcelados	300	334
Recursos da União - Equalização	400.726	282.954
Total – Circulante	415.358	292.646

Em R\$ mil

b) Devedores - Entidades e Agentes - Não Circulante

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Entidades Federais	609	17.628
Créditos Parcelados	188	307
Créditos a Recuperar	62	75
Total – Não Circulante	859	18.010

Em R\$ mil

Nota 11 – Recursos Vinculados

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R\$138.972 mil.

Nota 12 – Bens de Estoques

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O total de R\$598.503 mil representa o saldo a receber dos valores concedidos nos exercícios de 2003 e 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2012; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420/06, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei nº 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Os estoques resultam nos seguintes saldos:

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Estoques de Mercadorias	2.115.378	3.198.419
Estoques de Almoxarifado	2.858	2.659
Materiais em Trânsito	14.012	10.954
Compra Antecipada - CPR	598.503	472.554
Estoques de Distribuição	239	833
Total	2.730.990	3.685.419

Em R\$ mil

a) Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2012, as equalizações totalizaram R\$696.840 mil.

Nota 13 – Endividamento

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2012, as obrigações circulantes, totalizavam R\$4.273.055 mil.

Nota 14 – Depósitos de Diversas Origens

Estão representados pelo montante de R\$27.549 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções, relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e Outros.

Nota 15 – Contingências, Compromissos e Responsabilidades

Passivo Contingente – Provável

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

- **Trabalhistas:** Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporações de diárias, funções gratificadas e outros.
- **Tributárias:** Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.
- **Cíveis:** Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os Planos Econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e outros.

As Contingências Passivas – Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos desfavoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, de acordo com os itens 10, 11, 18 e 28, do Pronunciamento do IBRACON NPC N° 22, aprovado pela Deliberação CMV n° 489, de 03/10/2005 e estão demonstradas conforme quadro a seguir:

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
Cível	48.603	66.445	110.195	212.373
Trabalhista	326.408	348.328	323.877	350.788
Tributária	8.021	8.052	16.346	16.346
Total	383.032	422.825	450.418	579.507

Em R\$ mil

Passivo Contingente – Possível

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidade de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas – Prováveis. São compostas das seguintes ações:

- **Cíveis:** São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.
- **Trabalhistas:** São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei n.º 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, indenizações por danos morais e materiais, desvios de funções e outros.
- **Tributárias:** São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
Cível	12.130	118.234	15.481	131.747
Trabalhista	48.603	115.478	64.350	111.007
Tributária	75.186	108.621	21.821	108.892
Total	135.919	342.333	101.652	351.646

Em R\$ mil

Ativo Contingente – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

- Cível:** Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.
- Trabalhista:** Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.
- Tributária:** Visando restituições de indébitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos Contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma entrada de recursos, praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme o item 27 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03/10/2005.

As ações estão assim demonstradas:

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2012	2011	2012	2011
Cível	124.475	66.446	96.237	210.756
Trabalhista	8.429	348.328	7.089	350.768
Tributária	8.052	8.052	18.346	18.346
Total	140.956	422.826	121.672	579.870

Em R\$ mil

Nota 16 – Operações de Crédito

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2012, corresponde a R\$2.910.549 mil.

Nota 17 – Provisão para IRPJ e CSLL

As provisões relativas ao 4º trimestre do exercício findo em 31/12/2012, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevaletentes, no valor de R\$271 mil e R\$102 mil, respectivamente.

Nota 18 – Juros sobre Capital Próprio

Neste exercício, nos termos dos artigos 192 e 202 da Lei nº 6.404/76, do art.9º da Lei nº 9.249, de 26/12/1995 e em face da previsibilidade contida no art. 28 § 3º do Estatuto Social, a Conab está distribuindo a título de juros sobre o capital próprio, a importância de R\$16.512 mil, imputados ao total dos dividendos devidos.

Nota 19 – Resultado do Exercício

O resultado da Companhia é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representada com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros, alienação de bens moveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Preços Mínimos e Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No exercício de 2012, a Companhia apurou o lucro de R\$69.895 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$69.522 mil.

Nota 20 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social: O Capital Social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

b) Reserva Legal: Com base no parecer nº 1.113/STN/COPAR/GEAFE, de 20/09/2011, foi efetuado o complemento da Reserva Legal apurada sobre o resultado do exercício de 2009, no valor de R\$1.088 mil. Sobre o lucro líquido auferido no exercício de 2012, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, foi constituída a Reserva Legal no valor de R\$3.476 mil.

c) Reserva de Retenção do Lucro: Em 31 de dezembro de 2012, foi constituída a reserva de retenção do lucro, no valor de R\$49.534 mil, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.

Nota 21 – Diversos Responsáveis em Apuração

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para as contas Débitos de Terceiros em Prestação de Serviços e Responsáveis por Danos ou Perdas, onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques de milho e feijão em sua maioria nos estados de Mato Grosso e Paraná, e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás. No exercício de 2012, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições nas rubricas “1.9.9.1.3.04.00 – Débitos de Terceiros em Prest. de Serviços e “1.9.9.1.3.05.00 - Responsáveis por Danos ou Perdas”, o saldo do grupo aumentou para R\$61.637 mil.

Em RS mil	
Exercício	Saldo
2011	34.997
2012	61.637

Nota 22 – Benefícios concedidos aos Empregados

a) Plano de Previdência Complementar

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2012 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições

Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2012, foram amortizadas 225, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contratos de Serviços nos exercícios de 2011 e 2012, respectivamente, foi de R\$26.986 mil e R\$14.941 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

b) Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, Código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2011/2012, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2012, a Conab gastou com o SAS, o montante de R\$26.340 mil, beneficiando 4.452 empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2012, referente à participação financeira dos empregados é de R\$15.137 mil

Nota 23 – Remuneração e Salários médios dos Dirigentes e Empregados

De acordo com a Resolução N° 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2012 e 2011, as remunerações dos dirigentes e empregados, bem como os salários médios foram os seguintes:

Remunerações	Exercício	
	2012	2011
Maior Remuneração Dirigente	23.945,89	23.884,29
Menor Remuneração Dirigente	23.945,89	23.884,29
Maior Remuneração Empregado	27.220,73	25.170,39
Menor Remuneração Empregado	1.131,31	884,31

Salários Médios	Exercício	
	2012	2011
Dirigentes	23.945,89	23.884,29
Empregados	3.150,45	2.642,62

Nota 24 – Termos de Cooperação Técnica

a) Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: a) implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; b) modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); c)aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); d)estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica Social e Ambientalmente Sustentáveis; e e) promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2011 e 2012, foram executadas com recursos próprios da Conab, da Secretaria de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ e Coordenação Geral de Orçamento e Finanças/MAPA e os recursos repassados estão assim demonstrados:

Descrição	Exercícios	
	2012	2011
Repasse – Recursos Próprios	4.369	2.420
Repasse – Recursos FUNCAFÉ/MAPA	1.243	798
Repasse – Coord.-Geral de Orç. Fin. /MAPA	472	0
Total de Repasses	6.084	3.218

Em R\$ mil

b) Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.180 municípios e 128.804 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 297 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos nº 6.447, de 07/05/2008 e nº 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$666.083 mil no ano de 2012.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2012.

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

ANEXO II